

UnB

Universidade de Brasília

Instituto de Psicologia

Programa de Pós Graduação em Psicologia Social, do Trabalho e das Organizações

Dissertação de Mestrado

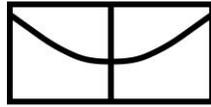
O Desamparo e o campo do angustiante no trabalho dos Fiscais da Vigilância em Saúde do
Trabalhador em uma Unidade Federativa do Brasil

Danniella Davidson Castro

Orientador: Prof. Dr. Emílio Peres Facas

Brasília-DF

Novembro de 2022



UnB

Universidade de Brasília

Instituto de Psicologia

Programa de Pós Graduação em Psicologia Social, do Trabalho e das Organizações

O Desamparo e o campo do angustiante no trabalho dos Fiscais da Vigilância em Saúde do
Trabalhador em uma Unidade Federativa do Brasil

Danniella Davidson Castro

Dissertação de Mestrado apresentada ao
Programa de Pós Graduação em Psicologia
Social, do Trabalho e das Organizações como
requisito à obtenção do grau de mestre em
Psicologia Social, do Trabalho e das
Organizações.

Orientador: Prof. Dr. Emílio Peres Facas

Brasília - DF

Novembro de 2022

Dissertação de mestrado defendida e avaliada pela banca examinadora constituída por:

Prof. Dr. Emílio Peres Facas

Universidade de Brasília

Presidente

Profa. Dra. Fernanda Sousa-Duarte

Universidade de Brasília

Membro Interno

Prof. Dr. João Areosa

Instituto Politécnico de Setúbal

Membro Externo

Prof. Dra. Ana Magnólia Mendes

Universidade de Brasília

Membro Suplente

Agradecimentos

É com imensa alegria que termino essa dissertação após um período tão tenebroso em decorrência da pandemia, no qual não pude frequentar as aulas na Universidade e sequer conhecer os colegas. Um tempo em que fui atravessada pela incerteza e pelo medo da contaminação pelo vírus, adoeci, perdi familiares e amigos. Mas segui meu caminho com persistência e coragem. Ao final desta trajetória, agradeço à minha mãe Vanja Eneide de Castro Vilela por cada uma das palavras de carinho e apoio. À Ruskaya Maia pela escuta continente e cuidadosa nos desembaraçamentos que tornaram esse caminho possível. Aos amigos Sander Antônio, Liliane, Larissa, Wanessa Eva, Rosely Cecílio, Laene Gama e Márcia Peres pela companhia, pelo abrigo e pelos cafés tão essenciais para suportar os dias sombrios. Ao meu orientador Dr. Emílio Peres Facas pela paciência e as orientações tão certas, por acreditar que era possível, mesmo em tempos de caos. Meu obrigada, especial, ao professor Dr. Luiz Carlos Fadel pelos ensinamentos durante minha trajetória profissional. Ao professor Eguimar Felício Chaveiro e ao grupo de estudo e pesquisa Dona Alzira pelo compartilhamento de idéias fecundas. À professora Dra. Ana Magnólia que me acolheu, pelos seminários e pelas discussões tão fundamentais para essa pesquisa. Às queridas professoras Ana Carolina, Márcia Marques e Leilyane do grupo Nós pelo percurso teórico e clínico que me fortaleceu para pensar essa disciplina tão complexa que é o trabalho. À Mariana Lange e o grupo dos clandestinos pelas interlocuções e pela oficina de escrita em Psicanálise, que me deu bagagem para permitir decantar os pensamentos-faísca e chamar os autores queridos para conversar. Sou grata ao professor Dr. João Batista Ferreira pelo breve e intenso percurso poético em sua disciplina das emergências, que tanto contribuiu para o movimento de resistência nos dias pandêmicos. Agradeço a cada um dos trabalhadores que aceitou participar dessa pesquisa e contar suas histórias e à Superintendência de Vigilância em Saúde da Secretaria de Estado da Saúde de Goiás, que aceitou a pesquisa.

No digamos, pues, que el hombre es, sino que vive... la razón, consiste en una narración. [...].
Para comprender algo humano, personal o colectivo, es preciso contar una historia
(ORTEGA & GASSET, 1999, p. 47).

Lista de Ilustrações

Figura 1 Fluxograma de Resposta às Denúncias	37
--	----

Lista de Quadros

Quadro 1: Características da Saúde do Trabalhador e da Saúde Ocupacional	22
Quadro 2: Dispositivos Legais da Vigilância em Saúde do Trabalhador	31
Quadro 3: Procedimentos Operacionais para a Fiscalização em Saúde do Trabalhador	41
Quadro 4: Caracterização dos Sujeitos da Pesquisa	94

Lista de símbolos e abreviaturas:

Centro de Referência em Saúde do Trabalhador (Cerest)

Coordenação de Vigilância em Saúde do Trabalhador (CVSAT)

Gerência de Vigilância Ambiental e Saúde do Trabalhador (GVAST)

Norma Regulamentadora (NR)

Rede Nacional de Atenção à Saúde do Trabalhador (RENAST)

Superintendência de Vigilância em Saúde (SUVISA)

Vigilância em Saúde do Trabalhador (VISAT)

Sumário

Resumo	10
Abstract	11
INTRODUÇÃO	12
CAPÍTULO I - NOS RASTROS DA SAÚDE DO TRABALHADOR: O PAPEL DA VIGILÂNCIA EM SAÚDE	19
1.1 Vigiar a Saúde: A História da Vigilância em Saúde do Trabalhador	19
1.2 Vigiar o Trabalho: o Cotidiano Prescrito dos Fiscais da Vigilância em Saúde do Trabalhador	35
CAPÍTULO II - DO DESAMPARO AO ESGARÇAMENTO DO SUJEITO	43
2.1 Da Psicopatologia Geral à Psicopatologia Fundamental: o Sujeito que Pode Falar	43
2.2 O Sujeito do Trabalho e seu <i>Pathos</i> : Um Diálogo com a Psicopatologia do Trabalho	50
2.3 O Desamparo e suas Veredas	55
CAPÍTULO III - MÉTODO	82
3.1 Procedimentos Metodológicos	82
3.2 Participantes	83
3.3 Instrumento de Coleta de Dados	84
3.4 Procedimentos de Análise dos Dados	85
CAPÍTULO IV – RESULTADOS DA PESQUISA	93
4.1 Caracterização dos Trabalhadores e do Contexto de Trabalho	93
4.2 Narrativas/Testemunhos dos Entrevistados	101
CAPÍTULO V - ANÁLISE DO DISCURSO DOS FISCAIS	126
CONSIDERAÇÕES FINAIS	176
REFERÊNCIAS	179
Anexo	203
Apêndices	204

Resumo

Essa pesquisa teve como objetivo geral analisar como o desamparo se manifesta no discurso de fiscais de Vigilância em Saúde do trabalhador do Estado de Goiás sobre seu trabalho. Os objetivos específicos foram os seguintes: a) caracterizar a organização do trabalho destes trabalhadores; b) identificar as estratégias utilizadas pelos trabalhadores para lidarem com as dificuldades no seu cotidiano; c) descrever as vivências de desamparo suscitadas pelo trabalho; d) identificar os riscos relacionados ao trabalho. Desta forma, procurou-se mapear e compreender quais os limites, desafios, possibilidades, atravessamentos ideológicos e políticos, bem como interferências da gestão, a que o fiscal de Vigilância em Saúde do Trabalhador está exposto ao ser chamado a intervir nos ambientes e processos de trabalho de empresas alvo de ações fiscais. Para a consecução dos objetivos, foram realizadas treze entrevistas com trabalhadores que atuam ou que já atuaram como fiscais de Vigilância em Saúde do Trabalhador, selecionados por conveniência. As narrativas testemunhais sobre o trabalho, derivadas das entrevistas, foram submetidas à Análise do Discurso. Essa dissertação evidenciou o desamparo no trabalho dos fiscais, composto pelos acidentes, ameaças e violências, a precarização das condições de atuação, ampliada pela insuficiência de pessoal, a fragilidade da atuação e pelas interferências políticas no trabalho dos fiscais, as manifestações sintomáticas, a percepção de valor da sociedade sobre o trabalho da Vigilância e as estratégias dos trabalhadores para lidar com essas adversidades.

Palavras-chave: Vigilância em Saúde do Trabalhador, fiscal, trabalho, desamparo, psicanálise.

Abstract

This research had as general objective to analyze how helplessness manifests itself in the speech of Health Surveillance inspectors in the State of Goiás about their job. The specific objectives were the following: a) to characterize the organization of the work of these workers; b) identify the strategies used by the workers to deal with difficulties in their daily lives; c) describe the experiences of helplessness caused by work; d) identify the risks related to the job. In this way, we sought to map and understand the limits, challenges, possibilities, ideological and political crossings, as well as interferences from the management, to which the Occupational Health Surveillance inspector is exposed to being called to intervene in the work environments and processes of companies target by inspection. To achieve the objectives, thirteen interviews were carried out with workers who act or who have worked as inspectors of Worker Health Surveillance, selected for convenience. The testimonial narratives under the work, derived from the interviews, were submitted to Discourse Analysis. This dissertation evidenced helplessness in the work of inspectors, composed of accidents, threats and violence, the precariousness of working conditions, amplified by the insufficiency of personnel, the fragility of performance and political interference in the work of inspectors, the symptomatic manifestations, the perception of value of the society about the work of the Surveillance and workers' strategies to deal with these adversities.

Keywords: Worker Health Surveillance, inspector, work, helplessness, psychoanalysis.

INTRODUÇÃO

“Fiscais são assassinados no retorno do trabalho em emboscada no entorno de Brasília.”

“Suicídio de um Fiscal causa comoção em órgão de fiscalização no Estado de Goiás.”

“Durante uma inspeção em um frigorífico, o proprietário, após ficar irritado com o trabalho da fiscal, manda um empregado arrastar uma vaca para junto deles e a abate com um tiro na cabeça. A seguir o dono diz: ‘A próxima é você!’ Após o ocorrido, a fiscal tem uma crise aguda de pânico e precisa ser afastada do trabalho por dois anos e em seguida pegue exoneração do concurso público”.

Estes acontecimentos foram noticiados pelo Sindicato dos Trabalhadores em manchetes que logo desapareceram da rede. Os dados relativos aos números de doenças, agravos e afastamentos da Junta Médica oficial do Estado, dados do Observatório de Saúde e Segurança do Trabalho e dos Sistemas de Agravos de Notificação são, geralmente, subnotificados. No Sistema Único de Saúde, estes registros são denominados eventos-sentinela, ferramenta oriunda da Epidemiologia e adaptada para o contexto da saúde do trabalhador, no qual ocorrências de violências, surtos, acidentes, prejuízos físicos e psíquicos, agravos, doenças que já estavam erradicadas e retornaram, servindo como um alerta aos profissionais de saúde sobre possibilidade de se prevenir que danos mais graves aconteçam. Assim, os eventos-sentinela, originalmente uma estratégia da Epidemiologia para monitorar os eventos em saúde coletiva, têm seu uso transposto para a situação do trabalho. Diante do exposto e observando três acontecimentos de danos psíquicos e perdas de vidas humanas no trabalho da fiscalização de um órgão público, registrados entre os anos de 2016 a 2018, serviram de alerta e mobilizaram o meu interesse em realizar o presente estudo. Outra motivação foi por minha atuação como fiscal, embora de outro órgão público – a Secretaria

de Estado da Saúde de Goiás.

Essa pesquisa teve como objetivo geral analisar como o desamparo se manifesta no discurso de fiscais de Vigilância em Saúde do trabalhador do Estado de Goiás sobre seu trabalho. Os objetivos específicos foram os seguintes: a) caracterizar a organização do trabalho destes trabalhadores; b) identificar as estratégias utilizadas pelos trabalhadores para lidarem com as dificuldades no seu cotidiano; c) descrever as vivências de desamparo suscitadas pelo trabalho; d) identificar os riscos, mapear e compreender quais os limites, desafios, possibilidades, atravessamentos ideológicos e políticos, bem como interferências da gestão, a que o fiscal de Vigilância em Saúde do Trabalhador está exposto ao ser chamado a intervir nos ambientes e processos de trabalho de empresas alvo de ações fiscais.

A escolha por estudar a relação entre desamparo, trabalho e discurso se deu em virtude da natureza do trabalho dos fiscais, qual seja: eles lidam cotidianamente com os riscos à saúde do trabalhador, mas tem o próprio autocuidado limitado, colocando em risco a sua saúde. Isso se dá por questões ideológicas e políticas que permeiam o trabalho e promovem uma espécie de engodo, no qual o fiscal coloca em suspenso a sua própria identidade de trabalhador. A sua condição de, ao mesmo tempo, ser subalterno a uma chefia e representante do Estado no exercício de suas funções, faz com que o fiscal se sinta vulnerável na sua rotina laboral. Nessa perspectiva, a pesquisa buscou, por meio da construção de um discurso em primeira pessoa, dar visibilidade ao desamparo observado pelo trabalhador fiscal. Para tanto, o estudo se fundamentou teoricamente no diálogo entre a Psicanálise e a Crítica Social do Trabalho. Esta escolha se dá em função das variáveis de interesse da pesquisa.

A noção do desamparo é estudada pela Psicanálise apoiada em questões clínicas e culturais. Freud (citado em Pereira, 1999; Menezes, 2008; Masson, 2021) postulou à ideia de desamparo, ou de sujeito desamparado em dois tempos: em um primeiro momento, para se referir à prematuridade do ser humano às exigências de suas necessidades vitais e em um

segundo tempo referido a total falta de garantias à vida humana. Na construção do conceito de desamparo, a preocupação inicial de Freud ainda estava voltada para colocar a Psicanálise no estatuto de ciência, ancorado nas ciências biológicas, naturais e ele se dedica a descrever e detalhar as ligações neuronais e a quantidade de energia envolvida nos processos psíquicos dos indivíduos. O desamparo é referido, por ele, como um acontecimento de grande excitação interna e descrito em termos de excesso de energia endógena que demanda uma descarga. Ao avançar em seus estudos, o autor tece uma rede entre sexualidade infantil, amor, cuidado e desamparo. Mais adiante, nas publicações sobre a etiologia da histeria, (Freud, 1896) o desamparo aparece como sentimento, vinculado a uma impotência, que contribuiu para o surgimento dos sintomas dos pacientes histéricos, sintomas compreendidos como uma formação de compromisso entre o seu desejo e as normas morais impostas pela sociedade. Com a formulação do conceito de pulsão de morte, Freud (1920) estabelece uma correlação do desamparo com o campo do angustiante, que se traduz nas situações de horror, terror e estranhamento para o sujeito. Nesse campo do estranho, do que invade e do que paralisa, a angústia tem um lugar fundamental ao proteger o homem contra o desamparo radical, que tem no ataque de pânico sua face brutal, o ápice do transbordamento, um desmoronamento das ilusões dos laços do sujeito com o Outro, seu objeto amado, com um ideal que lhe sirva de referência, seu objeto fiador, pré histórico e inesquecível. Lacan (como citado em Pereira, 1999) parte da concepção de desamparo tal como Freud, no estágio inicial da vida humana, em seu desenvolvimento psicomotor até chegar ao desamparo como um fato de linguagem.

Entendemos, então, o desamparo como um estado ou a condição de alguém que se encontra “sem ajuda”. Segundo Pereira (1999):

... este estado de abandono diante do desejo desconhecido do Outro constitui, para Lacan, o plano de Hilflosigkeit à base do afeto de angústia ... é do desejo absoluto do outro que ela [a criança] precisa ser preservada. O desamparo é, então, uma condição

estruturante diante da qual o indivíduo precisa situar-se. Trata-se de uma submissão ao desejo do Outro, em razão da impossibilidade de se defender do desejo onipotente. Contudo, disso o sujeito precisa livrar-se, ou seja, contra tal submissão ele deve lutar a fim de encontrar seu lugar (p. 233).

Para fins deste estudo, utilizaremos, também, o conceito de Crítica Social de Perilleux (2013), que a define como “[...] todas as formas de recusa das formas de opressão e todos os questionamentos do mundo ‘tal e como ele é’” (p. 73). A Crítica Social do Trabalho, neste sentido, é a busca pelo entendimento do trabalho em sua radicalidade, ou seja, na raiz. Trata-se, como Facas e Ghizoni (2017) apresentam, de buscar romper com as distorções do sentido do trabalho e entendê-lo para além de uma mera ação de produção objetiva. Assumir esta responsabilidade resulta em ação política e de resistência aos modos perversos de estruturação das organizações do trabalho. Tal posicionamento, ao considerar as dimensões psíquica e sociopolítica do trabalho e entender o trabalho vivo dos trabalhadores, permitindo que o pesquisador/estudioso desta categoria torne, também, vivo seu próprio trabalho e rompa com o sentido instrumental de sua função.

Neste sentido, a articulação entre a Psicanálise e a Crítica Social do Trabalho permite compreender a relação entre o desamparo e o trabalho dos fiscais na medida em que a radicalidade da total falta de garantias traduzida no conceito de desamparo, discutido pela Psicanálise, é ampliada pela visão epistemológica da crítica social, ao provocar o debate sobre os modos de produção e de gestão do trabalho. Nesse cenário em que não há alternativa e nem anteparo para a precarização e a violência laboral, testemunhada pelos fiscais no seu cotidiano de trabalho, torna-se necessário dar visibilidade política ao padecimento e às resistências dos sujeitos na sua rotina laboral.

Além da justificativa anteriormente apresentada, outra motivação para a realização do presente estudo foi a escassez de pesquisas relativas à categoria profissional dos fiscais de

Vigilância em Saúde do Trabalhador. Fato observado em um levantamento bibliográfico no portal de periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) e *Scientific Electronic Library Online* (SciELO) utilizando-se das seguintes palavras-chaves: vigilância, fiscais e saúde do trabalhador. Neste levantamento, foram identificados 132 trabalhos com os seguintes temas: estudos referentes à saúde dos trabalhadores de diversos ramos produtivos, como trabalhadores metalúrgicos, portuários, de postos de combustíveis, etc.; estudos epidemiológicos e de acidentes de trabalho dos trabalhadores; além de pesquisas que apontam avanços teóricos e práticos da perspectiva da vigilância em saúde do trabalhador, bem como a importância da atuação em rede. Os estudos que mais se aproximaram da presente pesquisa foram duas dissertações, sendo uma intitulada em “Um olhar sobre a Vigilância em Saúde do Trabalhador: a dinâmica entre o saber e o fazer no município do Rio de Janeiro” (Almeida, 2012); e a outra, “A prática interdisciplinar na vigilância em saúde do trabalhador no Amazonas: percepções de uma equipe de saúde do trabalhador” (Santos, 2014); além de uma tese intitulada “Análise conjuntural da Vigilância em Saúde do Trabalhador no Estado do Amazonas” (Cardoso, 2014). As dissertações e a tese desenvolvidas na Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) no Rio de Janeiro e no Amazonas se referem, de maneira geral, às equipes que realizam ações em saúde do trabalhador. Não foram identificados trabalhos específicos com os fiscais da Vigilância Sanitária em Goiás.

Para compreender o contexto de atuação dos sujeitos da pesquisa, realizamos um levantamento bibliográfico sobre o histórico da Vigilância Sanitária no Estado de Goiás e de como a Saúde do Trabalhador foi constituída dentro da Superintendência de Vigilância em Saúde, observando suas perspectivas e o alcance de sua atuação.

O método se configurou em um estudo de viés qualitativo, composto por pesquisa bibliográfica, diário de campo, análise de discurso e narrativas testemunhais sobre a rotina de trabalho. A amostra foi do tipo não probabilística, selecionada por conveniência composta

pela população-alvo de treze trabalhadores que eram ou tinham sido fiscais de Vigilância em Saúde do Trabalhador, em um universo amostral de quinze fiscais. Foram realizadas entrevistas semiestruturadas com análise de dados realizada pelo método de análise de discurso, baseada na análise de discurso francesa, que tem como arcabouço teórico o materialismo histórico, a ideologia e a Psicanálise e, também, a análise de discurso Lacaniana, que aborda como os significantes estão dispostos na cadeia discursiva, seus deslizamentos e fixações, metáforas e metonímias, silêncios e pontos de hesitação. As entrevistas foram realizadas por pesquisadoras do coletivo de pesquisa por meio das plataformas *zoom* e *google meet*. Os recursos das Tecnologias da Informação e da Comunicação (TIC) foram utilizados em razão das restrições sanitárias impostas pela pandemia, que não permitiram encontros presenciais. As entrevistas foram gravadas e transcritas na íntegra em uma primeira etapa. Na etapa seguinte, foi feita uma síntese das narrativas orais, que abordaram os pontos em destaque no discurso, chamadas de testemunhos.

A entrevista foi escolhida como um procedimento de coleta de dados que permite o diálogo entre o sujeito trabalhador e o pesquisador, com o propósito de construir narrativas/testemunhos sobre a rotina do trabalho e os riscos daí decorrentes. O roteiro de entrevista foi elaborado a partir de um instrumento proposto por Facas (2013) a fim de favorecer a livre expressão do trabalhador e teve como pressupostos o panorama dos riscos sociais relativos ao trabalho, apontados no Protocolo de Riscos Psicossociais (Proart), o qual aborda a organização do trabalho, os estilos de gestão, o sofrimento, os danos físicos, psicológicos e sociais.

A dissertação está estruturada em cinco capítulos, a saber: no **capítulo I** apresentamos um panorama histórico da Vigilância em Saúde, destacando como essa área da saúde dialoga com o trabalho, com suas normas, técnicas, fluxos de trabalho, procedimentos operacionais,

arcabouço legal, bem como o cotidiano do trabalho dos fiscais da Vigilância em Saúde do Trabalhador ; no **capítulo II** nos dedicamos ao conceito do desamparo e suas articulações com o campo do angustiante trazidos pela Psicanálise e pela Psicopatologia Fundamental como chaves de leitura para pensar o trabalho dos fiscais; no **capítulo III** detalhamos os procedimentos metodológicos utilizados em cada etapa da pesquisa; no **capítulo IV** apresentamos os resultados e as narrativas testemunhais dos sujeitos e, finalmente, no **capítulo V** relatamos o discurso dos fiscais e sua análise para a discussão ampliada, destacando os aspectos analisados no trabalho destes fiscais. Em seguida, passamos às considerações finais, com breves apontamentos e uma proposta de agenda de pesquisa.

Esta pesquisa possibilitou fazer um mapeamento do ambiente e dos processos do trabalho do fiscal de Vigilância em Saúde do Trabalhador; identificar os principais entraves, vulnerabilidades, riscos e danos, bem como o desamparo observado no discurso dos trabalhadores. Esperamos, com esta pesquisa, contribuir com uma maior visibilidade ao trabalho dos fiscais, que atuam em diversos ambientes e nos processos de trabalho com vistas à garantia dos direitos dos trabalhadores, mas que nem sempre têm os próprios direitos garantidos. A pesquisa, também, tem por finalidade propor estudos que subsidiem políticas públicas para melhorar as condições de trabalho dessa categoria profissional.

CAPÍTULO I - NOS RASTROS DA SAÚDE DO TRABALHADOR: O PAPEL DA VIGILÂNCIA EM SAÚDE

1.1 Vigiar a Saúde: A História da Vigilância em Saúde do Trabalhador

A relação entre trabalho e saúde ou trabalho e doença pode ser analisada no campo da saúde pública em estudos que se originaram em Bernardino Ramazzini, médico italiano considerado o pai da Medicina do Trabalho e autor de um Tratado sobre as doenças dos trabalhadores intitulado “*De Morbis Artificum Diatriba*” (1700) que abordava as doenças dos sujeitos trabalhadores, de acordo com o ofício que exerciam. O autor identificou doenças específicas causadas pelo trabalho dos operários, mineiros, oleiros, pintores, farmacêuticos, parteiras, coveiros e dos judeus, que viviam na miséria e eram proibidos de exercer muitas ocupações. Ele dizia aos médicos que, quando estivessem à beira do leito do paciente, lhe perguntasse qual a sua forma de ganhar a vida, para saber se o seu trabalho poderia ter sido a causa de seu adoecimento. Nessa linha de raciocínio, é preciso estar atento aos efeitos do trabalho, que é um meio de ganhar a vida, mas, por outro lado, pode causar adoecimento ou até a morte (Santos, 2014). Assim, gradativamente, foi sendo construído um movimento em direção a uma política no âmbito da saúde coletiva, de se elaborar dispositivos legais e normativos para inspecionar o trabalho, os ambientes produtivos e a saúde da população, temas sobre os quais discorreremos a seguir.

A atenção à saúde do trabalhador como um campo de estudo se inicia no século XVIII na Inglaterra com o advento da Revolução Industrial. Os empresários se viram diante de prejuízos causados por acidentes e adoecimentos dos trabalhadores, além de suas constantes reivindicações por mudanças. Aos médicos foi dada a responsabilidade de cuidar dos doentes (Dias & Hoefel, 2005). A assistência era, portanto, biologicista e centrada na doença ao invés da prevenção. Em 1802, foram criados diversos instrumentos de normatização e regulação

em razão dos riscos de epidemias. A idade mínima para o trabalho e a carga horária máxima foram algumas das diretrizes contempladas nestes documentos. No século XIX, quando a Revolução Industrial avançava pela Europa, os donos das fábricas começaram a manifestar preocupação com as perdas de mão de obra causadas pelos diversos riscos e acidentes nas fábricas. Nesse contexto, o serviço de assistência médica defendia o lucro e era de responsabilidade do dono da empresa. Mendes e Dias (1991) descrevem o relato de um médico que advertia o dono da fábrica sobre essa responsabilidade, conforme citação a seguir:

Coloque no interior da sua fábrica o seu próprio médico, que servirá de intermediário entre você, os seus trabalhadores e o público. Deixe-o visitar a fábrica, sala por sala, sempre que existam pessoas trabalhando, de maneira que ele possa verificar o efeito do trabalho sobre as pessoas. E se ele verificar que qualquer dos trabalhadores está sofrendo a influência de causas que possam ser prevenidas, a ele competirá fazer tal prevenção. Dessa forma, você poderá dizer: meu médico é a minha defesa, pois a ele dei toda a minha autoridade no que diz respeito à proteção da saúde e das condições físicas dos meus operários; se algum deles vier a sofrer qualquer alteração da saúde, o médico unicamente é que deve ser responsabilizado (Dr. Robert Baker, 1830 citado em Mendes & Dias, 1991).

Com o avanço da medicina e o conhecimento sobre as bactérias e a etiologia das doenças, houve o deslocamento do viés social para os agentes etiológicos das doenças. A medicina legal e a higiene do trabalho, que visam compensações financeiras para os agravos e a prevenção das causas do adoecimento no trabalho, respectivamente, são duas vertentes abordadas na patologia do trabalho. Em 1919, foi criada a Organização Internacional do Trabalho (OIT), que definiu uma lista de doenças de natureza ocupacional. Esse organismo internacional promoveu, em 1959, a Conferência Internacional do Trabalho, contendo

recomendações quanto à saúde do trabalhador, dentre outros direitos. Neste documento, a “*Recomendação 112*” destacava a necessidade dos serviços de Medicina do Trabalho. Esse documento passou a servir de referência para a elaboração da legislação em diversos países, inclusive do Brasil. De acordo com “a Recomendação” supracitada, os serviços de medicina do trabalho devem oferecer suporte aos trabalhadores por meio da proximidade de localização, assegurar proteção contra os riscos do trabalho, contribuir para a adaptação, adequação dos trabalhadores, bem como estabelecer e manter os níveis mais altos de bem-estar físico e mental dos trabalhadores (Mendes, 2007).

No século XX, com as duas guerras mundiais e os consequentes esforços para a reconstrução de um mundo esfacelado pela morte, começou a se dar maior atenção à higiene, ergonomia e segurança do trabalho, estabelecendo, assim, os princípios da saúde ocupacional. Nesse período, a atuação não era somente do médico, mas, também, de outros profissionais, fato que mudou o foco para as ações de saúde do trabalhador, ainda que permanecessem restritas ao ambiente de trabalho. No Brasil, a Saúde do Trabalhador foi estruturada a partir de dois eixos: a Medicina Social Latino-americana no campo da Saúde Coletiva e o Movimento Operário Italiano (MOI), proposto pelos sindicalistas. Nesta perspectiva, os trabalhadores definiram as diretrizes sobre o saber-fazer com o trabalho, em detrimento dos profissionais de saúde ocupacional a serviço da empresa, que lhes ditavam as regras sobre o seu trabalho, no qual o trabalhador não era sujeito, mas uma peça na engrenagem das empresas e que era facilmente substituído quando adoecia (Santos, 2014). No campo jurídico, observamos que há diferenciação entre a Saúde do Trabalhador e a Saúde Ocupacional, uma vez que elas são reguladas por competências de órgãos diferentes:

Quadro 1: Características da Saúde do Trabalhador e da Saúde Ocupacional

SAÚDE DO TRABALHADOR	SAÚDE OCUPACIONAL
Campo da Saúde Pública. Representado pelo Ministério da Saúde.	Representado pelo Ministério do Trabalho e Emprego, órgão responsável por normatizar e supervisionar a saúde e a segurança.
Assiste, aos trabalhadores, independente de seu vínculo empregatício.	Trabalhadores com vínculo empregatício, regidos pela Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT), através das Normas Regulamentadoras (NRs).
Coordena os protocolos dos agravos à saúde do trabalhador. Possui um olhar além do processo laboral.	Atuação multiprofissional com a finalidade de controlar os riscos existentes. Baseia-se no processo saúde/doença, vinculados ao serviço de perícia médica.

Fonte: Centro de Referência em Saúde do Trabalhador/Secretaria Estadual de Goiás, atualizado em outubro de 2022.

A Medicina Ocupacional da época e, também, a Psicologia, eram aliadas dos empresários e serviam para a manutenção do *status quo*, da força produtiva e da culpabilização do trabalhador pelos acidentes e transtornos que poderiam ocorrer. O médico era o detentor do saber sobre o corpo do trabalhador e influenciava diretamente no seu destino profissional (Mendes & Dias, 1991). Consoante Foucault (2013), o sujeito foi transformado em paciente pelo médico, no qual o adoecimento não era vinculado ao sofrimento psíquico, o saber médico obedecia apenas a uma classificação nosográfica e a fala do paciente, sobre o seu adoecer, era irrelevante. A função do médico era, portanto, cuidar da doença e não do sujeito. O hospital era o espaço destinado ao que se pode chamar de atestado da condição de doente para o sujeito. Mas a Saúde Ocupacional se mostra insuficiente para dar conta de tantos problemas de saúde e de manter o trabalhador na linha de produção. Mendes e Dias (1991) destacam o momento de ruptura deste modelo.

O modelo mantém o referencial da medicina do trabalho firmado no mecanicismo;

não concretiza o apelo à interdisciplinaridade: as atividades apenas se justapõem de maneira desarticulada e são dificultadas pelas lutas corporativas; a capacidade de recursos humanos, a produção de conhecimento e de tecnologia de intervenção não acompanham o ritmo da transformação dos processos de trabalho; o modelo apesar de enfocar a questão no coletivo de trabalhadores, continua a abordá-los como ‘objeto’ das ações de saúde; a manutenção da saúde ocupacional no âmbito do trabalho, em detrimento do setor saúde (p. 344).

Neste contexto, a saúde era a prioridade, a qual deveria ser defendida e garantida à população pelo Estado, estabelecendo como slogan que a Vigilância é informação para ação (Brasil, 2018). A Vigilância em Saúde foi pensada como uma das ferramentas estratégicas para proteger a saúde da população, por meio da prevenção, promoção e intervenção nos problemas de saúde ao antecipar, controlar ou até eliminar fontes de risco, que podem causar danos permanentes às pessoas. O conceito de Determinantes Sociais em Saúde é fundamental para pensarmos a Vigilância como um processo amplo na saúde coletiva, que abrange todas as esferas do cuidado com a saúde humana. Segundo a Comissão Nacional sobre os Determinantes Sociais da Saúde (CNDSS):

...são os fatores sociais, econômicos, culturais, étnicos/raciais, psicológicos e comportamentais que influenciam a ocorrência de problemas de saúde e seus fatores de risco na população. A CSDH (*Comission of Social Determinants of Health*) da Organização Mundial da Saúde (OMS) conceitua DSS “como as condições em que as pessoas nascem, se desenvolvem, vivem, trabalham e envelhecem, incluindo o sistema de saúde” (Buss & Pellegrini, 2007, p. 78).

Diversos olhares a partir do vigiar e agir se constituíram nesta direção, dentre as quais destacamos as seguintes: a Vigilância Epidemiológica, que se atenta às doenças; a Vigilância Ambiental, que se preocupa com o meio ambiente, os desastres, as catástrofes naturais e a

população circunvizinha; a Vigilância Sanitária que regula desde a produção de cosméticos até o transplante de órgãos e tecidos; e a Vigilância em Saúde do Trabalhador, que intervêm nos ambientes e processos de trabalho. Desde sua origem, a Vigilância Sanitária ocupou um lugar complexo e híbrido: ela está entre o mercado, a ciência e a saúde pública, ou seja, entre os meios de vida e as mercadorias, pensadas tanto na dimensão qualitativa, de bens sociais, do valor de uso, quanto na dimensão quantitativa, de valor de troca. A aceleração dos modos de produção provocada pelo capitalismo, com a constante incorporação de novas tecnologias, fragmentação de etapas produtivas e complexidade dos processos de trabalho, causam diariamente um descompasso entre o poder regulatório do Estado e o mercado, representando um desafio constante para a saúde pública. Nesse descompasso, as ações do Estado, que deveriam ocorrer *a priori*, são realizadas *a posteriori*, o que resulta na insuficiente capacidade de resposta sanitária à população (Souza & Costa, 2010). Diferente do setor produtivo, o setor de serviços responde às instituições, faz parte da estrutura do Estado para proteger, reproduzir e certificar a produção material de uma sociedade (Berger & Offe, 1991). No Brasil, a Vigilância Sanitária foi pensada, originalmente, como punitiva, oriunda do contexto autoritário da ditadura militar, quando cobrar impostos e taxas era uma prerrogativa essencial do Estado.

Na pesquisa, iremos fazer um recorte para a Vigilância em Saúde do Trabalhador e suas sendas. Nesse contexto, a Saúde do Trabalhador se mostrou subversiva, ao se colocar como um campo da Saúde Coletiva, com diversas práticas e saberes, que ultrapassa formalmente as instituições e se construiu em razão das lutas dos trabalhadores e seus representantes, as quais foram travadas no conflito entre o capital e o trabalho. Consoante Vasconcellos (2007), tanto a saúde ocupacional quanto a saúde do trabalhador têm por seus pilares prevenir e reparar os danos à saúde causados pelo trabalho. Contudo, as semelhanças terminam aí, uma vez que estão fundamentadas em concepções políticas, ideológicas e

conceituais diferentes. Em seu entendimento, a Saúde Ocupacional é subordinada à Saúde do Trabalhador, que tem uma abrangência ampliada. No SUS, o trabalhador é o principal agente de transformação e o detentor do saber sobre o seu trabalho, é ele quem deve ser consultado antes de se propor qualquer mudança no ambiente de trabalho e é ele o eixo norteador da fiscalização na Vigilância em Saúde do Trabalhador. Para o autor, a saúde do trabalhador:

... por seu turno, transcende o direito trabalhista, previdenciário e os demais direitos limitantes por efeitos específicos de contratos. A ST invoca o direito à saúde no seu espectro irrestrito da cidadania plena, típica dos direitos civis, econômicos, sociais e humanos fundamentais, a que os demais "direitos" estão subordinados. A saúde do trabalhador arvora a si, desse modo, a égide sobre as relações saúde-trabalho no Estado democrático de direito. Para essa missão a ST é ungida pela Constituição Federal/88 ao insinuá-la no SUS, a que o aparelho de Estado brasileiro destina a atribuição de garantir o dever do Estado ao direito à saúde (p.162).

Com o avanço da industrialização no país e com o fortalecimento dos movimentos sociais e dos direitos trabalhistas, o atendimento aos trabalhadores precisou ser revisto. Antes, só era atendido quem possuía carteira de trabalho, portanto, tinha o estatuto de dignidade laboral. Quem era desempregado ou não tinha contrato de trabalho formal não tinha os mesmos direitos. Mas quem são esses trabalhadores amparados pelo Sistema Único de Saúde (SUS)? São todos os trabalhadores, sem nenhuma forma de exclusão, independentemente de sua localização, urbana ou rural, de sua forma de inserção no mercado de trabalho, formal ou informal, de seu vínculo empregatício, público ou privado, assalariado, autônomo, avulso, temporário, cooperativados, aprendiz, estagiário, doméstico, aposentado ou desempregado. Esses sujeitos que trabalham, apesar de serem os mesmos sujeitos, estão em outra ótica do cuidado, são diferentes dos trabalhadores que merecem a atenção do Ministério do Trabalho e Emprego e da Previdência Social, que se restringem aos

trabalhadores formais.

Diante dessa diversidade populacional trabalhadora, da insuficiência dos atendimentos nos serviços de saúde, com o crescente debate nas Universidades e nos Sindicatos sobre o trabalho como um determinante social de saúde, sem políticas públicas que fizessem o nexo entre o trabalho e a saúde, foi necessário que a discussão se ampliasse e fosse proposta a Reforma Sanitária, ocorrida em 1980. A Reforma Sanitária provocou a consciência dos trabalhadores na condução da luta por melhorias nas condições de trabalho e de vida, apoiados pelos sindicatos. Esse movimento chega ao Brasil em meados dos anos 70 pautado nos seguintes eixos: a defesa do direito ao trabalho digno e saudável, a participação dos trabalhadores nas decisões sobre a organização e gestão de processos produtivos e a busca da garantia integral da saúde. A partir daí, foram realizadas Conferências de Saúde, como a VIII Conferência Nacional de Saúde em 1986 e a I Conferência Nacional de Saúde do Trabalhador no mesmo ano, que propiciaram um terreno fértil para que a saúde do trabalhador fosse, finalmente, um direito garantido na Constituição Federal de 1988, a qual determina a responsabilidade do SUS pelo atendimento à saúde aos trabalhadores. O Artigo 200 define suas atribuições como as seguintes: ... “II executar as ações de vigilância sanitária e epidemiológica, bem como as de saúde do trabalhador; VIII - colaborar na proteção do meio ambiente, nele compreendido o do trabalho”.

Estas atribuições são amparadas, também, pelos seguintes dispositivos legais: Leis Orgânicas da Saúde (LOS) - Lei Federal nº 8080/90 e nº 8142/90; Portarias do Ministério da Saúde; Política Nacional de Saúde; Política Estadual de Saúde; Código Sanitário Estadual; Decreto nº 6906, bem como os Códigos municipais de Saúde. Na Lei nº 8080/90, as ações são coordenadas a nível nacional pelo Ministério da Saúde, conforme disposto no inciso V do art. 16, alinhando-a com as demais políticas existentes e implementando-as em todos os níveis de atenção do SUS. A Saúde do Trabalhador é conceituada em seu parágrafo terceiro:

“Um conjunto de atividades que se destina, através das ações de vigilância epidemiológica e Vigilância Sanitária, à promoção e proteção da saúde dos trabalhadores submetidos aos riscos e agravos advindos das condições de trabalho.”

As Portarias de Consolidação nº 2, nº 4 e nº 5 definem as diretrizes para que seja executada a Vigilância em Saúde do Trabalhador e determinam os seus processos de condução. A Portaria de Consolidação nº 2, de 28 de setembro de 2017, em seu anexo XV, apresenta a Portaria GM/MS, nº 1.823/ 2012 da Política Nacional de Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora (PNSTT), que determina todas as orientações para que sejam cumpridas as estratégias de Vigilância em Saúde do Trabalhador, bem como define as atribuições dos gestores em cada esfera do SUS. A Portaria de Consolidação nº 4, de 28 de setembro de 2017 em seu anexo V engloba as Portarias 204 e 205, apresentando a lista das doenças de notificação compulsória de todos os eventos, doenças e agravos na saúde coletiva que tem relação com o trabalho, quais sejam: Intoxicação Exógena, Acidente com Exposição à Material Biológico e Acidente de Trabalho. A Portaria de Consolidação nº 5 em seu anexo LXXIX destaca a Instrução Normativa que institui a Vigilância em Saúde do Trabalhador (VISAT) como um componente da Vigilância em Saúde, com seu princípio transformador, para melhorar a saúde da população em sua relação com o trabalho, a qual está em consonância com o princípio fundamental do SUS de universalidade, ou seja, para todos os trabalhadores, assim descrita:

A Vigilância em Saúde do Trabalhador compreende uma atuação contínua e sistemática ao longo do tempo, no sentido de detectar, conhecer, pesquisar e analisar os fatores determinantes e condicionantes dos agravos à saúde relacionados aos processos e ambientes de trabalho, em seus aspectos tecnológico, social, organizacional e epidemiológico, com a finalidade de planejar, executar e avaliar intervenções sobre esses aspectos, de forma a eliminá-los ou controlá-los.

A VISAT atua por meio de uma metodologia de pesquisa-intervenção no território, a fim de superar limites epidemiológicos e sanitários de atendimento aos trabalhadores. Nas diretrizes de implantação da Vigilância em Saúde do Trabalhador do Sistema Único de Saúde, a Vigilância em Saúde do Trabalhador é de competência da Vigilância Sanitária.

Em seu item VII, que se refere especificamente à inspeção sanitária, o Ministério da Saúde assim define a Vigilância em Saúde do Trabalhador:

É a essência da ação de vigilância em saúde do trabalhador e é desenvolvida por análises de documentos, entrevistas com trabalhadores e observação direta do processo de trabalho. Corresponde ao modo de olhar do sanitarista para o trabalho na tentativa de destacar seus impactos na saúde e ao meio ambiente. É a observação da forma de trabalhar, da relação trabalhador com os meios de produção e da relação dos meios de produção com o ambiente.

Nessa perspectiva, essa multiplicidade de estratégias de atuação relacionadas aos ambientes e aos processos de trabalho não podem ser realizadas de outra maneira que não articuladas umas com as outras. Assim, as ações da Vigilância em Saúde do Trabalhador ampliam sua atuação com a participação dos trabalhadores, tanto no cumprimento da legislação existentes quanto na intervenção nos ambientes e processos de trabalho:

A intervenção realizada em conjunto com os representantes dos trabalhadores, de outras instituições, e sob a responsabilidade administrativa da equipe da Secretaria Estadual e/ou Municipal de Saúde, deverá considerar na inspeção sanitária em saúde do trabalhador, a observância das normas e legislações que regulamentam a relação entre trabalho e saúde, de qualquer origem, especialmente na esfera da saúde, do trabalho e da previdência, do meio ambiente e das internacionais ratificadas pelo Brasil. Além disso, é preciso considerar os aspectos passíveis de causar dano à saúde, mesmo que não estejam previstos nas legislações, considerando-se não só a

observação direta por parte da equipe de situações de risco à saúde, como também as questões subjetivas referidas pelos trabalhadores na relação de sua saúde com o trabalho realizado (Portaria de Consolidação n. 5/2017).

Para promover esse enredamento, em 2002, foi criada a Rede Nacional de Atenção Integral em Saúde do Trabalhador (Renast), por meio da Portaria nº 1.679/GM, com objetivo de difundir ações de saúde do trabalhador, articuladas às demais redes do Sistema Único de Saúde (SUS). A Renast abarca uma gama de informações e ações que visam a promoção, a prevenção, a assistência e a vigilância em Saúde do Trabalhador, articulada às outras instâncias governamentais, tais como o Ministério Público do Trabalho, a Secretaria Regional do Trabalho, o Ministério da Economia, Sindicato dos Trabalhadores, Universidades e outras.

No histórico da Vigilância Sanitária em Goiás, foi criada em 1963 a Organização de Saúde do Estado de Goiás (Osego), que tinha como linha de trabalho a normatização e a execução das ações no campo da saúde pública. Em 1980, a Osego teve seu poder de ação ampliado, ao assessorar o Estado na elaboração da legislação sanitária própria. Quatro anos depois, já em 1984, foi instituída a Unidade Operacional de Vigilância Sanitária. Com a Constituição Federal de 1988, a Osego foi extinta, substituída pela Secretaria Estadual de Saúde, que instituiu a Superintendência de Vigilância Sanitária. Atualmente, este campo de ação está estruturado dentro da Secretaria de Estado da Saúde, na Superintendência de Vigilância em Saúde (Suvisa), instituída em 2011 para integrar as áreas da Vigilância Epidemiológica, Sanitária, Ambiental e Saúde do Trabalhador. A nível estadual, as ações de Vigilância em Saúde do Trabalhador são coordenadas pela Política Estadual de Saúde (PEST), e os dispositivos legais e normativos estão previstos no Código Sanitário Estadual (Lei nº 16.140/07), que dispõe sobre as competências do SUS; no Decreto nº 6.906, que regulamenta as competências da Secretaria de Estado da Saúde quanto à Saúde do Trabalhador; bem como nos códigos municipais de saúde. As atividades são realizadas por

meio de pesquisas, do matriciamento, da formação, da educação em saúde e da intervenção. O Código Sanitário do Estado é o instrumento que regula as condutas dos fiscais de Vigilância Sanitária em todos os seus aspectos. Veremos a seguir alguns dos pilares que sustentam a atividade fiscalizatória regulados por esta legislação.

O primeiro ponto a ser considerado é a autoridade conferida ao fiscal e seu dever de exercer a atividade de intervenção em favor da saúde coletiva. Segundo o Artigo 110 do referido código,

É dever dos servidores da área de Vigilância Sanitária, investidos nas funções fiscalizadoras e em razão do poder de polícia inerente à ação fiscal sanitária, fazer cumprir as leis e regulamentos sanitários, visando à prevenção e repressão de tudo que possa comprometer a saúde pública.

O segundo aspecto relacionado à função fiscal é a acessibilidade a qualquer ambiente onde se realiza alguma atividade de produção, sem limite de horário, bem como da obrigatoriedade de a empresa fornecer qualquer informação, documento ou esclarecimento sobre o trabalho, quando solicitada pelo fiscal sanitário. Esta prerrogativa está descrita no seguinte Artigo e parágrafo único:

Art. 111. Os Fiscais de Vigilância Sanitária, observados os preceitos constitucionais, terão livre acesso, mediante identificação, a todas as habitações particulares ou coletivas, prédios ou estabelecimentos de qualquer espécie, terrenos, lugares e logradouros públicos ou outros, neles fazendo observar o cumprimento da legislação sanitária, a qualquer dia e hora.

Parágrafo único. As empresas, por seus dirigentes ou prepostos, são obrigadas a prestar os esclarecimentos necessários referentes ao desempenho de suas atribuições legais e a exibir, quando exigidos, quaisquer documentos que digam respeito ao fiel cumprimento das normas de prevenção à saúde.

Se porventura o fiscal for impedido de adentrar um ambiente, ele poderá solicitar apoio da autoridade policial, conforme prevê o Art. 112, a seguir:

Nos casos de oposição à inspeção, ou quando forem vítimas de embaraços ou desacatos, ou quando necessário à efetivação de medidas previstas nas legislações estadual e federal, ainda que não configure fato definido em lei como crime ou contravenção, o Fiscal de Vigilância Sanitária poderá solicitar a intervenção da autoridade policial ou judicial, sem prejuízo das penalidades sanitárias cabíveis.

O último recorte do Código Sanitário que daremos ênfase é o que se refere a quando a empresa não cumpre o que foi exigido na fiscalização, definido em seu Art. 202 que diz o seguinte: “Descumprir atos emanados das autoridades sanitárias competentes, visando à aplicação da legislação pertinente: Pena – advertência e multa.”

O quadro 2 a seguir apresenta os principais dispositivos legais utilizados na Vigilância em Saúde do Trabalhador.

Quadro 2: Dispositivos Legais da Vigilância em Saúde do Trabalhador

CF/1988	Art. 200	Competências e atribuições do SUS
	Art. 200, VIII	Proteção do meio ambiente (trabalho)
	Art. 225	Meio ambiente ecologicamente equilibrado
	Art. 225, §3º	Reparação dos danos e atividades causados pelas condutas consideradas lesivas ao meio ambiente
Lei nº 8.080/90	Art 6º, § 3º	Execução das ações de promoção, proteção e reabilitação da saúde dos trabalhadores.

Lei Estadual nº 16.140/2007	Art. 9º XIX: Art. 110 § 1º, VII; Art.111, Art. 157, Art. 238	Código Sanitário Estadual – dispõe sobre o SUS, a organização, regulamentação, fiscalização e o controle dos serviços de saúde.
Lei nº 6.938/1981	Art. 14 e15	Política Nacional do Meio Ambiente
Portaria de Consolidação nº 5/2017 Anexo LXXIX Instrução Normativa 3.120/98		Ações de Vigilância em Saúde do trabalho nos ambientes e processos de trabalho
Instrução Normativa nº 98 do INSS		Fatores Psicossociais do trabalho
Portaria nº 1.128/ 2018		Aprova as Diretrizes Diagnósticas e Terapêuticas para Transtornos Mentais relacionados ao Trabalho. Diário Oficial do Estado de Goiás, Goiânia, quarta-feira, 02 de janeiro de 2019, Ano 182 - Diário Oficial/GO nº 22.963 p. 23.
Decreto nº 6906		Competências da Secretaria Estadual de Saúde para realizar ações de Vigilância em Saúde do Trabalhador.
Normas Regulamentadoras	01	Disposições gerais e Gerenciamento de Riscos Ocupacionais
	05	Comissão Interna de Prevenção de Acidentes - CIPA
	06	Equipamento de Proteção Individual - EPI
	07	Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional - PCMSO
	17	Ergonomia
	24	Condições Sanitárias e de conforto nos locais de trabalho
	32	Segurança e saúde no trabalho em serviços de saúde

Fonte: Coordenação de Vigilância em Saúde do Trabalhador. Atualizado em outubro de 2022.

Apesar de toda a legislação e estratégias, a rede de atenção à saúde do trabalhador ainda não consegue realizar todos os seus objetivos da forma como seria preciso.

Vasconcellos (2018) destaca a preocupação com o campo de ação da Vigilância em Saúde, ao ressaltar que as ações ainda são incipientes em matéria de saúde do trabalhador, seja no campo jurídico, no parlamento, na mídia ou nos sindicatos. Esta falta de ação atinge diretamente quem é o anteparo entre o capital e o trabalho – o trabalhador –, provocando o aumento catastrófico do número de acidentes e mortes no trabalho. Nessa perspectiva, o autor aponta dez dimensões para a discussão de Vigilância em Saúde do Trabalhador, definida como um decálogo, ou seja, as regras, os mandamentos e os pressupostos para uma tomada de posição em saúde pública, quais sejam: política, ética, legal, institucional, epidemiológica, metodológica, técnica, pedagógica, epistemológica e transformadora. Vejamos cada uma delas a seguir.

A dimensão política é dividida pelo autor em dois aspectos: a macropolítica – que implica mudanças de gestão e trocas de governo, pode-se incorporar agentes públicos aliadas aos ramos produtivos que degradam o ambiente e a saúde; e a micropolítica, na qual a saúde dos trabalhadores não faz parte da agenda política de discussão do SUS. Quanto à dimensão ética, assim como deixar de prestar socorro a um doente, deixar de realizar VISAT em um ambiente onde se sabe haver riscos de acidente de trabalho, é, ou deveria ser, nas palavras do autor, crime de responsabilidade pública. Na dimensão legal, setores específicos ligados à Consolidação das Leis Trabalhistas tentam impedir que a VISAT seja feita de forma compartilhada, ao prever a efetivação das Normas Regulamentadoras mediante convênio com o Ministério do Trabalho. Ele cita, também, os sindicatos, que utilizam o arcabouço legal e as fiscalizações do Ministério do Trabalho para ação, mas que não são implementadas de maneira resolutiva.

A dimensão institucional, que corresponde à estrutura da rede de saúde, que tem os Cerest como pólo irradiador das ações de VISAT, ainda é realizada de maneira inexpressiva. A responsabilidade concorrente com o Ministério é, também, um fator institucional que dificulta as ações de VISAT. Na dimensão epidemiológica, não é dada a magnitude devida à relação trabalho-doença como a outros agravos, embora não haja agravo no Brasil que tenha relação tão significativa quanto os causados pelo trabalho, segundo o autor supramencionado. Ele aponta que, na dimensão metodológica, a Instrução Normativa nº 3.120/98 é o roteiro técnico para se realizar a VISAT, o que também lhe atribui sentido e vice-versa, embora ela possa ser feita utilizando-se vários métodos para cessar o adoecimento e a morte no trabalho. A dimensão pedagógica é apontada pelo autor como um dos nós da VISAT, ou seja, na qualificação dos profissionais de saúde não é trabalhado o enfrentamento do capital e sua reação violenta diante da intervenção nos ambientes e processos de trabalho e seus impactos na saúde do trabalhador. Nessa perspectiva, o curso de formação de Multiplicadores em Saúde do Trabalhador cumpre com essa lacuna ao dividir o curso em duas etapas extensas, com componentes curriculares bem abrangentes, ter atuação interdisciplinar, na qual cada etapa aborda a preparação para a ação.

A dimensão epistemológica é atendida ao se produzir e transmitir conhecimento, a despeito da dimensão epistemológica na vigilância, na qual a saúde do trabalhador é negligenciada. O autor chama a atenção para o protagonismo do trabalhador e seu saber, que produz conhecimento que a academia não alcança na mesma proporção fora do ambiente de trabalho. Ele diz que a VISAT é uma nova ciência, que exige novas formas de pesquisa. Por último, mas não menos importante, o autor destaca a dimensão transformadora e ideológico-revolucionária da saúde do trabalhador, em sua luta direta contra o capital, que extrai a mais-valia do trabalhador e se vale de sua saúde, para que ele produza cada vez mais. A VISAT é, nesta perspectiva, algo revolucionário pois questiona essa lógica, destacando que mais que

vigiar, é transformar.

Após apresentar o arcabouço legal e a discussão sobre a VISAT, na sequência aprofundaremos na abordagem do fazer dos trabalhadores que intervêm nos ambientes e processos de trabalhos de outros trabalhadores e que são objeto deste estudo: os fiscais da Vigilância Sanitária, responsáveis por realizar as fiscalizações em Saúde do Trabalhador e suas particularidades.

1.2 Vigiar o Trabalho: o Cotidiano Prescrito dos Fiscais da Vigilância em Saúde do Trabalhador

E onde se localiza o trabalho do fiscal que faz Vigilância em Saúde do Trabalhador na estrutura governamental? O que faz um fiscal em Saúde do Trabalhador? O que o diferencia e o aproxima da Vigilância Sanitária? De onde vêm as demandas? São alguns dos pontos que nos dedicaremos a seguir.

Em resposta ao primeiro questionamento, apesar do grau de responsabilidade conferido aos fiscais, a fiscalização nesse contexto, não é uma carreira constituída no Estado de Goiás. Cada governo emite Portarias conforme a necessidade do aumento do número de fiscais. Portanto, ser fiscal não é uma carreira, mas uma designação. A fiscalização foi instituída pela reforma administrativa do governo de 2011, a partir das orientações da Fundação Osvaldo Cruz, em seu curso de formação de Multiplicadores de Vigilância em Saúde do Trabalhador e no entendimento da gestão que a área de saúde do trabalhador precisava de uma modalidade específica de fiscalização que não era abarcada pela Vigilância Sanitária, com vistas a desencadear intervenções nos ambientes e processos de trabalho a fim de controlar os riscos associados ao trabalho.

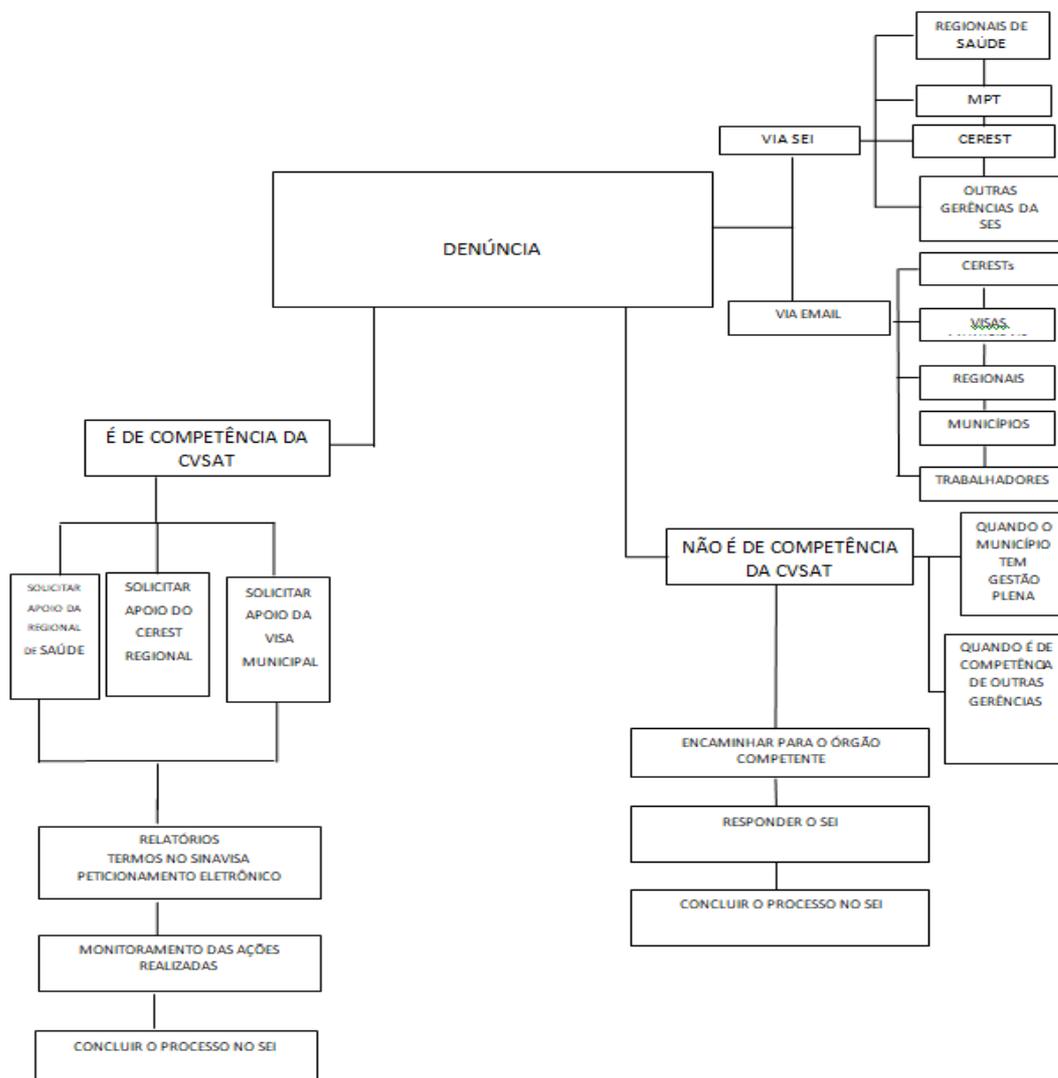
No organograma da SUVISA, nas intervenções dos ambientes e processos de trabalho, há a Gerência de Vigilância Ambiental e Saúde do Trabalhador (GVAST), na qual a área de Saúde do Trabalhador se subdivide em Centro de Referência em Saúde do

Trabalhador (Cerest) e Coordenação de Vigilância em Saúde do Trabalhador (CVSAT). Além do nível central, as Regionais de Saúde e o Cerest Regional compõem a rede de saúde do trabalhador no Estado. As Regionais de Saúde compõem a estrutura da Secretaria de Saúde a nível Regional e, também, conta com fiscais em seu quadro de pessoal. Na Coordenação de Vigilância em Saúde do Trabalhador, a maioria dos servidores públicos ingressou na Secretaria de Saúde por meio do concurso de 2010, mas para atuar em outras áreas, tais como: hospitais da rede pública na capital ou do interior e na Superintendência de Políticas para a Saúde (SAIS). O governo de Goiás instituiu o sistema de terceirização na gestão de hospitais por meio das Organizações Sociais (OS) em 2011, com o objetivo de reduzir custos e dividir responsabilidades com o Estado. Neste contexto, os trabalhadores que não quiseram ser submetidos ao regime de trabalho terceirizado e solicitaram remoção para a Superintendência de Vigilância em Saúde, onde foram acolhidos para a função de fiscal. Com a constante terceirização dos serviços hospitalares, essa prática de solicitar remoção, atualmente, está mais difícil, pois não há substituição da força de trabalho. Portanto, atualmente, a remoção só é autorizada mediante permuta, ou seja, quando outro servidor que está lotado em outra unidade faz a troca para laborar na unidade de saúde pretendida.

Em muitos municípios, os Códigos Sanitários preveem a Vigilância em Saúde do Trabalhador em seus regulamentos, a fim de legitimar as ações dos fiscais. Mas, em muitas situações, os fiscais não conseguem realizar seu trabalho, seja por conflitos políticos, de interesse, por não considerar que a saúde dos trabalhadores seja importante e outros motivos relatados em várias ocasiões em que os fiscais do Estado são chamados para apoiar as Regionais de Saúde e os municípios para atendimento a denúncias encaminhadas pela população. Estas denúncias são recebidas por meio de diversos canais, tais como: Ouvidoria do SUS, Ministério Público do Trabalho, Conselhos Profissionais, Conselho de Saúde, Regionais de Saúde e o Cerest regional. Nesse sentido, a rotina de trabalho dos fiscais segue

um fluxo diretivo, com etapas para atingir os objetivos propostos, conforme podemos observar na figura 1, apresentada a seguir.

Figura 1 Fluxograma de Resposta às Denúncias



Fonte: Coordenação de Vigilância em Saúde do Trabalhador. Atualizado em outubro de 2022.

Outras direções para serem pensadas as intervenções em saúde do trabalhador podem ser através dos eventos sentinela ou sensores de vigilância no território. Para Rutstein *et al* (1976), o evento-sentinela tem como princípio a detecção precoce de uma doença que poderia ser prevenida, um dano que causa incapacidade permanente ou provisória ou mesmo da morte que ocorreu inesperadamente. Tais eventos funcionam como um sinal de alerta de que algo não funcionou, portanto, as ações de cuidado ou de prevenção precisam ser questionadas

ou até mesmo revistas. A Epidemiologia utiliza o conceito de evento-sentinela como uma mola que é capaz de acionar o serviço de Vigilância, para que ações imediatas sejam tomadas. Nesse sentido, são criadas redes-sentinela para as doenças e os agravos em saúde pública. A Portaria de Consolidação nº 5 em seu anexo LXXIX, também, apresenta o conceito de evento-sentinela voltada para a Vigilância em Saúde do Trabalhador, conforme descrevemos a seguir:

Consiste na intervenção nas empresas, a partir de agravos à saúde dos trabalhadores que podem representar um problema coletivo, ainda não detectado, e mesmo um problema epidemiológico relevante, mas submerso. A intervenção dirige-se à maior ou às maiores empresas considerando os aspectos potenciais de frequência e/ou gravidade dos eventos-sentinela (p.12).

A Fundação Osvaldo Cruz (2018) adota, no curso de formação de Multiplicadores de VISAT, um conceito semelhante ao dos eventos-sentinela, também transposto para a Vigilância em Saúde do Trabalhador, denominado “sensor de vigilância”, a partir do qual podem ser desencadeadas ações de intervenção. O conceito é o seguinte:

Chamamos de sensor de vigilância algum sinal de alteração que pode ocultar um problema de saúde individual ou coletiva no trabalho. Por exemplo, doenças que chegam aos serviços de saúde na comunidade; queixa repetida de usuários de um determinado serviço público ou privado sobre o atendimento; doenças ou mortes de causa desconhecida em trabalhos do mesmo tipo; comentários na comunidade sobre problemas em certos estabelecimentos (p.11).

Na Vigilância em Saúde do Trabalhador existem alguns procedimentos e nomenclaturas que foram adotadas para orientar o trabalho dos fiscais. Na inspeção sanitária em Saúde do Trabalhador, o fiscal observa o ambiente de trabalho, desenha o processo produtivo daquela atividade e faz nexos da atividade realizada com possíveis riscos a que o

trabalhador pode estar exposto e quais os impactos que o trabalho pode causar na saúde destes trabalhadores. Para poder realizar seu trabalho, existem algumas etapas a serem cumpridas pelo fiscal, que podem ser concomitantes com novas etapas e procedimentos, de acordo com a necessidade. Essa flexibilidade diz respeito tanto às etapas da inspeção propriamente dita quanto aos parceiros necessários para realizar a fiscalização (Fiocruz, 2018).

A primeira etapa corresponde à fase de planejamento, quando é definida a equipe, que pode contar com a participação dos sindicatos e representantes dos trabalhadores, universidades, Regionais de Saúde e Centros de Referência em Saúde do Trabalhador. Nesta etapa, é realizado um levantamento bibliográfico e estudo do ramo produtivo a ser fiscalizado, bem como todos os seus riscos e formas de gestão de risco necessárias. Na segunda etapa, por meio de visita *in loco*, a equipe se apresenta ao dono ou preposto/designado pela empresa e explica a finalidade da inspeção. A equipe mapeia o processo produtivo, identifica os riscos e as medidas de controle que são utilizadas pela empresa. Após a observação, a equipe solicita documentos de saúde ocupacional que comprovem as medidas de promoção, prevenção e controle dos riscos de acordo com a atividade. Nessa etapa, são realizadas entrevistas com os trabalhadores (Fiocruz, 2018).

A entrevista é a particularidade que diferencia a Vigilância em Saúde do Trabalhador da Vigilância Sanitária, na qual o saber do trabalhador é valorizado. É dessa maneira que os fiscais têm acesso à rotina real do trabalho, de situações que, muitas vezes, não podem ser comprovadas por meio de documentos, nem observadas de maneira direta no ambiente de trabalho. A entrevista é realizada em local reservado, sem a presença dos gestores. O entrevistador esclarece que o objetivo da entrevista é melhorar as suas condições de trabalho, adota uma atitude de respeito, com estímulo ao diálogo, sem preciosismo técnico, pois o fiscal se adequa à linguagem do trabalhador. O trabalhador é informado sobre a garantia de

sigilo absoluto de todas as informações prestadas. Observa-se, muitas vezes, que os trabalhadores se mostram intimidados com a fiscalização, com receio de responder as perguntas. Eles, também, questionam se outros trabalhadores irão ser entrevistados. Diante da afirmativa do fiscal, de que a entrevista será realizada em todos os setores da empresa, geralmente os trabalhadores ficam um pouco mais tranquilos (Fiocruz, 2018).

Após a observação *in loco*, as entrevistas, o registro fotográfico e a análise de documentos, a equipe fiscal comunica ao dono ou preposto as não conformidades encontradas e quais as solicitações serão feitas nos termos fiscais. Os termos fiscais são divididos em quatro categorias, de acordo com a gravidade da situação encontrada e a finalidade que desencadeou a fiscalização. O Termo de Notificação é utilizado para comunicar a empresa sobre o cumprimento das exigências e para registrar a presença do fiscal na empresa. O Termo de Intimação é utilizado para exigir algo da empresa, como adequações ou apresentação de documentos. O Auto de Infração é a peça fiscal utilizada para iniciar o processo administrativo sanitário. É o documento que contém o registro formal das infrações sanitárias. Por último, o Auto de Interdição Cautelar, que visa paralisar preventivamente as atividades, as máquinas ou os setores da empresa que apresentem risco iminente à integridade dos trabalhadores (Fiocruz, 2018).

Após emissão dos termos fiscais, seguem-se as etapas de monitoramento do cumprimento das exigências, com retorno à empresa e o envio dos relatórios e peças fiscais aos interessados, como Sindicatos e o Ministério Público do Trabalho. Se forem sanados os problemas, a fiscalização é encerrada. Em alguns casos, quando os problemas são graves, ou a empresa não cumpre as recomendações e as exigências definidas pela fiscalização, é aberto um processo administrativo e a pena a ser aplicada fica à critério da Superintendente de Vigilância em Saúde. O quadro a seguir se refere aos procedimentos operacionais para a fiscalização sanitária em Saúde do Trabalhador, adotados pela Coordenação de Vigilância em

Saúde do Trabalhador.

Quadro 3: Procedimentos Operacionais para a Fiscalização em Saúde do Trabalhador

a. Receber e analisar a demanda (Regional de Saúde, Secretaria Municipal de Saúde, Vigilância Sanitária Municipal, Vigilância Ambiental Municipal, Sindicatos da categoria, Cerest Regional, entre outros). Esta demanda pode ser definida por meio de Projeto, por denúncia ou por evento-sentinela.
b. Definir a previsão de data para a inspeção.
c. Articular com os atores envolvidos (Regional de Saúde, Secretaria Municipal de Saúde, Vigilância Sanitária Municipal, Vigilância Ambiental Municipal, Sindicatos da Categoria, Cerest Regional, entre outros) a ação de fiscalização, a fim de definir o planejamento da ação.
d. Estudar o ramoproductivo.
e. Realizar o levantamento dos agravos em saúde do trabalhador relacionados ao ramo produtivo.
f. Pesquisar a empresa/instituição a ser fiscalizada.
g. Definir a legislação específica.
h. Providenciar os documentos administrativos (convocação fiscal, ordem de serviço, ficha de planejamento, ordem de tráfego, solicitação de diária).
i. Realizar reunião prévia com os atores envolvidos em campo (Regional de Saúde, Secretaria Municipal de Saúde, Vigilância Sanitária Municipal, Vigilância Ambiental Municipal, Sindicatos da categoria, Cerest Regional, entre outros).
j. Atribuir funções para a equipe de inspeção (Registro fotográfico, Análise do ambiente e processos de trabalho, Desenho do processo produtivo e dos processos de trabalho, Entrevista com ostrabalhadores de cada setor ou etapa do processo produtivo, Análise de documentos).
k. Apresentar devolutiva para a empresa (preenchimento e entrega dos termos fiscais).
l. Promover construção conjunta com a Regional e Cerest e Sindicatos da categoria (Elaboração do Documento Técnico da inspeção).
m. Lançar o termo fiscal no SINAVISA por meio da VISA Municipal.
n. Lançar termos no SINAVISA e SEI; monitorar os termos fiscais; analisar os documentos solicitados no termo de intimação em reunião técnica; Avaliar se há necessidade de retorno na empresa. Se sim, retornar para o ciclo de solicitação de viagem. Retornar para verificar o cumprimento dos termos.
o. No retorno da Inspeção são realizadas as seguintes etapas: seguir os trâmites fiscais: 1. encerrar a fiscalização caso sanadas as não conformidades; 2. Autuar o processo administrativo e sanitário se não cumpridos os termos; e, por fim, seguir o rito do processo sanitário.
p. Dar devolutiva para o denunciante/sociedade.

Fonte: Coordenação de Vigilância em Saúde do Trabalhador, atualizado em outubro de 2022.

Após contextualizar o campo da Vigilância em Saúde do Trabalhador, passamos, no capítulo a seguir, ao arcabouço teórico da Psicopatologia e da Psicanálise que nos dá uma chave de leitura epistemológica para nos aprofundarmos nos estudos sobre o trabalho e suas fissuras, o desamparo, o campo do angustiante, o mal-estar e o sofrimento dos sujeitos.

CAPÍTULO II - DO DESAMPARO AO ESGARÇAMENTO DO SUJEITO

2.1 Da Psicopatologia Geral à Psicopatologia Fundamental: o Sujeito que Pode Falar

As categorias organizadoras da saúde e da doença são compreendidas desde o início da medicina hipocrática, por meio do entendimento de que saúde seria o equilíbrio dos humores no corpo, o silêncio dos órgãos ou a ausência de doenças. Nessa perspectiva, o que era normal e o que era patológico cabia à medicina decidir. A anatomia do corpo era o lugar privilegiado para se examinar o adoecimento físico e, até mesmo, o adoecimento mental, sem que atentasse para a narrativa, para as construções sobre si próprio através da fala, sendo que o sujeito apenas relatava seus sintomas quando perguntado. Nessa linha de raciocínio, Fèdida e Widlocker ((1989, citado em Pereira 1998) apontam a Psicopatologia como uma encruzilhada epistemológica, um objeto de interesse de múltiplas disciplinas, interessada no sofrimento psíquico, mas que enxergam o seu objeto de estudo de maneiras diferentes.

Antes de nos aprofundarmos nas questões epistemológicas, convém indicar as chaves de leitura escolhidas para trilhar esse caminho, que partem da Psicopatologia Geral até a Psicopatologia Fundamental. Logo em seguida, discorreremos sobre a Psicanálise e seus conceitos para tratar da singularidade do sujeito. Podemos dizer que a Psicopatologia teve três grandes ramificações desde o seu nascimento: Fenomenologia, Psiquiatria e Psicanálise. Explanaremos, brevemente, estes caminhos para nos dedicarmos, mais detalhadamente, à Psicopatologia Fundamental, nossa vertente de estudo.

A Psicopatologia Geral tem o seu início com Jaspers (1913), estruturada na Fenomenologia um campo definido da Psicopatologia dos fenômenos conscientes, ao invés da Medicina como seria de se esperar de uma ciência. Esses fenômenos seriam íntimos do sujeito e poderiam ser claramente narrados por ele. Portanto, essas ocorrências mentais descritas pelo paciente poderiam ser compreendidas e generalizadas para todas as situações e aplicáveis a todos os sujeitos. De acordo com Jaspers (1913),

O objeto da Psicopatologia é o fenômeno psíquico realmente consciente. Queremos saber o que os homens vivenciam e como o fazem. Pretendemos conhecer a envergadura das realidades psíquicas [seelischen Wirklichkeiten] E não queremos investigar apenas as vivências humanas [das erleben der Menschen] em si, mas também as condições e as causas [Die Bedingungen und Ursachen] de que dependem os nexos em que se estruturam as relações em que se encontram, e os modos em que, de alguma maneira, se exteriorizam objetivamente. Mas nem todos os fenômenos psíquicos constituem nosso objeto. Apenas os “patológicos.” [sondern nur das ‘pathologische,’ ist unser Gegenstand) (p. 13).

Já Kurt Schneider (1948, citado em Pereira, 2019) ao contrário de Jaspers, segue a linha da Psiquiatria e da Medicina tradicional e sua generalização dos fenômenos psíquicos ao estudar os sintomas clássicos da Esquizofrenia, chamados de sintomas de primeira ordem. Ele questiona o uso do termo Psicopatologia em Psiquiatria, pois entende que apenas o corpo poderia adoecer e que a Psicopatologia remeteria à alma. Pereira (1998) questiona a generalidade da Psicopatologia Geral, ao problematizar como poderia haver uma forma de generalizar o sofrimento, se o que se busca alcançar é o mais singular da experiência de um sujeito que sofre. Nessa perspectiva teórica, os trabalhos de Fèdida (1990), Berlinck (2000) e Pereira (2019) destacam o horizonte da Psicopatologia Fundamental, nossa primeira referência de leitura para pensar o sujeito.

O termo fundamental foi cunhado por Fèdida em 1985 em um contexto francês de enfraquecimento da Psicanálise e da Psiquiatria, provocado pelo desaparecimento da Psicopatologia desse ramo da medicina. Essa ausência foi um marco para o surgimento dos manuais classificatórios e diagnósticos nos Estados Unidos, que privilegiavam a ciência epidemiológica, com a categorização dos problemas de ordem mental, em detrimento da

Psicopatologia com raízes gregas, do *patei mathos* (o sofrimento ensina). Nesse período, quando se falava de uma “Psicopatologia Patológica”, o adjetivo fundamental escolhido por Fèdida era o que caracterizava o padecer como constituinte da natureza humana (Cecarelli, 2001).

Fèdida (1990) ressalta que a Psicopatologia Fundamental se aproxima do modo freudiano de ver a Psicopatologia em vários aspectos e destaca a singularidade e a função do sintoma para ambas as disciplinas. Nessa medida, para o autor, a Psicanálise seria uma Psicopatologia Fundamental, embora Freud tenha criado a sua própria metapsicologia. Fèdida (2002), postula que “a constituição do vivido em experiência (ou ainda: o que ensina o vivido), à qual a psicanálise confere um valor de historicização de si, dá todo sentido à psicopatologia” (p. 240). Nessa mesma linha de raciocínio, Berlinck (2000) continua a discussão da fundamentalidade da Psicopatologia de Fèdida ao destacar dois elementos que compõem a Psicopatologia Fundamental: a paixão (*pathos*) e a posição. Ambos os autores nos mostram que a Psicopatologia foi fundada na tradição da pólis grega, com o teatro de Ésquilo. Na tragédia grega, o sofrimento oriundo do *pathos*, do excesso, da desmesura e do transbordamento poderia ser transformado em sabedoria. Os autores resgatam a noção original da paixão considerada pelos gregos, o *pathos*, que compreende a passividade além do sofrimento. Essa dimensão trágica do humano é a que contém o *pathos*, o padecer, o que é vivido, experienciado, o que ocorre no corpo, mas que o sujeito não consegue se apropriar do acontecimento, a não ser por meio de uma escuta. Berlinck (2000) nos esclarece essa dimensão *pática* e trágica do humano:

Nesse sentido, quando o *pathos* acontece, algo da ordem do excesso, da desmesura se põe em marcha sem que o eu possa se assenhorar desse acontecimento a não ser como paciente, como ator, inaugurando, assim, condições necessárias e suficientes para a posição do terapeuta e para a transformação da vivência *pática* numa patologia e, daí

numa experiência (p. 18).

O autor supracitado (2000) em sua articulação com a Psicanálise propõe que o aparelho psíquico seria um prolongamento do sistema imunológico, constituído através de uma violência que lhe daria origem e que lhe permitiria existir como uma forma de defesa contra o traumático. Além do *pathos*, ele evoca o conceito de posição como o segundo elemento para se pensar a Psicopatologia Fundamental, que se interessa pelo sujeito trágico, aquele que pode aprender com a experiência. Ao recuperar do léxico bélico grego e romano, o conceito de posição para diferenciar a sua disciplina da Psicopatologia Geral clássica, contribuiu para nos mostrar o lugar que o sujeito se situa no laço social:

Posição, que se origina no vocabulário militar romano, quer dizer inicialmente, lugar onde uma pessoa ou coisa está colocada. Refere-se, no vocabulário latino, à distribuição do exército romano e seus recursos no espaço de batalha, já que a civilização romana se funda na conquista de territórios, ao contrário da civilização grega onde a guerra servia a um tipo particular de cultura para a emergência do herói. Uma vez ocupado um território, conquistada uma posição, o exército romano o integrava, com tudo o que continha, ao império Romano. Os gregos, por sua vez, não tinham essa preocupação civilizadora... As posições em Atenas, referem-se à postura do corpo, à maneira, à pose como os moradores da pólis – cidadãos e escravos, autóctones e estrangeiros – se relacionam numa trama discursiva que se realiza, por excelência, na ágora, ou seja, no espaço da retórica (p. 13).

É, portanto, a posição do sujeito em relação ao seu *pathos* diante desse sofrimento que acontece no corpo, mas que tem sua origem em outro lugar, que interessa à Psicopatologia Fundamental. Berlinck (2000) continua a nos apresentar a estrutura dessa discussão no que diz respeito ao sofrimento trazida pela Psicopatologia Fundamental, que se preocupa em promover um conhecimento, um saber que seja compartilhado pelo sujeito, diferente da

Psicopatologia Geral, que busca a classificação e o diagnóstico por si mesmo, autossuficiente. Mas o autor ressalta que o Psicopatólogo não deve, de nenhuma maneira, deixar de entender a Psicopatologia Geral sem, contudo, deixar enrijecer seu pensamento por esta. E continua sua linha de raciocínio ao dizer que a Psicopatologia Fundamental pode ser assim definida como uma espécie de discurso, que tem como ponto de partida um sujeito que sente e que precisa ser escutado. Em suas palavras,

Pathos não pode ensinar nada, pelo contrário, conduz à morte se não for ouvido por aquele que está fora, por aquele que, na condição de espectador no teatro grego do tempo de Péricles, se inclina sobre o paciente e escuta essa voz única se dispondo a ter, assim, junto com o paciente, uma experiência que pertence aos dois (p. 14).

Ao defender a perspectiva da escuta é interessante observar o contexto da época de Freud em sua clínica, que interessa à Psicopatologia Fundamental. Ainda na Medicina, Freud (1893) em seus estudos sobre a histeria, produz um corte epistemológico entre a medicina tradicional da época e a Psicanálise em seus estudos sobre o sofrimento psíquico. O autor ocupava uma dupla posição: ao mesmo tempo em que estudava e se servia da Psiquiatria para norteá-lo com seus trabalhos sobre a paranóia e a melancolia, não concordava inteiramente com seu método, o que provoca essa ruptura com a Medicina e o consequente início da Psicanálise. Nesta ruptura epistemológica e clínica, houve uma nova articulação entre a Psicanálise e a Psicopatologia, na qual a dimensão subjetiva foi inserida na discussão científica, não como uma especulação, mas como seu principal elemento (Pereira, 1998). A Psicanálise questiona a Fenomenologia em seu aspecto compreensivo da dor e do sofrimento do sujeito e recupera a dimensão *pática*, que se refere à Psicopatologia Fundamental. Consoante Berlinck (1997), “a descoberta do inconsciente freudiano, como manifestação do *pathos* e como algo que surge da violência primordial, bem como a consequente metapsicologia que é conhecida por psicanálise é a casa mais confortável para a

Psicopatologia Fundamental” (p. 19).

Retomamos Berlinck (2000) sem deixar de mencionar Fèdida (1997) e a Psicanálise freudiana, já que esses autores sublinham a importância da narrativa para transformar o sofrimento em experiência. Também na visão de Pereira (2019), a Psicopatologia deve ser redefinida à luz da questão do sujeito como um ser de linguagem, para romper com a concepção tradicional de descrição nosológica, dos fenômenos biológicos mórbidos de um organismo e de uma visão nosográfica ou classificatória dos transtornos mentais, dos mecanismos que os causam e suas definições. A Psicanálise, com a sua descoberta do inconsciente que se refere a uma outra cena desconhecida do sujeito e que lhe traz sofrimento, foi tecida como um lugar de escuta, pesquisa e tratamento, sendo uma das disciplinas utilizadas pela Psicopatologia Fundamental, também, devido à sua compreensão de sujeito na sociedade.

A compreensão de sujeito pensada por Freud em sua Metapsicologia dizia que a Psicologia individual não estava dissociada da Psicologia Social. Nessa perspectiva, nos textos chamados culturais, observaram o sofrimento do sujeito no cotidiano ao conviver com o próximo na sociedade não como pano de fundo, mas como cena principal. Na obra “O mal-estar na civilização” (1930), Freud afirma que os homens buscam, por um lado, evitar a dor e o desprazer e, por outro lado, tentam vivenciar sensações de prazer o máximo possível. Para ele, o sofrimento do homem se dá em três direções: a fragilidade e finitude dos corpos, a luta pelo domínio da natureza e o relacionamento entre os homens. Ele ressalta que a terceira direção é, de longe, a mais difícil para o ser humano. Contudo, ele ressalta a necessidade de se viver em sociedade, apesar do antagonismo entre as pulsões de vida e de morte, o conflito entre o que vem do interior, o que está no limite entre o somático e o psíquico, o pulsional, o que é imperioso, que busca satisfação constante e as convenções sociais, a moral, as exigências da sociedade. Ainda, segundo o mesmo autor “... No entanto, como caminho da

felicidade, o trabalho não é altamente prezado pelos homens. ... A grande maioria das pessoas só trabalha sob pressão da necessidade, e essa natural aversão humana ao trabalho suscita problemas sociais extremamente difíceis” (p. 99).

Se a civilização se erige através da proibição, a cultura teria o papel ilusório de proteger o homem contra a natureza e contribuir para os relacionamentos, uma vez que, no pacto social, o sujeito, muitas vezes, é obrigado a renunciar à satisfação desmedida para se inserir na cultura. Em troca, o homem ocupa um lugar na comunidade, lugar pelo qual também se insere através do seu ofício, do seu trabalho. Freud (1930) fala do trabalho de várias maneiras, que não apenas o trabalho assalariado: o trabalho psíquico (*Psychischer Arbeit*), o trabalho do luto (*Trauerarbeit*), o trabalho científico (*wissenschaftlichen*), o trabalho do sonho (*Traumarbeit*), o trabalho da civilização (*Kulturarbeit*) como proteção da condição de desamparo, o trabalho de interpretação (*Deutungarbeit*), o trabalho como um modo de sublimação (Menezes, 2008). Apesar dessas diversas referências ao trabalho, Freud faz uma argumentação de maneira contundente, que consideramos primorosa – ele diz que o homem, para ser feliz, deve ser capaz de amar e trabalhar. Ele reconhece a importância do trabalho para o homem como forma de evolução e sobre a colaboração do seu semelhante no trabalho e na vida social. O autor nos dá pistas de que a sublimação, isto é, um deslocamento da energia pulsional para algo culturalmente aceitável, reconhecido e valorizado seria uma saída possível para o sujeito, embora a sublimação não fosse possível para todos os sujeitos. Em suas palavras,

A possibilidade que esta técnica oferece de deslocar uma grande quantidade de componentes libidinais, sejam eles narcísicos, agressivos ou mesmo eróticos, para o trabalho profissional e para os relacionamentos humanos a ele vinculados, empresta-lhes um valor que de maneira alguma está em segundo plano quanto ao que goza como indispensável à preservação e justificação da existência em sociedade. A atividade profissional constitui fonte

de satisfação especial ... por meio da sublimação. (p.99)

Esse lugar coletivo, cultural, de construção do sujeito por meio do trabalho nos abre caminho para um diálogo com a Psicopatologia do trabalho, que será tratada a seguir.

2.2 O Sujeito do Trabalho e seu *Pathos*: Um Diálogo com a Psicopatologia do Trabalho

A Psicopatologia do trabalho surgiu na França no pós-guerra dos anos 1950, com o objetivo de promover uma higiene social, com a implantação da disciplina da Psiquiatria social. A instituição desta disciplina resultou de um conjunto de acontecimentos, quais sejam: a Segunda Guerra Mundial, que provocou profundas mudanças no mundo do trabalho e despertou para a necessidade inexorável de os sujeitos se adaptarem e se readaptarem aos modos de produzir e às relações de produção; e uma inédita interrogação do papel do trabalho na vida do indivíduo. No contexto do pós-guerra, coube à Psicopatologia investigar o lugar do trabalho na recuperação e reintegração do sujeito à vida social após uma internação psiquiátrica (Lima, 1998). Nesse contexto, Paul Sivadon foi pioneiro ao utilizar a expressão Psicopatologia do Trabalho e inaugurar uma nova forma de abordar o doente mental, por meio da ergoterapia. Ele, também, foi um precursor ao reconhecer o papel do trabalho diante da doença mental, ou seja, mesmo doente mentalmente ali ainda existiria um trabalhador, apesar de todas as contradições teóricas da época e das tentativas frustradas de integrar o psíquico, o orgânico e o social.

Le Guillant (2006) segue essa linha de estudo entre o adoecimento psíquico e o trabalho, buscando fazer um enlaçamento entre a alienação mental e a social com o mundo do trabalho. Ao observar mulheres que exerciam a profissão de telefonista, percebeu que elas apresentavam alguns comportamentos sem nexos com a função, como impaciência, automatismos e perturbações, como, por exemplo de responder à campainha do metrô. Le Guillant (2006 citado em Faiman, 2012) apontou uma relação direta entre causa e o efeito do potencial patogênico do trabalho, classificando essas atitudes estranhas de neurose das

telefonistas. Na Inglaterra, Elliot Jacques, psicanalista, publicou em 1955 o texto “Os Sistemas Sociais como Defesa”, que propõe uma intervenção terapêutica em uma empresa metalúrgica, a partir de uma solicitação dos próprios empregados da empresa. O autor utilizou a obra de Freud em seu estudo acerca dos mecanismos dos grupos e os mecanismos de defesa, tais como a projeção e a introjeção. Nesse estudo, o autor mostra que o ambiente de trabalho, que é parte de um sistema social, pode conter as ansiedades persecutórias ou depressivas dos indivíduos, dada a forma com que eles se aglutinam, se associam à instituição e cooperam de maneira inconsciente para se defender contra a culpa e a ansiedade.

Nesse mesmo alinhavo teórico e de pesquisa, Isabel Menzies, também psicanalista, publicou o artigo intitulado “O funcionamento das Organizações como Sistemas Sociais de Defesa contra a Ansiedade” em 1970, no qual relata o trabalho com as profissionais Enfermeiras. Ela observou seus mecanismos psíquicos de defesa diante do cuidado com o paciente em estado grave, os sentimentos de ambivalência das profissionais, de erotismo e repulsa provocados pelo contato direto com o corpo dos enfermos, a dor dos pacientes, dos familiares e as responsabilidades nas decisões tomadas. Esses mecanismos de defesa são utilizados a fim de tornar a angústia do trabalho cotidiano suportável, pelo menos aparentemente (Lima, 1998).

Eugene Enriquez (1990) contribui sobremaneira com a nossa discussão sobre o mundo do trabalho através da cultura e as instituições a partir da obra de Freud. Para mostrar como as instituições funcionam, ele percorre os estratagemas culturais pelos quais a civilização conduz o homem para que se mantenham agrupados e sob vigilância. Para esse autor, a dinâmica natural do capitalismo se impõe como o novo sagrado e se utiliza da estratégia de garantir uma mobilidade total dos trabalhadores em um repúdio ao ócio e com um fetiche pelo dinheiro para “fazer todo mundo trabalhar” (p. 248). As instituições são, nas palavras do autor, “representantes do Estado, que regula e contém a violência e o controle

organizacional é realizado pela máquina burocrática”. Os sujeitos que estão dentro das instituições intervêm como objeto, modelo, apoio, adversário, em relações de solidariedade e hostilidade. Diante desse tecido institucional, cabe perguntar: Quais os significantes linguageiros fundamentais que estão na base das instituições e que compõem o discurso das organizações do trabalho na fala dos trabalhadores? Para abordar essa temática, lançamos mão da Psicopatologia Fundamental e da Psicanálise como referências de leitura.

A Psicopatologia fundamental, de base psicanalítica, foi escolhida por resgatar a dimensão do sujeito, implicado no seu sofrimento e seus sintomas. Apesar de não ser na Psicanálise que a relação do homem com o trabalho começou a ser investigada, propomos pensá-la na análise dinâmica que se faz do trabalho como constituinte do sujeito e de como o sujeito se implica nessa relação com o trabalho. Para pensar essa cadeia associativa, nos fundamentamos a Psicopatologia Fundamental enquanto um arcabouço teórico que articula a Psicanálise com a Psicopatologia. Sousa-Duarte (2020) propõe que façamos a discussão sobre uma Psicopatologia crítica, ao analisar as questões raciais e de escravidão para argumentar sobre o que é normal e patológico no trabalho, em uma perspectiva decolonial. Chama-nos a atenção quando Franz Fanon é trazido para o debate pela autora sobre a representação dos trabalhadores por meio de seus sindicatos: “Diz-se também que a pessoa normal é aquela que não cria dificuldades. Mas, então, os sindicalistas que reivindicam e protestam são normais? Quais seriam os critérios de normalidade? Para alguns, o critério é o trabalho” (Fanon, 1959 citado em Sousa-Duarte, 2020 p. 37)

Ampliamos a discussão sobre a normalidade e a patologia ao identificar os sintomas, já apontados pelos autores supracitados, como uma consequência de uma mudança na gramática do trabalho. Para Mendes (2020), a produção dos sintomas sociais hoje decorrem do trabalho morto, que substituiu o trabalho vivo. A autora discorre acerca da dificuldade de ser trabalhador no Brasil, dada a colonização não só do trabalho, mas também dos afetos, na

qual são criadas redes de submissão pelo capital, como uma espécie de “taylorização da subjetividade”. Todos esses sintomas atuais, que são objeto de estudo e investigação da Psicopatologia do Trabalho, estão interconectados e se sustentam pelo discurso e pelas práticas desenvolvidas nos atuais modelos de gestão, culturas e ideologias autoritárias. É nesse mosaico que se configura o campo do trabalho, composto pelo prescrito, ou seja, as normas, as técnicas, os regulamentos; e os imprevistos que é aquilo que acontece sem estar preparado, o que não se pode evitar, o que pode ser chamado aqui de real. Podemos aí vislumbrar o que parece ser um campo de batalha, onde se desencadeia uma contenda entre o capital e o trabalho, expressa na figura do trabalhador. Nessa peleja, é extraído do sujeito trabalhador o suor até a última gota, tal como se ele estivesse em uma gigantesca morsa e fosse retorcido sobre si próprio, sem levar em conta sua anatomia e as consequências advindas dessa torção violenta. É o conflito que opõe o desejo do trabalhador ao sistema brutal do trabalho e pode gerar ora vivências patológicas, ora de reconhecimento, ora de saúde.

Sabemos da importância de se estudar os ambientes e processos de trabalho em seu método concreto e visível, mas, também, é preciso transpor a dimensão do trabalho para o psíquico e para o social, que afeta os sujeitos como parte da cultura e provoca a renúncia à satisfação pessoal para viver no coletivo, que é a parte constituinte do processo de humanização do sujeito. Segundo Masson (2021),

Freud deixou um legado no campo da psicopatologia e, ao longo de sua obra, cunhou nomes, agrupamentos e definições. O que fundamentava sua psicopatologia era a história, a origem, a economia e a dinâmica daquele conjunto de sintomas. A partir de um conjunto de sintomas, a histeria, descobriu o que é comum a qualquer sujeito, o inconsciente, a angústia, o desamparo, o conflito, dos quais ninguém escapa. Nesse

ponto, é possível situar a idéia de sofrimento em seu aspecto universal e em sua absoluta singularidade (p. 41).

Ao considerar a história na singularidade de cada um dos sintomas trazidos pelos sujeitos frente ao seu mal-estar, estamos de acordo com o pensamento de Freud, Dunker e Safatle (2015) que corroboram com a idéia de que cada modalidade de sofrimento do sujeito corresponde ao modo de resposta à uma determinada época. Esse destino dado ao sofrimento em cada contexto e em cada época, exige um trabalho da ordem de uma invenção única desse sujeito. Nesta perspectiva, para pensar o sujeito no contexto de sua cultura e das relações sociais, é necessário considerar os sistemas sociais em suas maneiras de cercear, unir e gerir os indivíduos, bem como identificar quais as formas de patologia e sofrimento são pertinentes à época atual. Os autores supracitados nos lembram que nem todo sofrimento é patológico, o patológico se refere ao excessivo, frequentemente controlado por meio de diagnósticos certos e silenciados com a prescrição de medicamentos. De acordo com Safatle (2015), “... não se socializa apenas levando sujeitos a internalizarem disposições normativas positivas, mas principalmente ao lhes fornecer uma gramática social do sofrimento, ou seja, quadros patológicos oferecidos pelo saber médico de uma época” (p. 8). Dunker (2015) discute essas formas de sofrimento e ressalta que o ato de reconhecimento pode transformar o sofrimento, ao lhe dar um contorno nas narrativas do sujeito, falando sobre si mesmo e da escuta. Essa afirmação vai ao encontro das idéias de Ferenczi (1933) para quem o desmentido, o não reconhecimento do sofrimento instala o trauma em seu caráter invasivo, desestruturante e devastador, que lança o sujeito em um estado de abandono e de desabrigo.

Nessa via teórica, destacamos um dos conceitos que acreditamos ser imprescindíveis para palmilhar o mundo do trabalho atual, marcado pelo neoliberalismo e pelo gozo sem limites: o desamparo. Parece um contrassenso discutir o desamparo em uma sociedade do gozo, em que tudo parece possível e encorajado, mas, para nós, é um ponto de retorno

fundamental, que marca nossa condição de finitude e possibilita discutir os limites tão necessários no contexto de trabalho. A partir da metapsicologia do desamparo na Psicanálise e suas implicações nos dos modos de subjetivação do sujeito, propomos uma articulação com o campo do trabalho em seu excesso, no *pathos* que ao não ser escutado se transforma em patologia e pode adoecer o sujeito.

2.3 O Desamparo e suas Veredas

Ao percorrer a metapsicologia do desamparo na Psicanálise, nos confrontamos com autores que entram em discordância quanto ao percurso de Freud em torno do tema, divididos em duas correntes. Uma primeira corrente de autores defende que Freud nunca fez um percurso sistemático em torno do tema (Birman, 1999; Rocha, 2000;) embora afirmassem que o conceito de desamparo sempre esteve presente na obra de Freud desde o início (Pereira, 1999; Birman, 1999; Menezes, 2008). Birman (1999) assevera que há uma espécie de Babel, tal como descrita na Bíblia, de uma surdez, uma confusão de línguas em torno do termo desamparo, proposto como um conceito por Freud ao invés de apenas uma palavra, como insistem muitos analistas. Para ele, há entendimentos diferentes e confusos no uso da “mágica palavra desamparo, ... é fonte inesgotável de enganos, tropeços e mal-entendidos entre os interlocutores envolvidos no diálogo sobre isso na psicanálise” (p. 11), já que, segundo o autor, na obra freudiana, se fala de desamparo sem que, necessariamente, se refira ao conceito e traz o conceito sem que a palavra esteja presente. Para uma segunda corrente, defendida por Birman, (2000) Pereira (1999) e Menezes (2008), a palavra desamparo aparece precocemente no discurso freudiano no “Projeto para uma Psicologia Científica” (1895). Entretanto, o desamparo como conceito metapsicológico na visão de Birman (2000) só aparece depois dos anos vinte, portanto, tardiamente. Muito mais que um conceito, a categoria do desamparo “condensa a totalidade do discurso freudiano anterior, sendo a inflexão máxima do discurso psicanalítico” (p. 36). Ainda, segundo Birman (2014), “o

registro psíquico do desamparo é algo de ordem originária, marcando a subjetividade humana para todo o sempre, de maneira indelével e insofismável” (pp. 39-40).

Nesta perspectiva, é preciso desfazer o mal entendido da palavra apontado pelo autor e discutir o conceito, compreendê-lo em sua dimensão fundante, constituinte da subjetividade. Essa característica, por si só, já coloca o desamparo como indubitável, sem possibilidade de refutação (Pereira, 1999). No campo do sujeito, uma outra vertente para pensar a constituição subjetiva que nos interessa devido ao seu alcance diante do tema desamparo, apesar de não ser o foco desse trabalho, é a proposta pelos psicanalistas argentinos David Maldavsky e Luis Hornstein. Maldavsky (1992), e Hornstein (2003) (citado em Masson, 2021) apresentam uma contribuição valiosa à Psicanálise ao trabalhar com etapas arcaicas da constituição subjetiva. Eles defendem haver falhas da ordem da libido e da identificação nessas etapas arcaicas do desenvolvimento infantil, e que podem estender o desamparo sentido pelo sujeito. Eles nomeiam esse conjunto de falhas como patologias do desvalimento, que podem ser agravadas quando há um ambiente em que o sujeito percebe como hostil. Nesse lugar de impossível circulação de energia no aparelho psíquico, Maldavsky (1992 citado em Masson, 2021) propõe o conceito de libido intrassomática, que provoca uma toxicidade e uma fixação no que ele denomina real primitivo. No campo das patologias do desvalimento, o sujeito conta apenas com a desestimação do afeto como defesa. Ele recupera o conceito de desestimação do afeto de Freud (1894) como forclusão (*Verwerfung*), na qual há uma rejeição de uma representação da ordem do insuportável e de seu conseqüente afeto pelo sujeito (Masson, 2021). Acompanharemos o percurso de Freud pelas trilhas do desamparo e suas veredas.

A palavra desamparo (*Hilflosigkeit*) é composta de um substantivo, um sufixo e uma terminação. Esta palavra tem o poder de provocar controvérsia entre os autores que se dedicaram a estudar esse tema por sua semântica. Os substantivos “*Hilfe*”, que significa

auxílio, ajuda, proteção, amparo, do sufixo adverbial de modo “*Losig*” que quer dizer falta de, ausência e carência; e ainda pela terminação “*Keight*”, que compõe substantivos femininos (Rocha, 2000). Nesse mosaico, *Hilflosigkeit* é um substantivo que designa um estado ou a condição de alguém que se encontra “sem ajuda”, *hilflos*, “desamparado.” Laplanche e Pontalis (2001) propõem como tradução para *Hilflosigkeit*, “estado de desamparo” porque, em seu entendimento, para Freud, é de um dado objetivo que se trata e não de uma condição. É o recém nascido que está nesse estado precário e sem recursos. Nesse entendimento, o adulto estaria em condição diversa do recém-nascido, que não implicaria na necessidade de socorro. Menezes (2008) discorda dessa proposta ao afirmar que: “desamparo é uma boa tradução para *Hilflosigkeit*, porque essa falta de sustento, de proteção, implica a necessidade de um outro” (p. 26). De acordo com essa forma de compreender, o desamparo continua na vida adulta e não apenas na infância. Nessa condição, o desamparo motor se dá em concomitância com o desamparo psíquico do infante.

No entendimento de Pereira (1999), Freud propõe o aparelho psíquico como uma forma de lidar como desamparo, assim como Berlinck, para qual o aparelho psíquico é uma defesa e faz parte do sistema imunológico. O desamparo, também, estaria ligado à uma fragilidade da linguagem. Nas palavras do autor,

... o desamparo (*Hilflosigkeit*) corresponde à dimensão da fragilidade da linguagem, à sua precariedade fundamental, dado que esta nunca consegue fornecer de uma vez por todas as bases estáveis e definitivas de um mundo simbolicamente organizado. A linguagem só é capaz de criar um mundo à condição de continuamente recriá-lo (p. 16).

A construção do conceito de desamparo durante toda a obra de Freud foi apoiado em questões clínicas, pensadas a partir do atendimento dos pacientes que levou Freud a se debruçar sobre a problemática do desamparo (Pereira, 1999; Menezes 2008; Masson, 2021).

Freud postulou à ideia de desamparo ou de sujeito desamparado, em um primeiro momento, para se referir à prematuridade do ser humano em seu nascimento, à incapacidade objetiva do recém-nascido em satisfazer, através de si próprio, de seus esforços, sua própria vontade, suas próprias forças, as exigências de suas necessidades vitais (Pereira, 1999; Masson, 2021). Essa concepção objetiva privilegiava o biológico, apresentando um problema teórico visível, qual seja: de que com o crescimento, o estado de desamparo poderia ser superado. Entretanto, não foi difícil, para Freud, perceber que havia cometido um equívoco, mostrado nos seus estudos e atendimentos clínicos, já que o desamparo não era algo que pudesse ser superado ao longo da vida, com o amadurecimento de um indivíduo. Seria, antes de tudo, a condição primeira do humano, o que lhe colocaria em contato com o liame social (Pereira, 1999).

É na obra “Projeto de uma Psicologia Científica” publicada em 1895 que Freud faz primeira menção ao termo desamparo vinculada ao social e pensada como a fonte dos sentimentos morais (Menezes, 2008; Pereira, 1999; Birman, 1999; Masson, 2021). Nesse trabalho, a preocupação de Freud ainda estava voltada para colocar a Psicanálise no estatuto de ciência, ancorado nas ciências biológicas, naturais e ele se dedica a descrever e detalhar as ligações neuronais e, também, definir a quantidade de energia envolvida nos processos psíquicos dos indivíduos. Na primeira parte de “O Projeto”, no Esquema geral, que fala da experiência de satisfação é onde Freud trata do desamparo como um momento de grande excitação interna, em que os neurônios estão cheios de energia endógena e são tensionados até que essa energia seja descarregada. Essa tensão provoca um desconforto do qual o recém-nascido tenta se livrar e que o leva a expressar emoções primitivas por meio do choro, do grito etc. Nesse estado de desalento, seu corpo é inteiro agitado e sacudido. Assim, o *infans*, que já podemos qualificar como desamparado por natureza, tenta “executar imediatamente no interior do seu corpo a atividade necessária para remover o estímulo endógeno” (p. 370). Apesar de seus esforços, a tensão não diminui e não há alívio possível. É necessário que o

bebê tenha uma ajuda externa. Nessa situação difícil, seu choro e seu grito não são apenas expressões do seu desconforto, mas um signo que irá convocar, que ele deve ser ouvido por alguém. Contudo, esse grito não é para ser ouvido por qualquer pessoa, é pela pessoa que vai ajudá-lo e livrar-lhe desse incômodo. Trata-se de uma demanda, da primeira demanda dirigida a um Outro, através de um som que ainda não é uma palavra, mas convoca uma ajuda. Garcia-Roza (2004) assinala que se trata do “grito como signo, e, portanto, como algo cujo destinatário é a ordem simbólica e não ao outro especular” (p. 133). Nas palavras do autor,

O organismo humano é, a princípio, incapaz de promover essa ação específica (no mundo externo). Ela se efetua por ajuda alheia, quando a atenção de uma pessoa experiente é voltada para um estado infantil por descarga através da via de alteração interna (por exemplo, pelo grito da criança). Essa via de descarga adquire, assim, a importantíssima função secundária da comunicação e o desamparo inicial (anfängliche Hilflosigkeit) dos seres humanos é a fonte primordial de todos os motivos morais (p. 336).

Apesar da referência dos autores acima ao Projeto de Freud como marco para o estudo do desamparo, essa palavra aparece dois anos antes, no seu texto “Estudos sobre a Histeria” (1893-1895), mais precisamente no caso Elizabeth von R, onde, também, podemos encontrar uma menção ao desamparo. Nesse texto, o desamparo aparece como sentimento, vinculado a uma impotência, que contribuiu para o surgimento dos sintomas, uma formação de compromisso entre o seu desejo e as normas morais impostas pela sociedade, que resultou em não conseguir avançar em uma situação, se sentir impedida, de “não dar um único passo à frente” (p. 201) em direção ao que ela desejava. Em seu texto sobre a etiologia da histeria, (1896) Freud aborda, novamente, a situação de a criança estar sem ajuda, em uma situação de desvantagem, marcada com uma espécie de carimbo do desamparo: “a criança que, em seu

desamparo (*Hilflosigkeit*), está à mercê da vontade arbitrária [do adulto], que prematuramente é despertada para todo tipo de sensibilidade e exposta a toda sorte de desapontamento” (p. 242).

Na obra intitulada “Três Ensaios sobre a Teoria da Sexualidade” (1905), Freud tece uma rede entre sexualidade infantil, amor, cuidado e desamparo. Para o autor,

Por todo o período de latência, as crianças aprendem a sentir pelas pessoas que as auxiliam em seu desamparo (*Hilflosigkeit*) e satisfazem suas necessidades com um amor que segue o modelo e é uma continuação de suas relações, como lactente, com a ama de leite (p. 229).

No mesmo ano, o autor descreve outras possíveis articulações para o desamparo, que não está apenas sob a égide da dependência do outro e seus cuidados, mas nas situações da vida cotidiana, que não demandam uma posição de dependência, ou de auxílio, como por exemplo no humor. No texto “Os Chistes e sua Relação com o Inconsciente” (1905), ele apresenta a hipótese de que no centro de uma situação cômica que provoca o riso dos demais, estaria uma forma de reencontro com o desamparo. Nas palavras do autor supramencionado,

O segundo caso, em que o cômico depende inteiramente da ‘empatia’, inclui as mais numerosas possibilidades – o cômico da situação, da exageração, (caricatura), da mímica, da degradação e do desmascaramento. Este é o caso em que se comprova o ponto de vista infantil. Pois o cômico da situação é maximamente baseado no embaraço, no qual redescobrimos o desamparo infantil (*Hilflosigkeit Kindes*). O pior do embaraço, a interferência de preempatórias solicitações das necessidades naturais em outras funções, corresponde ao incompleto controle pela criança de suas funções corporais (p. 255).

Na Conferência XXV (1917) sobre a angústia, ele apresenta, novamente, a relação da criança com seus cuidadores e aponta três formas de angústia que permeiam a vida infantil: o

silêncio, a solidão e a escuridão. Podemos pensar nessa tríade como modos de desamparo, que colocam o sujeito em uma posição desconfortável, principalmente, a solidão e a escuridão, nas quais a criança demanda a presença de um outro. Freud relata a passagem de uma criança que pede à sua tia que fale com ela para amenizar seu medo do escuro: “Mas fala comigo, tia. Estou com medo!” ‘Por quê? De que adianta isso? Tu nem estás me vendo.’ [...] ‘Se alguém fala, fica mais claro’ (p. 408). No seu trabalho sobre a inquietante estranheza que permeia a vida cotidiana, Freud (1919) faz uma trança entre a estranheza, o desamparo, a angústia e a compulsão à repetição. Nesse texto ele vincula o sentimento de estranheza as estas três formas de angústia infantil e se questiona: “E, uma vez mais: qual é a origem do efeito estranho do silêncio, da escuridão e da solidão?” (p. 263). O curioso para nós, é que Freud trata não apenas da infância de modo concreto, mas do infantil. Essa fala de Freud quer dizer que o infantil não se localiza apenas na vida da criança, mas perpassa por toda a vida do sujeito como algo regressivo e que o sujeito jamais irá superar inteiramente. Nesse texto sobre a inquietante estranheza, a compulsão a repetir se dá como uma revivência do desamparo, de retornar sempre ao mesmo ponto.

O fator de repetição da mesma coisa, não apelará, talvez, para todos, como fonte de uma sensação estranha. Daquilo que tenho observado, esse fenômeno, sujeito a determinadas condições e combinado a determinadas circunstâncias, provoca indubitavelmente uma sensação estranha, que, além do mais, evoca a sensação de desamparo (*Hilflosigkeit*) experimentada em alguns estados oníricos (p. 295).

Depois de contextualizar, brevemente, o desamparo nos textos de Freud, apresentaremos um enodamento que nos parece fundamental: o desamparo e a angústia. Mas antes de tratar do desamparo articulado com a angústia, faz-se necessário traçar um panorama da angústia enquanto conceito na Psicanálise, visto que este é essencial para compreender a idéia de desmparo na obra de Freud, além de perceber seu relevo e seu alcance no campo

social. É preciso ressaltar aqui um aspecto fundamental, qual seja: Freud se debruçou sobre o tema da angústia em sua obra antes do Projeto (1895), o que quer dizer que, antes de se dedicar ao desamparo, a angústia já fazia parte das inquietações teóricas de Freud, ainda que sem ligação aparente com o desamparo. Portanto, muito precocemente, a angústia já interessava a Freud na época das correspondências com Fliess, seu interlocutor e amigo, em quem Freud confiava. Nesse trabalho, vamos nos deter nas duas teorias sobre a angústia, uma vez Freud trabalhou bastante o tema da angústia em sua obra e não é o foco desse trabalho rastrear suas formulações, apenas o necessário para compreender como a angústia faz uma costura com o desamparo.

Segundo Rocha (2000); Menezes (2008); Ligeiro (2010) e Masson (2021), a primeira teorização da angústia em Freud foi elaborada em dois tempos: o primeiro tempo está nos textos chamados pré-psicanalíticos, contidos “Manuscritos” enviados a Fliess, em especial o “Rascunho A” (1892), o “Rascunho B” (1893), e o “Rascunho E” (1894) e o segundo tempo com a introdução da teoria da pulsão de morte em 1920. No que se refere ao primeiro tempo, Freud lançou as primeiras formulações para o estudo da angústia, nas quais atribuiu grande valor à sexualidade como sua origem. Ele queria diferenciar as neurastenias, afecções derivadas do esgotamento sexual, das neuroses de angústia, causada pela inibição da função sexual. Freud (1892-1897) estava às voltas com a sexualidade na teoria da neurose, com a linguagem dos sintomas e com a tentativa de diferenciação entre as semelhanças e as diferenças das neuroses atuais com a neurose de angústia. Nesse sentido, Rocha (2000) destaca que

... mesmo quando Freud fala de uma angústia inscrita no corpo sem nenhuma significação psíquica, isto não exclui a existência de uma relação dialética, que, segundo ele próprio, sempre existe entre as neuroses atuais e as psiconeuroses de defesa e, conseqüentemente, entre a angústia inscrita no corpo e a angústia inscrita no

psiquismo. Nesse momento, quando trata das neuroses – as atuais ou as psiconeuroses de defesa – Freud pretende comprovar a etiologia da neurose. Assim, no início, a angústia sempre estava articulada com a sexualidade. Na primeira etapa da abordagem freudiana da angústia, o corpo ganha um lugar de destaque (pp. 41-42).

Naquele momento da teoria, Freud tinha como hipótese que nas neuroses de angústia e o afeto advinha de uma inibição da função sexual, enquanto a angústia poderia ser entendida como uma espécie de transformação de uma energia que não foi utilizada. Dessa maneira, quando a excitação se acumulava e ocorria uma dificuldade de descarga, de uma ab-reação e consequente elaboração psíquica, a angústia surgia como esse efeito de descarga, transformada em afeto. Então, para Freud, a angústia ainda não tinha uma dimensão psíquica, estava limitada ao físico. No “Rascunho E” que tem o título “Como se origina a angústia” (1894), ele escreve o seguinte:

... ficou claro para mim que a ansiedade de meus pacientes neuróticos tinha muito a ver com a sexualidade ... é um fator físico da vida sexual que produz a angústia ...

Trata-se de uma questão de acumulações de excitação física – isto é, uma acumulação de tensão sexual física. A acumulação ocorre como consequência de ter sido evitada a descarga ... na neurose de angústia ... a tensão física aumenta, atinge o nível-limiar em que consegue despertar afeto psíquico; mas, por algum motivo, a conexão psíquica que lhe é oferecida, permanece insuficiente: um afeto sexual não pode ser formado, porque falta algo nos fatores psíquicos. Por conseguinte, a tensão física, não sendo psiquicamente ligada, é transformada em angústia (pp. 261-266).

Nessa época, ele ainda apontava que a neurose de angústia era colocada como um segundo tempo, depois do recalque, de banir da consciência um pensamento ou representação que trazia um conflito para o sujeito. Para ele, era o recalque que provocava a angústia. Ao reestruturar a teoria das pulsões com a introdução da pulsão de morte, Freud (1920) foi

levado a repensar a sua primeira teoria da angústia. Essa decisão foi tomada por ele ao compreender que, antes da defesa do recalque, já existia uma forma de angústia: a angústia originária, que tem como protótipo o nascimento. Nessa descoberta, Freud elaborou uma nova formulação: é a angústia que mobiliza o recalque, e não o contrário, como pensava. Veremos esse ponto mais adiante. Rocha (2000) destaca que na reformulação da teoria da angústia, Freud modificou o pensamento acerca da natureza da angústia através da mudança de sua relação com o perigo pulsional e com o recalque. Ao reformular a noção de perigo, ele prioriza o perigo externo em detrimento ao perigo interno, a saber, pulsional.

No texto “Inibição, Sintoma e Angústia”, publicada em 1926, Freud apresenta a angústia em primeiro plano e o conceito de desamparo não só passou a ter o devido destaque como provocou um reviramento em sua teoria e sua clínica (Pereira, 1999; Menezes, 2008; Masson, 2021). Nesse texto, Freud desenvolve o conceito de desamparo sustentado na angústia: “verifica-se que a angústia é um produto do desamparo mental da criança, o qual é um símile natural de seu desamparo biológico” (p. 136). Com a Psicanálise, ele nos faz recordar, ao mesmo que nos chama a atenção para a evidência de que a vida do homem em seu período gestacional é muito curta, quando comparada à maioria dos outros animais, o que há muito já é sabido pela ciência, mas não é dada devida importância. Isso implica que, ao contrário deles, o bebê não está totalmente formado e não consegue se alimentar, nem caminhar como eles. Essa condição prematura e imatura, marca o recém-nascido com a característica de um negativo, assim compreendido: ele não consegue existir sozinho, pois é o mais desamparado de todo o reino animal. E é aí que podemos perceber a importância do conceito de angústia, pois a criança está em um lugar passivo, com estímulos que lhe chegam de dentro e de fora, situações que são carregadas de angústia.

Consoante Birman (1999a), devido à prematuridade biológica apontada por Freud, “o organismo humano precisaria do outro, de maneira absoluta, como condição *sine qua non*

para sua sobrevivência enquanto organismo” (p. 19). Esta condição coloca o Outro como agente detentor da função de cuidar, que carrega a responsabilidade de inscrever o infans na linguagem, como aquele ser especial e generoso, que irá conceder uma dádiva à criança. Essa responsabilidade é colocada, pelo autor, em termos de um débito, uma dívida com esse semelhante, no qual “o sujeito se constitui pelo trabalho do outro, pela mediação de uma dependência da qual jamais se libertará” (p. 25), da ordem de uma total e infalível necessidade da outra pessoa.

Pereira (1999) problematiza acerca da tradução da palavra *Hilflosigkeit*, traçando um caminho que faz contraponto com a teoria da angústia. Para ele, “toda angústia comporta em si o germe de um trabalho para a elaboração da dimensão de desamparo” (p. 169). Na linha de raciocínio deste autor, é o estado de desamparo que faz com que o sujeito seja afetado pela angústia. Besset (2002) diferencia o desamparo da angústia em sua natureza conceitual e de lugar que ambos ocupam no psiquismo humano. Nas palavras da autora:

... ao falar de desamparo, designamos um estado e ao falarmos de angústia nos referimos ao afeto que invade o sujeito. Sendo assim, é de uma angústia primordial, primeira, que se supõe na base do nascimento do sujeito, que se trataria do desamparo (p. 212).

É importante compreender que a problemática da angústia foi trabalhada por Freud em duas direções: a primeira, em que a angústia era um sinal (angústia-sinal), que tinha no eu sua morada e a segunda, chamada por Freud de automática. A primeira forma da angústia, como já vimos, tinha por função impedir que um excesso sexual tido como insuportável tomasse conta do aparelho píquico, incapaz de dar conta desse *quantum* de excitação sexual. Essa modalidade de angústia era da ordem da invasão, do sem-limites, que tinha um efeito de aniquilação do eu, uma experiência da ordem do traumatizante, para a qual não há controle e a única forma de mitigá-la é a satisfação (Pereira, 1999; Masson, 2021). A angústia volta à

cena agora como protagonista, pois é ela que dispara o recalque, como apresentaremos a seguir.

Freud (1926) faz uma análise sobre o início da vida humana ao realizar um debate com o teórico Otto Rank sobre a experiência traumática oriunda do nascimento. Otto Rank discute a situação concreta do nascimento para abordar a angústia. Ele parte da compreensão do nascimento como traumático e é a partir desse marco humano que a questão da angústia se desenrola. Na visão de Rank, na situação de angústia o sujeito revive o trauma do nascimento. Apesar de não negar a importância do trauma do nascimento, Freud discorda de Rank ao perceber que ele não dava a devida importância à angústia de separação da mãe, chamada de angústia de castração. Freud entendia que era no desmame e não no nascimento que se originava o recalque para o indivíduo. Ele dividia a experiência subjetiva em dois momentos: a primeira situação objetiva do nascimento, em que há um aumento de excitação incontrolável para o bebê e a segunda quando é realizado o desmame, a perda do outro desde já amado. É o desmame, segundo Freud, que dá sentido à experiência da separação, em uma retrospectiva temporal. É somente depois de adulto que o sujeito vai rememorar a condição de desamparo, quando acontecer novamente esse aumento pulsional e essa excitação. Ao fazer a articulação do tema do desamparo com a angústia, ele se dedica a pensar a angústia como um sinal de perigo que vem de dentro, isto é, pulsional. Mas Freud, também, pensou no corporal, nas sensações físicas decorrentes desse estado de angústia como um afeto. O entendimento do autor é o seguinte:

A angústia é, em primeiro lugar, algo que se sente. Nós a denominamos um estado afetivo, embora talvez não saibamos o que é um afeto. Como sensação, ela tem caráter obviamente desprazeroso, mas isso não esgota seus atributos; nem todo desprazer pode ser denominado angústia. ... percebemos na angústia sensações físicas mais definidas, que relacionamos a determinados órgãos. Como não nos interessa aqui

a fisiologia da angústia basta que mencionemos uns poucos representantes dessas sensações, os mais frequentes e mais nítidos sendo os relacionados com aos órgãos respiratórios e ao coração. Eles são provas de que inervações motoras, ou seja, processos de descarga, participam do fenômeno geral da angústia (p. 72).

Nessa perspectiva, a angústia foi entendida por Freud como um acontecimento da ordem do eu. Assim, o sinal de angústia teria por função impedir um transbordamento do afeto diante de uma situação de perigo, o que, por sua vez, evitaria uma desintegração tanto das funções quanto dos conteúdos psíquicos. Essas situações têm a qualidade de mostrar o desamparo como o seu núcleo. Pereira (1997) ao interpretar Freud observa que:

... a partir de então, o perigo do qual o aparelho psíquico procurará se afastar é o de ficar desamparado, diante de um afluxo incontrolável da excitação sexual, pois esta será vivida como angústia ... o estado psíquico de impossibilidade de controle sobre a própria pulsão será chamado de desamparo; o afeto que lhe é próprio é o terror. Daí por diante, Freud começou a falar, mais diretamente, sobre o desamparo, indicando as relações existentes entre a ameaça de ataques de angústia que fogia ao controle do sujeito com a situação de desamparo, ressaltando que a primeira dessas experiências seria a angústia originária do nascimento, quando o indivíduo está numa situação de total incapacidade de poder ajudar a si mesmo com os próprios recursos. A ênfase dada ao desamparo não exclui os outros perigos (p. 72).

Freud (1926 citado em Pereira, 1999) trata a angústia não apenas como algo isolado, mas a amplia para outras situações que envolvem a relação com outros sujeitos e a cultura. Assim, a angústia faz parte do campo do angustiante, composto pelo terror (*Schrek*), o infamiliar ou a inquietante estranheza (*Unheimlich*), o horror (*Grawen*) e o pânico (*Panik*). Não há em Freud uma gradação desses lugares, nem um grau de importância maior ou menor, mas de possibilidades de pensar a angústia em diversas situações. O horror, que se refere ao

que se vê necessita de uma cena, uma imagem para se manifestar, evidenciando a onipotência do outro e a castração do sujeito. Há o terror que paralisa, tal qual a hipnose de terror nos animais. Nessa situação, não há representação e o sujeito se vê lançado ao vazio. Por outro lado, o estranho ou infamiliar representam uma complexidade e uma ambiguidade em sua composição: o doméstico, familiar, de casa, entendido pela palavra *nheim*, e o prefixo *un* que indica a estranheza, o inquietante. Portanto, *Unheimlich* é uma palavra antitética, com sentidos contrários que significa, ao mesmo tempo, estranho e familiar. De acordo com Freud, é o obscuro que retorna e causa essa sensação de estranhamento (Iannini & Tavares, 2019).

Nesse campo do estranho, do que invade e do que paralisa, a angústia tem um lugar fundamental ao proteger o homem contra o desamparo radical, que tem no ataque de pânico sua face brutal. O pânico é o ápice do transbordamento, um desmoronamento das ilusões dos laços do sujeito com o Outro, seu objeto amado, com um ideal que lhe sirva de referência, seu objeto fiador, pré histórico e inesquecível. Nesta perspectiva Pereira (1999) acrescenta os seguinte:

... a evolução teórica de Freud ante a questão do desamparo parece ir no sentido de “desacidentalizá-lo” em relação ao ‘evento traumático’, de colocá-lo para além de uma simples regressão a uma fase em que o pequeno ser humano encontrava-se completamente incapaz de sobreviver por seus próprios meios, de encontrá-lo além das figuras aterrorizantes do superego, para conferir-lhe um estatuto de dimensão fundamental da vida psíquica, que indica os limites e as condições de possibilidade do próprio processo de simbolização (p. 127).

Essas questão da dependência do outro nos lembra que ela é a condição que coloca a criança em perigo, justamente, por depender desse adulto. Freud (1913) ao nos trazer a proposta do mito de fundação da cultura assentada sobre o parricídio, apresenta uma

inquietante face do desamparo, ao apontar a ambivalência dos impulsos amorosos e ao mesmo hostis e mortíferos do adulto para com o recém-nascido (Pereira, 1999; Menezes, 2008). Ele chama a atenção para a estranha necessidade de proteger esse recém-nascido através da instauração de tabus na vida em sociedade. Esse ato parece indicar que não há apenas sentimentos bons e nobres para com as crianças. Essa idéia pode ser estendida mais além e alcançar as situações de fragilidade das mulheres e de vantagem de um indivíduo sobre o outro. O entendimento de Freud (1913) é o seguinte,

Mas uma pessoa que não tenha violado nenhum tabu pode ser permanente ou temporariamente tabu por se encontrar num estado que possui a qualidade de provocar desejos proibidos em outros e de despertar neles um conflito de ambivalência. A maioria das posições excepcionais e dos estados excepcionais são dessa espécie e possuem esse perigoso poder. O rei ou chefe desperta inveja por causa de seus privilégios: todos, talvez, gostariam de ser rei, Homens mortos, recém nascidos e mulheres menstruadas ou nas dores do parto estimulam desejos pelo seu desamparo especial (*besondere Hilflosigkeit*); um homem que acaba de atingir a maturidade os estimula pela promessa de novo prazer. Por essa razão, todas essas pessoas e todos esses estados são tabu, visto que se deve resistir à tentação (p. 53).

Em “Psicologia de Massas e Análise do Eu”, Freud (1921) aponta outra dimensão do desamparo. O autor fala da identificação do grupo com a figura de um líder e a possibilidade de perder o vínculo com esse líder, o que provocaria o caos se o desamparo viesse a ocorrer. Em seguida, ele analisa a situação de ruptura dos laços do sujeito ou da massa com essa figura idealizada, com esse líder. É aí que a autor identifica os rastros de um lugar que desaba, que fica vazio, um lugar de desamparo e que provoca o pânico.

Pudemos acompanhar até aqui que a concepção freudiana do desamparo não se restringe a uma etapa do desenvolvimento do homem, se trata antes de uma condição

humana, inescapável, e que irá acompanhá-lo durante a vida. E o que fazer com o desamparo já que não é possível escapar dele?

No texto “O futuro de uma ilusão” Freud (1927) coloca que, em razão das limitações próprias da natureza humana, que lhe angustiam, lhe ferem e colocam o homem em um lugar de impotência, que ele busca a religião como uma tentativa de proporcionar um alento, um balsamo, uma saída paliativa para suportar o desamparo. Ao buscar um Deus onipotente, todo poderoso e ilimitado que o ampare, o socorra, o proteja da dor, da aflição e dos perigos, o homem que é marcado por uma necessidade de proteção, consegue viver, ainda que tal projeto esteja, desde o início, fadado ao fracasso. Ele vive dia após dia na expectativa de que um será acolhido nos braços de Deus. Em suas palavras,

... o homem cria para si próprio os deuses a quem teme, a quem procura propiciar e a quem, não obstante, confia na sua própria proteção. Assim, seu anseio por um pai constitui um motivo idêntico à sua necessidade de proteção contra as conseqüências de sua debilidade humana. É a defesa contra o desamparo que empresta suas feições características à reação do adulto ao desamparo que ele tem de reconhecer, reação que é, exatamente, a formação da religião (p. 36).

Ao formular uma teoria sobre o mal-estar na civilização, Freud (1930) entende a cultura como uma tentativa de amenizar a condição de desamparo em que o homem está mergulhado desde que nasceu e é forçado a conviver com um mal-estar que nos ameaça em três direções: “... de nosso próprio corpo condenado à decadência e à dissolução; ... do mundo externo, que pode voltar-se contra nós com forças de destruição esmagadoras ... e de nossos relacionamentos com outros homens” (p. 95). Nessa afirmação, Freud apresenta as raízes da natureza humana, a qual está imbricada no homem até o último pedaço do seu ser. Segundo o referido autor,

... os homens não são criaturas gentis que desejam ser amadas e que, no máximo, podem defender-se quando atacadas; pelo contrário, são criaturas entre cujos dotes instintivos deve-se levar em conta uma poderosa cota de agressividade. Em resultado disso, o seu próximo é, para ele, não apenas um ajudante em potencial ou um objeto sexual, mas também alguém que os tenta a satisfazer sobre ele a sua agressividade, a explorar sua capacidade de trabalho sem compensação, utilizá-lo sexualmente sem o seu consentimento, apoderar-se de suas posses, humilhá-lo, causar-lhe sofrimento, torturá-lo e matá-lo. *Homo homini lupus* (p.116).

Mas, mesmo diante de todas essas crueldades, conflitos e animosidades que irão gerar ressentimentos posteriores, o homem precisa buscar seu semelhante no convívio social, o que mostra o paradoxo da cultura. Esse lugar que possibilita, ao mesmo tempo, a formação de laços, é, no entendimento do autor, responsável pela desgraça humana. Em tom sombrio, Freud continua a dar ênfase ao laço social como tentativa de dar conta do desamparo. Para ele, o mal-estar (*Unbehagen*) advém das renúncias pulsionais, fundamentais para que o homem consiga conviver em sociedade. Mas ele paga um alto preço por ter que renunciar à agressividade e à sexualidade: “O homem civilizado trocou um quinhão de suas possibilidades de felicidade por um quinhão de segurança” (Freud, 1930, p. 137). E ele não está disposto a perder tão facilmente. Menezes (2008) completa que “... isso gera empobrecimento simbólico e violência, intensificando assim o mal-estar nas relações sociais, ou seja, uma impossibilidade de erotismo humano: sexualidade pobre e vida miserável” (p. 99). Nesta perspectiva Para Pereira (1999) argumenta o seguinte:

... os grandes textos ditos ‘antropológicos’ escritos no final da vida de Freud concebem a *Hilflosigkeit* como constituída pela impossibilidade para o aparelho psíquico de apreender pela simbolização o conjunto dos possíveis e de delimitar, de uma vez por todas, o sujeito, seu corpo e seus desejos em um conjunto

simbolicamente organizado. A fragilidade da existência humana e a falta de garantias ante as forças da natureza e as incertezas do futuro são as formas concretas pelas quais a condição de desamparo se materializa. Nessa perspectiva, o funcionamento psíquico sempre e necessariamente deixa de fora um resto não representável que se constitui, conquanto tal, como possibilidade inerente de desabamento da organização psíquica. Não há qualquer garantia definitiva contra a instalação do traumático (p. 201).

O laço social tornado possível a partir da renúncia e do deslocamento das pulsões e do controle da agressividade, desde o seu início, se mostra ilusório. Esta tentativa de ligação não se dá apenas entre sujeitos, mas, também, se faz com objetos, com a fantasia, o delírio, a arte e a sublimação, caracterizadas por Freud como técnicas de viver. Na “arte de viver”, como mostra Freud, o homem lança mão da criatividade e elabora artifícios para tentar mitigar o sofrimento, por meio do isolamento espontâneo, das compulsões, das adições, da ingestão de drogas e até do aniquilamento das pulsões, com a fuga para a neurose. Apesar de apontar essas saídas, Freud deixa claro que a felicidade não é possível e que cada um precisa achar uma técnica singular de viver. Na obra “Conferência XXXIII” Freud (1933) retoma a idéia de que o homem nunca irá superar a idéia da perda do amor do outro. Ou seja, que os aspectos subjetivos que determinam a angústia não perdem sua importância: “só ocorrem de forma incompleta. Muitas pessoas são incapazes de superar o temor da perda do amor, nunca se tornam suficientemente independentes do amor de outras pessoas e, nesse aspecto, comportam-se como crianças (p. 111)”.

Birman (2014) sublinha que todo “sujeito é desamparado por vocação, não por acidente histórico-evolutivo” (p. 40), afirmação esta que retoma o desamparo como inaugural do sujeito. Quando Freud aponta o mal-estar na civilização (1930), de acordo com a interpretação de Birman (2014), o que resta ao sujeito é fazer a gestão desse mal-estar

oriundo do desamparo até o resto de seus dias – “a necessidade de uma espécie de gestão interminável e infinita do conflito pelo sujeito” (p. 129). É a ideia de uma ‘gestão do desamparo’, como, também, aponta Menezes (2008).

Depois de traçar um panorama do desamparo na obra de Freud, apresentaremos o pensamento de Lacan para abordar o problema do desamparo na constituição humana. Em Lacan, assim como fizemos com as leituras relativas a Freud, destacaremos o conceito de angústia para compreender o tema do desamparo. Faremos um breve percurso quanto ao entendimento de angústia na obra de Lacan, entendida por ele como um afeto que não engana, tecida em um fio com o desejo do sujeito e do Outro.

Tal como Freud, Lacan parte da prematuridade do infans e da experiência do nascimento para falar da necessidade de ajuda do ser humano. Em seu artigo “Os complexos familiares na formação do indivíduo” (1951) ele considera que a prematuridade do pequeno humano o coloca em dificuldades ao nascer. Nas palavras do autor:

A angústia, cujo protótipo aparece na asfixia do nascimento, o frio, ligado à nudez dos tegumentas, e o mal-estar labiríntico, ao qual corresponde à satisfação de ser embalado, organizam, com sua tríade, o tom penoso da vida orgânica que, segundo os melhores observadores, domina os primeiros seis meses da vida do homem. Todos esses mal estares primordiais têm a mesma causa: uma adaptação insuficiente à ruptura das condições ambientais e de alimentação que compõe o equilíbrio parasitário da vida intra-uterina (p. 39).

No trauma do nascimento, Lacan (1951 citado em Pereira, 1999) enxerga algo de positivo, a saber: apesar de ser uma condição de deficiência, é o que torna possível um modo muito específico de relação com os pais ou com as figuras cuidadoras. É, portanto, a partir e por meio dessa condição de prematuridade que a criança será inscrita humanamente no seio dessa família e será colocada em uma posição de total subordinação, na qual não é capaz de

fazer críticas. No texto “Funções da psicanálise em criminologia”, Lacan (1951) afirma que “... a realidade da miséria fisiológica própria aos primeiros meses da vida do homem” (p. 138) tem, por consequência, uma situação de dependência. No seu texto sobre a família, (1938) o autor enfatiza o seguinte:

Esta concepção explica a generalidade do complexo e que ele seja independente dos acidentes da ablactação. Esta – desmame no sentido estreito – dá a sua expressão psíquica, a primeira e também a mais adequada, à imago mais obscura dum desmame mais antigo, mais penoso e duma maior amplitude vital: aquele que à nascença separa a criança da matriz, separação prematura donde provém um mal-estar que nenhum cuidado materno pode compensar (p. 19).

Esta situação evidencia uma separação irremediável, diante da qual nada poderá reparar. Nessa separação pode-se vislumbrar o objeto para sempre perdido, diante do qual toda a tentativa de tamponar essa falta radical será frustrada e que irá trazer implicações importantes que irá perdurar durante toda a sua vida, conforme a compreensão de Lacan. Essa experiência faz uma marca, é algo que irá ultrapassar a dimensão do puramente biológico, que sublinha uma falta fundamental e aparecerá como uma inscrição significativa na história do sujeito (Pereira, 1999). A prematuridade do sistema nervoso do recém-nascido leva Lacan a refletir sobre a não unificação do corpo do bebê e a propor no texto “O estágio do espelho como formador da função do eu” (1936/1998) a experiência do “estádio do espelho”, baseada em Wallon, no qual um adulto segura uma criança no colo diante de um espelho para que ele se veja projetado ali, embora não seja dessa racionalidade e simplicidade que se trata o estágio do espelho.

Essa experiência é pensada por Lacan como uma intervenção do adulto na constituição da imagem do corpo próprio ao confirmar esse corpo próprio como sendo o da criança. É uma intervenção no campo do imaginário, da consistência e no campo do

simbólico, de uma garantia de reconhecimento por esse adulto. Sem esse investimento do adulto, não seria possível, nos diz Lacan, que uma imagem estável do corpo seja instaurada, além de correr o risco de desmoronamento da imagem corporal. Essa relação objetal da criança de dependência com a figura materna, se dá, segundo Lacan, como um dom, uma dádiva, um pedido de amor, que é sempre frustrado nas ausências da mãe, a mãe sempre falha. Nesse jogo amoroso, a criança logo percebe e fantasia que possui uma espécie de poder diante do que a mãe almeja, de querer ser tudo para a mãe, tem uma dependência de amor. Mas ela não sabe o que a mãe deseja nem o que quer dela (Pereira, 1999).

No seminário sobre a relação de objeto (1956) Lacan apresenta contribuições para pensar a angústia ao estudar o caso do pequeno Hans apresentado por Freud. O menino constrói uma fobia de cavalos como proteção contra seu próprio desejo em relação à mãe. O autor retoma o caso do pequeno Hans em seu seminário sobre o desejo e sua interpretação (1958), articulando, novamente, o desejo e o objeto fóbico e enfatizando o quanto o desejo é paradoxal ao necessitar de um anteparo que proteja o sujeito. Em suas palavras,

...o medo do objeto fóbico é feito para proteger o sujeito de quê? Está em Freud: da proximidade de seu desejo. Examinando mais detidamente, vemos que se trata de seu desejo na medida em que Hans está desarmado em relação ao que, no Outro, a mãe no caso, se abre para ele como signo de sua dependência absoluta. Ela o levará até o fim do mundo, ela o levará mais longe ainda, ela o levará tantas vezes que ela mesma desaparece, se ofusca (p.456).

O desejo constitui um perigo de conflito com o Outro, suposto pelo sujeito como um ser superpotente e absoluto (Pereira, 1999). Nessa perspectiva, Lacan (1958) nos dá uma contribuição valiosa ao articular o desamparo à dialética do desejo. Ele propõe que a criança está desamparada diante de um desejo opaco, que vem do Outro, mas que não se mostra, é obscuro. Conforme o autor supracitado, “na presença primitiva do desejo do outro como

opaco, como obscuro, o sujeito fica sem recursos” (p. 78). E é neste instante que o sinal de angústia se presentifica, ou seja, quando o sujeito se depara com o desejo do Outro, ela sinaliza um perigo, que remete ao desamparo primordial. A “... angústia se produz como um sinal no eu, sobre o funcionamento da *Hilflosigkeit* a qual ela é enquanto sinal chamada a remediar” (p. 28). No seminário sobre a Transferência (1960) Lacan apresenta uma diferenciação entre a situação de perigo, a situação de angústia e o *Hilflosigkeit*:

O sinal de angústia tem uma ligação absolutamente necessária com o objeto do desejo. Sua função não se esgota na advertência de ter que fugir. Ao mesmo tempo em que realiza essa função, o sinal mantém a relação com o objeto do desejo. ... No *Hilflosigkeit*, o desamparo, o sujeito é pura e simplesmente transtornado, ultrapassado por uma situação eruptiva que não pode enfrentar de modo algum. Entre isso e empreender a fuga – fuga que, para não ser aqui teórico, o próprio Napoleão considerava a verdadeira solução corajosa quando se tratava de amor – existe uma outra solução, e é o que Freud nos indica sublinhando na angústia seu caráter de *Erwartung*. Aí está a característica central. O fato de que possamos fazer dela, secundariamente, a razão de fugir é uma coisa, mas não é este o seu caráter essencial. Seu caráter essencial é o *Erwartung*, e é isso o que designo a vocês ao dizer-lhes que a angústia é o modo radical sob o qual é mantida a relação com o desejo. ... a angústia é o último modo, modo mais radical sob o qual é mantida a relação com o desejo (pp. 444-445).

Enquanto no desamparo não há como fugir, a angústia pressupõe uma espera e está ligada ao objeto de desejo. Na perspectiva lacaniana, é diante da e pela via da angústia que o sujeito irá se implicar e se colocar em contato com o seu próprio desejo. No seminário dedicado à angústia, Lacan (1962) retoma as teses freudianas relativas ao afeto e apresenta contribuições para a teoria do desamparo. Essas contribuições dizem respeito ao campo do

desejo, mais especificamente do desejo do Outro, o tesouro dos significantes, um desejo que se mostra como opaco, um enigma, ao mesmo tempo que pode ser da ordem do excesso. O autor metaforiza a obscuridade do desejo do outro mediante a metáfora do louva-a-deus fêmea. O autor escolhe essa espécie de inseto para falar sobre o desejo pela particularidade do louva-deus fêmea devorar o macho após o acasalamento. Nessa fábula, ele nos coloca como espectadores de uma cena potencialmente mortífera, descrita a seguir:

Revestindo-me eu mesmo da máscara de animal com que se cobre o feiticeiro da chamada gruta dos Três Irmãos, imaginei-me perante vocês diante de outro animal, este de verdade, supostamente gigantesco, no caso -um louva-a-deus. Como eu não sabia qual era a máscara que estava usando, é fácil vocês imaginarem que tinha certa razão para não estar tranqüilo, dada a possibilidade de que essa máscara porventura não fosse imprópria para induzir minha parceira a algum erro sobre minha identidade (Lacan, 1962, p. 14).

Nessa situação alegórica transposta para a vida, o enigma de não saber quem é diante do desejo do Outro que se mostra como opaco, pode paralisar o sujeito e o convoca a lidar com o seu desamparo, já que está sem recursos. O que manifesta a angústia, neste contexto, é não saber ao certo quem mesmo ele é e que lugar ocupa em relação ao desejo do Outro. A pergunta: “O que queres de mim – *Che vuoi?*” é aterrorizante, na medida em que o Outro não oferece resposta. Ao traçar um paralelo com Freud, a angústia estaria relacionada ao abandono enquanto em Lacan está relacionada ao medo de ser devorado pelo outro. De acordo com Besset (2002), com base na tese lacaniana “O desejo do homem é o desejo do Outro”, podemos entender que “a angústia se instala no momento em que o sujeito se percebe implicado no desejo do Outro, sem, contudo, conseguir situar-se em relação à demanda que o Outro lhe parece dirigir (p. 110). Segundo Pereira (1999),

... este estado de abandono diante do desejo desconhecido do Outro constitui, para Lacan, o plano de *Hilflosigkeit* à base do afeto de angústia ... é do desejo absoluto do outro que ela [a criança] precisa ser preservada. A *Hilflosigkeit* consiste na condição mais primitiva em que o sujeito está sem recursos diante do desejo da mãe, entregue à própria sorte. O desamparo é, então, uma condição estruturante diante da qual o indivíduo precisa situar-se. Trata-se de uma submissão ao desejo do Outro, em razão da impossibilidade de se defender do desejo onipotente. Contudo, disso o sujeito precisa livrar-se, ou seja, contra tal submissão ele deve lutar a fim de encontrar seu lugar (p. 233).

A angústia mostra sua face quando a criança está diante da voracidade do desejo desse outro, que Lacan (1969) metaforiza na mãe-crocodilo, uma figura pronta para devorar seu bebê, incorporá-lo a ela novamente. Segundo o autor,

... O desejo da mãe não é algo que se possa suportar assim, que lhes seja indiferente. Carreia sempre estragos. Um grande crocodilo em cuja boca vocês estão – a mãe é isso. Não se sabe o que lhe pode dar na telha, de estalo fechar sua bocarra. O desejo da mãe é isso (p. 118).

A angústia seria, portanto, um afeto que não engana está não do lado da falta, mas quando a falta vem a faltar, isto é, da presença mortífera do desejo do Outro. No pensamento de Lacan (1953), o homem vem ao mundo como um naco, um pedaço de carne, que nasce num estado de impotência e cuja sobrevivência depende que alguém ouça seus gritos e venha lhe prestar socorro. Em sua palavras,

Mas resta o fato de que é um ser humano, de que nasceu num estado de impotência, e que, muito precocemente, as palavras, a linguagem, lhe serviram de apelo, e de apelo mais miseráveis, pois de seus gritos que dependia a sua comida (p.182).

Esse sujeito desamparado por natureza vai se constituir no contato com o desejo do

outro, no banho de linguagem, naquilo que é falado por alguém que lhe é estranho antes de nascer, que é objeto de suas fantasias e alienado no desejo do Outro. Para Pereira (1999) só pelo fato de ter nessa necessidade de ajuda de um outro ser humano, já deve-se entender que há um desamparo. É nesse sentido que Lacan (1961) nos situa quanto ao processo de simbolização da criança ao afirmar sobre a prematuridade humana: “a prematuração simbólica pela qual a criança se inscreve no ser para outrem (para nós, o discurso do Outro)” (p. 655). E é justamente nesse processo de simbolização que fica mais evidente o desamparo, no qual o sujeito se vê diante da falta no outro e de seu próprio discurso que não oferece e nem pode oferecer nenhuma garantia. Assim, no dizer de Lacan “o drama do sujeito no verbo é que ele experimenta ali sua falta-a-ser” (p. 661). O desamparo, na perspectiva psicanalítica, vai além do físico, do orgânico, do psicomotor e do biológico como um estado de pura necessidade. Há uma dependência absoluta e irremediável não apenas dos cuidados, mas do amor, que se converte em uma dívida simbólica com esse Outro da linguagem. O desamparo, ao mesmo tempo que coloca o sujeito à mercê desse Outro, provoca uma abertura para o social, abre um espaço de uma relação possível. Entretanto, é preciso escapar da armadilha ilusória da completude. Lacan parte da concepção de desamparo tal como Freud, no estágio inicial da vida humana, em seu desenvolvimento psicomotor até chegar ao desamparo como um fato de linguagem. Na visão de Lacan, a análise passa pelo reencontro e a significantização desse desamparo.

No caminho teórico que percorremos, observamos que a Psicanálise mostra que somos sujeitos forjados no desamparo, é esta é uma condição estruturante e fundante. O entendimento a que chegamos, a partir da leitura psicanalítica, é que não há qualquer garantia, sequer estabilidade para o sujeito, ele tem que investir em seu desejo dia após dia e, também, ele corre riscos dia após dia. Esse é o principal e mais verdadeiro mote da vida humana. No lugar irremediável da falta há duas questões importantes: o sujeito não escapa do

desamparo e nem o supera. O desamparo marca um lugar desde o nascimento do sujeito e é revivido durante toda a sua vida na perda de cada objeto, em cada situação, em cada momento, pois o que estava planejado se desfaz sem que o sujeito possa controlar o que lhe acontece. Vimos que há dois períodos da obra de Freud e Lacan que marcam o modo de ver o desamparo: o primeiro é a dependência de cuidados do recém nascido e depois a total falta de garantias na vida.

Ao trazer o desamparo para pensar o laço social, é preciso lidar com o próprio desamparo para perguntar quais laços vêm sendo tecidos ou esgarçados, e ter coragem, também, para escutar a resposta de cada um dos sujeitos que encontramos. Faz-se necessário perguntar “onde estão os novos fragilizados pelo destino, sejam os velhos, as mulheres e os loucos? É desta precariedade que algo vai advir, pois são os mais sensíveis ao imperativo do desamparo que se impõem na atualidade com outras cores” (BIRMAN, 2006, pp. 137-138). Aqui acrescentamos a dimensão dos trabalhadores a essa afirmação, uma vez que os trabalhadores têm seu lugar de fala silenciado, alguém fala por eles. Spivak (2010) questiona: pode o subalterno falar? A autora diz que não, porque não é escutado, o que escancara o mal estar na modernidade. É nesse mal estar que a angústia se manifesta e se converte em sofrimento.

Ao problematizar e refletir sobre a noção metapsicológica de desamparo em psicanálise e seu alcance, escolhemos essa vereda para abordar o campo do trabalho e articular as maneiras com que os sujeitos inscritos na linguagem e no laço social tecem suas relações no trabalho, observando, também, como a organização do trabalho irá ou não sustentar essa ilusão necessária contra o desamparo, bem como as maneiras que o desamparo vai ou não se manifestar no discurso. É esse campo sombrio e sem garantias que partiremos ao tentar nomear as situações do desamparo e o campo do angustiante no trabalho. Nesse contexto, onde o significante trabalho ocupa um lugar central em uma cadeia azeitada por

diversos componentes políticos, sociais, macro e micro institucionais orquestrados pelas organizações em suas várias vertentes, pretendemos investigar as condições de trabalho de quem atua para intervir no trabalho do outro, por vezes, insalubre, perigoso, que pode tirar a saúde e a vida. Esse sujeito trágico, pático, da desmesura, do desmedido, do excesso, do desamparo, do mal-estar e do sofrimento abordado pela Psicopatologia Fundamental nos convoca a aprofundar na discussão com a Psicanálise e com autores que assentam seu discurso na leitura de Freud e Lacan para tentar compreender as narrativas do mundo do trabalho.

CAPÍTULO III - MÉTODO

3.1 Procedimentos Metodológicos

O método utilizado na presente pesquisa foi o qualitativo, composto de pesquisa de campo, tendo como instrumento de coleta de dados a análise de discurso e narrativas testemunhais sobre o trabalho. O desenvolvimento da pesquisa, inicialmente, foi por revisão bibliográfica sobre o histórico da Vigilância Sanitária no Estado de Goiás e como a Saúde do Trabalhador foi constituída dentro da Superintendência de Vigilância em Saúde. Posteriormente, foram realizados estudos sobre os fundamentos do trabalho na sociologia, seguido de aprofundamento teórico sobre os conceitos de “angústia” e “desamparo”, fundamentados em Freud e Lacan. A pesquisa de campo contou com a participação de fiscais da Vigilância em Saúde, em uma amostra do tipo não probabilística, selecionada por conveniência composta por treze trabalhadores que eram ou tinham sido fiscais de Vigilância em Saúde do Trabalhador.

Inicialmente, foi realizada apresentação do projeto à Superintendência de Vigilância em Saúde do referido órgão e colhida a assinatura do termo de anuência da instituição. Para a coleta dos dados, a abordagem foi realizada por meio de e-mail institucional, no qual foram apresentadas as informações básicas pertinentes à pesquisa, tais como: tema, objetivos, pesquisadores responsáveis e período de coleta de dados. O telefone e o e-mail dos pesquisadores, também, foram informados neste material. Como estratégia de abordagem dos sujeitos, foi definido que os trabalhadores que quisessem participar da pesquisa entrassem em contato com os pesquisadores por telefone ou e-mail para agendar as entrevistas até o prazo de um mês após a divulgação. Se não houvesse contato de nenhum trabalhador, poderiam ser adotadas outras estratégias de abordagem como divulgação do roteiro em plataforma digital para que o trabalhador pudesse responder sem contato com o pesquisador.

Foi feito um recorte transversal para definição da amostra por conveniência dos

fiscais que atuam na Coordenação de Vigilância em Saúde do Trabalhador e, também, fiscais sanitários que já atuaram na área de saúde do trabalhador. Na composição da amostra não foram levados em conta critérios objetivos como faixa etária, sexo, estado civil, escolaridade ou nível socioeconômico. Os critérios de exclusão foram a não nomeação pela Portaria do Secretário de Saúde do Estado de Goiás. Fiscais da equipe das regionais e técnicos do Cerest Regional não foram selecionados para a entrevista. Os critérios de inclusão foram os seguintes: pessoas que se inscreveram voluntariamente para a pesquisa e que atuam na fiscalização, nomeados por Portaria do Secretário de Estado da Saúde, publicada no Diário Oficial do Estado de Goiás.

Foi aberto um processo no Sistema Eletrônico de Informações (SEI) para solicitar a anuência da Instituição através da Superintendência de Vigilância em Saúde. Após anuência da instituição, foi realizado o contato com os participantes para convidá-los a participar da pesquisa, com o envio do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido por e-mail. As entrevistas gravadas e transcritas foram analisadas com uso da técnica de análise do discurso.

3.2 Participantes

Para fins desta pesquisa, utilizamos como instrumento de coleta de dados as entrevistas individuais, realizadas por quatro Psicólogas com experiência em Psicologia Organizacional e do Trabalho, com tempo de uma hora de duração. As entrevistas foram realizadas por meio de videoconferência com recursos das plataformas *zoom*, *Microsoft teams* e *google meet* para o registro da informação viva. O roteiro das entrevistas foi semi-estruturado como forma de potencializar a interação entre o pesquisador e o sujeito, visando identificar a percepção dos fiscais sobre o seu trabalho de vigilância sanitária, com foco na saúde do trabalhador.

A amostra pretendida foi obtida através de um recorte transversal para definição da

amostra por conveniência. Foram selecionados treze sujeitos de um universo de quinze pessoas. As entrevistas foram gravadas e transcritas e apresentadas em forma de síntese, para procedermos com a análise de discurso. Assim, a análise de discurso como meio de investigação da cultura, e ao mesmo tempo produtora de discursos em diversos níveis, foi a abordagem escolhida para investigar a realidade do trabalho, nesta proposta de pesquisa. Ao dar a palavra ao sujeito, se conhece sobre a sua realidade.

3.3 Instrumento de Coleta de Dados

O instrumento de coleta de dados utilizado foi um roteiro de entrevista semiestruturado dividido em três blocos temáticos. A entrevista foi escolhida como instrumento por ser uma ferramenta de diálogo entre o pesquisador e o sujeito trabalhador, um acontecimento que pode propiciar a produção de discursos dos sujeitos sobre a sua rotina laboral. Essa divisão em blocos foi pensada para organizar uma sequência de pensamento e facilitar a condução da entrevista pelo pesquisador. Nessa elaboração, tivemos o cuidado de usar uma linguagem adequada aos profissionais e dividir as questões das mais simples para as mais complexas. As perguntas foram feitas de forma mais curta, para tentar evitar o desgaste desnecessário de perguntas extensas. A opinião do entrevistado e a resposta baseada na experiência foram solicitadas na maioria das questões. A primeira seção abordou os dados de identificação: idade, gênero, escolaridade e estado civil. Na segunda seção, foram exploradas as questões para mapear o ambiente de trabalho e as percepções sobre o trabalho realizado, por meio das seguintes questões: a) tempo de trabalho na vigilância, b) tipos de experiências que teve, c) quais foram as experiências mais significativas, d) qual é a rotina de trabalho, e) se o trabalho é realizado de forma coletiva com colegas de trabalho ou de maneira individual, f) se há articulações intersetoriais com órgãos públicos ou intrasetoriais com as outras áreas dentro da vigilância em saúde (vigilância ambiental e vigilância epidemiológica), g) e se há consulta aos sistemas ou aos banco de dados para verificar as notificações naquele território

antes de atuar em campo, h) se o trabalho é feito em conjunto com os fiscais dos municípios, i) quais as dificuldades nessas articulações tanto com o Estado quanto com o Município, j) se há articulação e participação dos sindicatos, k) se há monotonia, repetitividade nas atividades, l) o dimensionamento das viagens para atender demandas, prazos, condições técnicas, como treinamento, métodos, carga física e psíquica de trabalho. A seção seguinte tratava, especificamente, dos aspectos subjetivos do participante que dizem respeito ao fazer, ao ofício que realiza, isto é, quais os aspectos mais difíceis e quais o que geram prazer no cotidiano das atividades realizadas.

Foi utilizado, também, o diário de campo para as observações e percepções no contexto da entrevista.

3.4 Procedimentos de Análise dos Dados

Iniciamos com um resumo histórico da metodologia que foi utilizada para analisar as entrevistas que serão apresentadas neste capítulo. A técnica de análise de conteúdo categorial de Bardin (1977) pensada, inicialmente, para suporte desse trabalho se mostrou inadequada, uma vez que o trabalho foi construído com referencial teórico da Análise de Discurso francesa de Michel Pêcheux e da Psicanálise. Por esse motivo, entendemos não ser possível classificar nem reduzir o discurso a categorias e núcleos de sentido preconizados por Bardin. Esses núcleos de sentido são construídos a partir de palavras e mensagens que emergem do texto, cuja presença ou frequência evidenciam se as falas são ou não pertinentes e se respondem aos objetivos da pesquisa.

Consoante Orlandi (1998; 2020) é através do texto que o discurso pode se materializar, ganhar substância, ou seja, o texto é o objeto material do discurso. Entretanto, essa passagem não se dá em uma cronologia pré-determinada, nem linear de acordo com Pêcheux (2015), mas em ritmos alternados, não simétricos, denominados por ele de

batimentos, que caminham junto com a interpretação. Nessa visada, a análise de discurso interroga a linguística e coloca a história em relevo, questionando a transparência da linguagem. Assim, é preciso passar pela língua como estrutura, mas não se fixar nela, mas sim avançar para o discurso. A ideologia, o sujeito e o discurso são os elementos que compõem o alicerce epistemológico da Análise de Discurso utilizado nessa dissertação. É fundamental colocar o sujeito e a linguagem em interjogo com a ideologia, observando os processos contraditórios que só podem ser acessados a partir do discurso, pois é só através do equívoco que o real da língua se articula ao real da história. Ou seja, é pelo discurso que a língua pode aglutinar com a história e produzir essa sensação de realidade (Souza, 2006).

Na visão da análise do discurso de base psicanalítica adotada nessa pesquisa, cada enunciado é mostrado de forma particular e individual, por meio de narrativas/testemunhos que compõem a forma própria do sujeito se expressar diante e dentro do trabalho, sem contagem de frequência. Como afirma Tfouni (2005), o lugar da narrativa é privilegiado para elaborar a experiência pessoal dos sujeitos, os quais podem ocupar a posição de falar de si próprios, do seu conhecimento. Os discursos são pinçados da história, das condições onde foram produzidos (Courtine, 1982). Não cabe ao analista de discurso interpretar o texto, mas tornar explícito quais são os processos de funcionamento e como esse texto produz sentido (Orlandi, 1998). É relevante assinalar esses aspectos da análise de discurso na medida em que consideramos o *corpus* discursivo como “suporte de um processo, acontecimento ou experiência de transformação – subjetivo, conceitual, histórico” (Dunker et al., 2016). Nesta perspectiva, devemos trabalhar com a provisoriedade da compreensão e da interpretação que esses discursos mostraram ao longo da pesquisa, a partir de procedimentos da análise de discurso, baseadas nos estudos de Pecheux (2015; 2021); Gadet e Pecheux (2004); Orlandi (1990; 2001; 2020), Dunker, Paulón e Milán-Ramos (2016), Henry (2013); Bakhtin (2020), Souza (2006; 2014), Lara Júnior, Dunker e Pavon-Cuellar (2019); Parker (2013; 2019) e

Amorim (2004). Estes autores são analisados em interface com a Psicologia Social em uma visão crítica e política do trabalho no qual, nas palavras de Foucault (1992; 2018) em seu texto sobre autoria, a pesquisa promove a discursividade, ao possibilitar com que outros pensem algo diferente do pesquisador.

A materialidade da língua em sua estrutura e na linguagem dos signos que a compõem são concretos e materiais, podendo ser identificados no som que sai da boca, na verbalização e na escritura das palavras. Bakhtin (2003; 2020), entende que “... o significado da palavra refere a uma determinada realidade concreta em condições igualmente reais de comunicação discursiva” (p. 291). Os significados que são produzidos se mostram, também, no movimento que compõem o tecido social, pois “refletem e refratam a realidade” (p. 32). Essa perspectiva nos ajuda a pensar a estrutura do discurso, embora não de forma rígida.

Assim, as entrevistas analisadas foram situadas no campo da linguagem como uma ferramenta imperfeita, como língua inatingível, observando o real impossível da língua, que causa embaraços, como fonte antropológica de saber e ao mesmo tempo de não saber, repleta de mal-entendidos que, apesar de não abarcar a racionalidade pretendida pelo discurso científico, é o dispositivo pelo qual se pode ter acesso ao sujeito. Dunker, Paulón e Milán-Ramos (2016, p. 238) nomearam de materialidade linguística do inconsciente, já pensada pela Psicanálise de Freud (1915-1930), no qual o inconsciente é possibilidade de sutura entre o individual e o coletivo e estruturado como linguagem para Lacan (1969). Zygouris (2002) nos chama a atenção para o fato de que a teoria é apenas um mapa, que não abarca o território, é onde a técnica encontra o humano. Nesse ínterim, a escuta sobre a atuação do fiscal não pode ser asséptica, a distância entre o mapa e o território pode desmoronar a qualquer instante.

O discurso na ótica lacaniana é a maneira pela qual o laço social se ata entre os sujeitos, nas diversas posições discursivas, nos lugares de agente, de criação, de

impossibilidade e do que resta como irremediável diante do que não se tem governabilidade, do imprevisto, do real, que é diferente da realidade. É importante aqui fazer um parêntese e lembrar que Lacan (1953) trabalha a noção de realidade como composta de três registros: o imaginário, o simbólico e o real, que se enodam. Esses três registros estão presentes em todo ensino de Lacan (citado em Faria, 2019). O autor nunca deixou de articular nenhum deles, observando a articulação de um com o outro, embora se dedicasse com mais ênfase em um deles. E na última etapa de seu ensino, Lacan enlaça os três sistemas de referência em um nó, com propriedades borromeanas, ou seja: se cortar um dos aros, o nó se desfaz, bem como poderíamos acrescentar diversos outros aros e manter a mesma propriedade borromeana do nó.

Em cada etapa, Lacan formula uma teoria de constituição do sujeito e se utiliza de ciências de apoio para trabalhar com cada registro, analisando a ótica e a etologia para o imaginário, o estruturalismo, a antropologia e a linguística para o simbólico e a matemática, com a lógica e a topologia para o real. O imaginário é tecido por Lacan como o que dá consistência ao sujeito, é essencial para a formação do eu e dá ao sujeito a ilusão de domínio imaginário de seu corpo. O imaginário dá a consistência que o outro é semelhante, pensa como eu. Ao mesmo tempo que o imaginário é um registro essencial para pensar como ser de consciência, o fato de nos comunicarmos cria a ilusão de que compreendemos a realidade (Faria, 2019).

O simbólico é apontado por Lacan (1973) como furo, inscrito no campo na linguagem e o real como ex-sistência, o que está fora da linguagem, fracasso, impuro, impossível de apreender por ela, apartado do sentido. O real é formulado por Lacan (1973) como o impossível, o que “não cessa de não se escrever”, diferente da realidade, da racionalidade, do representável. Já a contingência seria aquilo que cessa de não se escrever, coloca um freio, realiza algo. Contudo, Lacan (2003) faz um giro nessa afirmação ao dizer que a contingência

demonstra a impossibilidade. E é justamente na contingência o lugar por onde se transmite o real, por meio de uma escapada pelo discurso (Gianesi, 2019). Portanto, ao estudar o discurso, temos a possibilidade de permear a expressão da posição social dos sujeitos atravessados pelo seu trabalho.

O trabalho de análise dos discursos não se ateve em buscar, fixar e impor os sentidos “verdadeiros” ou “unívocos” aos relatos, mas em tentar compreender os múltiplos sentidos produzidos em sua materialidade histórica e linguística, em suas relações com outros sentidos e com as formações ideológicas (Orlandi, 2001). Há um ponto de interdiscurso entre os entrevistados antes mesmo de começar as entrevistas. Nas palavras de Dunker, Paulón e Milán-Ramos (2016), o “ponto de interdiscurso” é pensado na pesquisa a partir do trabalho, com uma temporalidade de um cenário de exceção, impactado pela pandemia, situação na qual trabalhar pode incorrer em risco de se contaminar. Para ilustrar o contexto do trabalho dos fiscais foi feita uma síntese das narrativas, que apresentaremos neste trabalho como testemunhos.

Embora o conceito e a literatura do testemunho sejam associadas ao contexto da Segunda Guerra Mundial, do *Shoah*, aqui o conceito de testemunho será pensado como uma chave ética no contexto do trabalho dos fiscais, compreendidos como portadores de um testemunho sobre as condições dos trabalhadores, onde há a proximidade e a distância, em que o individual faz a ponte com o coletivo, a fim de que possa repensar a história do trabalho. O conceito de testemunho foi fundamentados nos seguintes autores: Émile Benveniste, Michel Foucault, Walter Benjamin, Giorgio Agamben, Shoshana Felman, Maria Rita Kehl, Paulo Endo e Márcio Seligmann, observando as noções de narrador, arquivo, memória, história e poder, em uma dimensão ético-política da linguagem.

O termo testemunho (*témoin*) não é associado ao âmbito jurídico, de provar uma verdade, mas foi escolhido por se referir, nas palavras de Benveniste (1995) retiradas do

sânscrito *vettar* “aquele que sabe por ter visto”. O autor resgata a noção de testemunha por meio do “*testis*”, que é um terceiro que assiste uma situação em que dois estão envolvidos e, também, com base em um outro semelhante semântico “*superstes*”, que significa ter passado por um acontecimento e ir além desse acontecimento (Selligman-Silva, 2010). Na história, segundo Foucault (2007), há um *a priori* que rege os discursos, sistemas que selecionam o que pode, o que deve, o que não pode, o que não deve ser dito, os enunciados chamados por ele de formações discursivas, tomados como se fossem coisas. Esse sistema de conversão, de transformação dos enunciados discursivos em fatos da história como realidade e erigido sobre o poder, é chamado de arquivo, compreendido como “o sistema geral da formação e da transformação dos enunciados” (p. 171). O arquivo, portanto, não é a memória, nem um amontoado de textos, tampouco um registro histórico somente, mas seleciona quais discursos serão ligados à história e quais serão excluídos dela; o que é relevante ou não para se tornar memória; quais discursos são ou não pronunciados de fato; e quais as condições possíveis em que um enunciado pode ou não ser produzido. Poderíamos aqui tomar o conceito de arquivo, mas ainda não corresponde ao que entendemos como o que interessa à pesquisa.

Agamben (2008) faz uma crítica a Foucault, ao dizer que o conceito de arquivo não inclui o sujeito, deixa o sujeito de fora, enquanto o testemunho se refere a algo potente que possibilita que a memória se torne um ato e o sujeito ocupa esse lugar vazio. Aqui, concordamos com Agamben, ao considerar que o sujeito pode ocupar um lugar. Mas o sujeito que porta um testemunho não pode dizer tudo, ele está entre o que é possível e o que não é possível dizer, algo sempre fica de fora. Agamben denominou testemunho “o sistema das relações entre o dentro e o fora da *langue*, entre o dizível e o não-dizível em toda língua, ou seja, entre uma potência de dizer e a sua existência, entre uma possibilidade e uma impossibilidade de dizer” (p. 146).

Shoshana Felman (2000) problematiza a noção de testemunho em seu caráter de

paradoxo, no seu sentido forte, político e crítico, que está de acordo com Agamben. Para a autora, o testemunho não é atravessado pela totalidade, pela possibilidade de dizer tudo, não é conclusivo, não mostra algo que se encerra em si próprio, um saber absoluto, não é uma verdade, não tem o caráter de encerrar algo, não é um veredicto no sentido jurídico. Felman nos recorda que a psicanálise, em sua dimensão clínica, inventou um diálogo que considera o testemunho inconsciente ao se referir a Freud, provocando uma reviravolta na maneira de exercer a clínica. Freud, em sua concepção de trauma como ferida que corta o sujeito, que bloqueia sua linguagem e que o faz repetir infinitamente a mesma coisa, reconhece o testemunho do paciente, embora quem o escuta não consiga apreendê-lo em sua totalidade. Nesse reviramento, a psicanálise propõe uma maneira inédita de conversação, no qual “o testemunho do médico não substitui ele mesmo o testemunho do paciente, mas ressoa com ele” (p. 27). A autora conclui o seguinte: “são necessários dois para testemunhar o inconsciente” (p. 27).

Essas tessituras que ligam a ideia de testemunho na proposta por Felman, permitem que façamos um avanço para além das tradicionais leituras de testemunho para os dias de hoje. Kehl (2001) aponta que o sujeito está em uma posição passiva e é jogado em direção a uma realidade que coloca em dúvida o que ele sabe, uma realidade nua a que está exposto, que o pega desprevenido, não dispõe de instrumental discursivo suficiente para que possa compreender nem mesmo dar um tratamento simbólico a isso que se apresenta de forma imperiosa. Nessa perspectiva, o testemunho seria uma tentativa de não emudecer frente à violência, ao mesmo tempo em que o seu jeito considera um futuro, o que não significa apagar, nem negar o passado (Endo, 2008).

Poderíamos refletir, tomando a ideia de Didi Huberman (2012), que diz que o testemunho nos faz um convite ao ofício árduo, porém extremamente necessário de “trabalhar no vazio da palavra” (p. 42). Na mesma perspectiva, Walter Benjamin (2012), retoma esse

narrador, que podemos pensar como algo que se liga, que faz parte de, um elo de uma corrente, um narrador tradicional ou conservador, em detrimento à cultura que coloca em primeiro lugar o progresso. O autor associa a narrativa à experiência individual, mas, também, ao coletivo, “trabalhar a matéria-prima da experiência – a própria e a alheia – transformando-a num produto sólido, útil e único” (p. 239). Destaca, ainda, o trabalho manual e artesanal do narrador, que pode lhe causar uma marca “como a mão do oleiro na argila do vaso” (p. 221).

Considerando que as entrevistas foram analisadas na perspectiva do testemunho e por questões éticas, elas não serão descritas na íntegra. No capítulo seguinte, apresentaremos os resultados da pesquisa na forma de testemunhos, discutidos com base na análise de discurso.

CAPÍTULO IV - RESULTADOS DA PESQUISA

Para retratar o contexto social de trabalho dos fiscais e ampliar o campo para o discurso, dividimos essa seção em duas partes: na primeira parte, organizamos as informações sobre as entrevistas com as falas descritas de maneira sistematizada, a fim de apresentar os elementos essenciais que nos auxiliam a compreender os processos e ambientes de trabalho dos entrevistados. Em seguida, com propósito de possibilitar uma ampliação das falas dos trabalhadores rumo à análise dos discursos, procederemos com a síntese de suas narrativas acerca das características da organização do trabalho, o papel desempenhado pelos fiscais na saúde pública e a visão que a sociedade tem do fiscal segundo seu discurso, na tentativa de apontar para o leitor os limites e as possibilidades da Vigilância em Saúde do Trabalhador.

Todo o *corpus* teórico foi analisado dentro de um contexto cultural marcado no tempo pelas restrições impostas pela pandemia de SARS-COV2, bem como observados a partir do cenário político e de gestão do governo atual, o qual se modifica a cada novo governo. Esses fatores permearam a substância discursiva e teceram as histórias sobre o trabalho dos fiscais. Cada entrevista foi analisada de forma singular e combinadas com as outras, identificando elementos que estavam ausentes em um discurso e que, porventura, apareceram em outro ou coincidiram entre si, compondo uma cadeia discursiva.

4.1 Caracterização dos Trabalhadores e do Contexto de Trabalho

Os sujeitos da pesquisa, conforme descrito no quadro a seguir, foram, em sua maioria, do sexo feminino, com idade variando de 42 a 65 anos, composto pelas seguintes profissões: uma fisioterapeuta, três técnicos em segurança do trabalho, uma pedagoga, duas farmacêuticas, duas fonoaudiólogas, uma psicóloga, uma técnica em enfermagem e duas enfermeiras. O tempo de serviço na função de fiscal variou entre um até 37 anos de profissão.

Quadro 4: Caracterização dos Sujeitos da Pesquisa

Sujeito	Idade	Estado Civil	Gênero	Profissão	Tempo como fiscal
S1	44	casada	F	Fisioterapeuta	08 anos
S2	39	casada	F	Técnica de Segurança do Trabalho	01 ano
S3	42	casada	F	Pedagoga	10 anos
S4	49	casado	M	Técnico de Segurança do Trabalho	08 anos
S5	60	casada	F	Farmacêutica	25 anos
S6	48	casada	F	Fonoaudióloga	05 anos
S7	47	divorciada	F	Fonoaudióloga	06 anos
S8	65	casada	F	Farmacêutica	37 anos
S9	53	casada	F	Psicóloga	05 anos
S10	47	casada	F	Técnica em Enfermagem/Instrumentadora cirúrgica	01 ano
S11	45	divorciado	M	Técnica de Segurança do Trabalho/Enfermeiro do Trabalho	01 ano
S12	59	casada	F	Técnica de Segurança do Trabalho	Menos de 01 ano
S13	43	casado	M	Enfermeiro do Trabalho/Engenheiro	11 anos

Fonte: pesquisa de campo, 2021.

Conforme observamos anteriormente, há uma maioria de mulheres nesta função. Dez dos entrevistados são mulheres (S1, S2, S3, S5, S6, S7, S8, S9, S10 e S12) enquanto os homens são três (S4, S11 e S13). A questão de gênero é sublinhada nas falas, nas quais o fiscal diz que ao acompanhar a fiscal é mais seguro, pois evita que o empresário lhe faça gracejos, palavras ditas pelas próprias colegas de trabalho. Por outro lado, no cotidiano do trabalho elas não percebem diferença no tratamento entre os colegas em razão da condição de gênero. A questão de gênero é observada quando relatam o comportamento de motoristas homens que praticam assédio moral e sexual às mulheres. A expressão machismo estrutural foi utilizada para retratar como essa forma de comportamento permeia o trabalho e outros trabalhos anteriores por onde o sujeito passou. Nesse caso, foi citada a vestimenta e a postura da fiscal como possíveis estratégias para lidar com o assédio, pois o uniforme remete à ideia

de autoridade. Outro aspecto observado é que quando há duas mulheres na fiscalização a truculência dos empresários fica mais evidente. Em contrapartida, a igualdade entre gêneros na rotina de trabalho, também, foi tema no discurso, ao ser dito nunca terem percebido diferença no tratamento por ser mulher. Elas relatam se apoiar na legislação, o que dá segurança para realizar seu trabalho.

Ao contar sua história com o trabalho, em uma linha diacrônica sobre o percurso que os levou à Vigilância Sanitária e à função de fiscal de Saúde do Trabalhador, observamos que todos os técnicos são concursados. A maioria dos técnicos está no Estado desde 2010, quando foi realizado o último concurso da saúde no Estado de Goiás. Alguns dos técnicos foram lotados em hospitais, outros no Cerest Estadual e apenas dois dos entrevistados fizeram o concurso para inspetores de Vigilância Sanitária e são fiscais de carreira desde 1982. Os demais fiscais têm sua Portaria de designação para a função assinada pelo Secretário de Saúde do Estado de Goiás e publicada no Diário Oficial do Estado, conforme critérios previamente determinados pela Superintendência de Vigilância em Saúde, que indica os servidores para ocupar este cargo.

A Vigilância Sanitária não foi escolhida como opção inicial para vários dos entrevistados, eles saíram da assistência hospitalar onde trabalhavam devido à precarização do trabalho e assédio moral exercida pelas Organizações Sociais – a terceirização dos serviços do Estado. Neste contexto, a terceirização foi a razão apresentada para a transferência na fala da maioria dos entrevistados, mesmo que não tivessem conhecimento sobre a área da Vigilância Sanitária.

A formação profissional dos fiscais é heterogênea e alguns fiscais tem duas formações: Fisioterapia, Técnico de Segurança do Trabalho, Administração, Gestão Pública, Pedagogia, Farmácia e Bioquímica, Fonoaudiologia, Psicologia, Técnico de Enfermagem, Instrumentador cirúrgico, Enfermagem e Engenharia Civil, conforme detalha o quadro 1,

apresentado anteriormente. Os critérios principais para ser fiscal são os seguintes: ter feito o curso básico de Vigilância Sanitária e ter disponibilidade para viajar para os duzentos e quarenta e seis municípios, divididos em dezoito Regionais de Saúde no Estado de Goiás. Alguns dos entrevistados, além de fazerem o curso básico, participaram do curso de Multiplicadores de Vigilância em Saúde do Trabalhador da Fiocruz, e podem, a convite da Fiocruz, ministrar os cursos de Vigilância em Saúde do Trabalhador no país.

A atuação da maioria dos fiscais entrevistados é na Saúde do Trabalhador. Outras áreas citadas foram a área de serviços de saúde e a área de promoção da saúde. Um dos entrevistados atua em outra área diferente da saúde do trabalhador. O tempo de trabalho na fiscalização variou entre os sujeitos, de menos de um ano a trinta e sete anos na função.

Quase todos os entrevistados têm, atualmente, dois empregos ou acumula duas funções, sendo que alguns trabalham na Vigilância Sanitária como fiscal e na assistência; outros atuam como técnicos e na assistência; alguns atuam como fiscal e na função de chefia; e há casos de acumular a função de fiscal com a de professor da Educação Básica.

Observamos, a partir dos relatos, uma descrição minuciosa dos procedimentos da fiscalização por todos os fiscais, que incluem atividades de rotina, procedimentos, articulações intra e intersetoriais, atuação multiprofissional, documentos técnicos, peças fiscais, planejamento de viagem e prestação de contas. Eles, também, são unânimes quanto às críticas à burocracia para solicitar as viagens e realizar a prestação de contas.

Foram sublinhadas situações difíceis e problemas que permeiam o cotidiano destes profissionais no exercício de suas funções. Os problemas e as dificuldades estão divididos em duas categorias: a primeira refere-se ao trabalho de forma direta, o ato da fiscalização, do trabalho no campo; e a segunda que se dá de forma indireta, aquelas inerentes à estrutura organizacional. No trabalho do fiscal, a rapidez das informações e a forma imediata com que tem que esta informação tem ser repassada é citada como um problema, além das

dificuldades relacionadas ao conhecimento e à escrita de documentos técnicos. O grau de escolaridade e de conhecimento técnico dos empresários, também, interferem na fiscalização. Por vezes, o fiscal precisa explicar com maior detalhamento e até fornecer modelos de documentos técnicos para orientar os donos das empresas. A territorialidade é outro fator descrito como elemento que interfere na fiscalização, pois a depender do nível econômico da região, o fiscal não pode tomar medidas severas, pois prejudicaria a população local.

A exposição à sobrecarga de trabalho; intempéries, como sol e chuva; condições básicas de conforto e higiene nas viagens, bem como as condições de hospedagem e alimentação; falta de verba para viagens; casos de violência exercida pelos donos das empresas, até com uso de arma de fogo e faca; truculência dos empresários; ameaça de morte; risco de acidentes na inspeção e no trajeto (queimaduras, explosões); assédio moral e sexual exercido pelos motoristas; perseguição pela gestão; desgastes e conflitos com os empresários; pressão psicológica; cansaço físico e intelectual; além de assédio moral vinculados à linguagem, como ameaça verbal, cinismo, difamação, sarcasmo, ofensas e ironia foram situações relatadas pelos fiscais em suas falas. Além disso, em algumas situações os fiscais necessitam solicitar apoio policial para adentrar nas empresas e realizar o trabalho de fiscalização, o que é sempre uma fonte de tensão.

A interferência política e o conflito de interesses foram descritos como fatores de entrave nas fiscalizações. Há registro de casos em que os Secretários de Saúde, Prefeitos e Vereadores tentam questionar ou invalidar a fiscalização. Além disso, a questão ética, também, é pontuada, em situações em que a denúncia é relativa a um parente de algum fiscal, este não pôde atuar para não configurar conflito de interesse. Outros episódios relatados referem-se às situações em que os próprios fiscais municipais e as Regionais de Saúde entram em contato com as empresas para avisá-las da ação fiscal. Entretanto, foi ressaltado que a gestão oferece apoio aos fiscais e não houve casos em que a gestão ficasse a favor dos

empresários e contra os fiscais.

Na estrutura organizacional, foi apontada a instabilidade da função de fiscal, pela fragilidade da Portaria de nomeação, que depende de ato discricionário do governo e da gestão. Não ser fiscal de carreira é, portanto, uma preocupação para alguns fiscais. A falta de concurso público favorece a rotatividade dos profissionais nessa função e as nomeações por interesse político. A questão jurídica como um limite do trabalho foi relatada em três situações: a fragilidade da Portaria que nomeia os fiscais; os limites da legislação estadual para a atuação do fiscal, pois as empresas contratam advogados que tem mais conhecimento da legislação; e quanto ao fiscal ser processado pela empresa e responder como pessoa física. Por outro lado, também, foi levantada a questão dos problemas relativos à conduta de alguns fiscais, por meio de abuso de autoridade e a truculência destes fiscais, o que resulta em um problema para a classe, já que, na visão de alguns dos entrevistados, o fiscal é um ente público, um representante do Estado e não atua como pessoa física.

Foi esclarecido que os fiscais de Vigilância em Saúde do Trabalhador fiscalizam quaisquer ramo produtivo e diversos ambientes de trabalho, os quais foram apresentados, também, como situações de risco a que os trabalhadores estão expostos. Dentre as condições relatadas, destacamos as seguintes: falta de condições básicas de higiene e conforto, como sanitários e água potável; falta de equipamentos de proteção; risco de queimaduras e de choque elétrico por ocorrência de fiação exposta; sujeira; poeira; umidade; acidentes; questões ergonômicas; assédio moral; exploração; informalidade; trabalho em condições análogas à escravidão vitimando crianças e adolescentes; e, ainda, prepondera a culpabilização pelos acidentes e adoecimentos aos próprios trabalhadores. Nesse contexto, os fiscais, também, percebem o medo dos trabalhadores de perder o emprego após a fiscalização. As cerâmicas, matadouros, fábricas de tempero, frigoríficos, açougues, mineradoras, instituições de longa permanência para idosos, postos de combustíveis, fábricas

de amianto, lixões, cooperativas, zona rural, hospitais e usinas foram citados pelos fiscais para exemplificar sua atuação e apontar riscos nos ambientes e processos de trabalho.

Nas relações interpessoais no trabalho, a relação com os colegas foi descrita, em sua maioria, com as seguintes expressões: parceria, muito boa, pessoas excepcionais, espaço de aprendizagem, de construção de conhecimento e de confiança, positiva, saudável, de boa convivência, tranquila e amigável. Alguns relatam situações de conflito por causa das personalidades diferentes, e de ego, de menos empatia e falta de afinidade com alguns colegas, em situações que têm sempre algo que incomoda. Foi citada uma situação de hostilidade vivenciada em decorrência da mudança de prédio e alguns colegas de outra Gerência os trataram mal, como se eles fossem intrusos, embora todos sejam servidores públicos. Observaram que faltou envolvimento da gestão na resolução do problema, com o argumento de não causar indisposição com a outra área. A função de gestão ocupada aparece como um item que afeta diretamente a relação com os colegas. Já na relação com a gestão, as respostas variaram: ora a relação é tranquila, maravilhosa, de liberdade para trabalhar de diálogo de total apoio, que lutam por eles, de um alinhamento e de co-participação; ora de conflito na qual o poder e a hierarquia interfere nas ações dos fiscais.

A interferência do trabalho na vida familiar na saúde dos fiscais foi assinalada por alguns entrevistados, os quais apontaram as seguintes situações: não poder fazer viagens longas, porque não consegue deixar sozinhos o marido e o filho pequeno; não suportar ver algumas situações a que os trabalhadores estão expostos; o sentimento de inutilidade por não fazer seu trabalho; de levar algumas questões que angustiam no trabalho para casa, para a família; de ir sem se alimentar para o trabalho. Foram relatados os seguintes sinais, sintomas e situações associados ao trabalho: ansiedade stress, cansaço, queda de cabelo, dor de estômago, frequência cardíaca alterada, aumento de peso e fobia. A pandemia de SARS-COV 2 foi destacada na fala dos fiscais, sendo que em atendimento às medidas para conter o risco

de exposição ao vírus alguns fiscais realizaram teletrabalho, enquanto outros continuaram realizando as viagens. Alguns dos fiscais foram contaminados pela COVID-19 em situações de trabalho ou por meio de contato com familiares.

Para conseguir lidar com os problemas e dificuldades oriundos do trabalho, os fiscais adotaram algumas estratégias, listadas a seguir: a fé, a religião, o bom humor, a prática de atividades físicas, o cuidado com o filho, o autocontrole, tentativas de desviar pensamento, falar de si próprio para os colegas, pensar positivamente, ter esperança, fazer o trabalho com prazer, se apoiar nas normas legais. Os sentimentos relativos ao trabalho foram de satisfação, cumprimento do dever, gostar do que faz, se sentir bem por poder melhorar a vida dos trabalhadores. Alguns fiscais colocam o afeto na perspectiva racional, de publicação de artigos da participação em eventos e em grupos de pesquisa

A visão do trabalho do fiscal foi relatada pelos entrevistados em três eixos: como o fiscal percebe seu trabalho, qual o seu papel e como a sociedade vê o trabalho do fiscal. O papel do fiscal na visão dos entrevistados é de orientação de empatia com o trabalhador um agente que propõe mudanças, com uma função educativa, papel de mediador entre a saúde individual e a saúde grupal, de lutar pela saúde dos trabalhadores e pelas condições mínimas de trabalho, ser alguém que legitima a palavra do trabalhador, em que a ação de fiscalizar aparece como excitante. Foi citado o impacto na vida das famílias dos trabalhadores após as fiscalizações como um reflexo positivo e de mudança do trabalho, além do prazer de poder parabenizar os empresários pelo que fazem certo.

Os dados das entrevistas, também, evidenciaram a imagem que os fiscais têm de si, a saber: guerreiro, protetor, defensor, zelador, herói e, por outro lado, é visto como vilão e bruxo. O trabalho do fiscal foi comparado ao do professor, com as impossibilidades e solidão próprias de seu ofício. A visão da sociedade. Também, é destacada nas falas dos entrevistados, tanto a legitimação do seu trabalho, na qual o fiscal diz que a sociedade o

considera necessário em seu ofício de garantir a segurança do trabalhador; quanto de desconhecimento da função do fiscal pelo empresário e pelo trabalhador, do trabalhador ficar feliz por saber que vai haver alguma mudança; e, por outro lado, há observância do preconceito quanto ao seu trabalho que, por vezes, é punitivo. Na visão do preconceito social, o fiscal é um pária, a sociedade não tem respeito pela função de fiscal e nem reconhece como deveria, os servidores públicos são mal vistos e mal queridos, há uma imagem negativa e ineficiente do servidor público entendido, muitas vezes, como passível de corrupção.

A desvalorização dos fiscais, também, é atribuída ao desconhecimento do trabalho do fiscal. Em algumas circunstâncias, a própria população não entende que a ação de fiscalizar é feita para protegê-los. Foi pontuado que o trabalho da Vigilância deveria ser melhor divulgado, ao longo da formação dos cidadãos, já nas escolas de Ensino Médio. Sublinham que não revelam que são fiscais fora do ambiente de trabalho. Citam exemplos do convívio social, na escola dos filhos, onde as mães fazem comentários por ser da Vigilância Sanitária, vem as brincadeiras de mau gosto nos encontros com os conhecidos, com uma imagem de quem multa, que aceita propina e de ser submisso ao governo.

Mesmo diante da complexidade da função do fiscal, os quais destacam a necessidade de preparo psicológico como importante para exercer esse trabalho, os entrevistados reclamam da falta de um acompanhamento psicológico mais efetivo, embora seja reconhecido que a função possa causar um transtorno e seria salutar ter um grupo de apoio.

A seguir apresentaremos os relatos dos entrevistados.

4.2 Narrativas e Testemunhos dos Sujeitos da Pesquisa

Servidor 1: 44 anos, sexo feminino, casada, três filhos, Fisioterapeuta, concursada na área de assistência hospitalar, na Unidade de Terapia Intensiva. Pediu remoção do serviço da assistência durante a epidemia de H1N1, devido à precarização das condições de trabalho, na

mesma época em que as Organizações Sociais assumiram a gestão do hospital em que trabalhava. Logo no início do trabalho na Vigilância, assumiu a coordenação da Vigilância em Saúde do Trabalhador durante um período e depois se tornou fiscal. Descreve com minúcias os procedimentos da fiscalização, por ter trabalhado na área de gestão de processos da vigilância em saúde do trabalhador, bem como o volume grande de urgências, demandas e denúncias, os conflitos, as tensões, os riscos associados à atividade do fiscal e os imprevistos. Faz críticas à burocracia do sistema, que aponta como um limite ao trabalhar, destacando que as viagens de fiscalização são orientadas por fluxos e trâmites que lentificam e dificultam o processo de fiscalizar. Dentro da rotina da fiscalização, as viagens são feitas por motoristas junto com os técnicos. Essa classe trabalhadora dos motoristas foi citada como de grande influência e que interfere diretamente no trabalho dos fiscais. As questões políticas, também, influenciam no processo de fiscalização, no que diz respeito às duas esferas de poder: municipal e estadual. A questão de gênero aparece na entrevista ao relatar situações de difamação, de assédio moral e sexual, como casos recorrentes no trabalho das mulheres fiscais. A relação com os colegas de trabalho é de parceria, de confiança, mas, também, de conflitos, de dificuldades, oriundas das vaidades pessoais e da personalidade forte de cada um. Relata sinais e sintomas de ansiedade, queda de cabelo, dor de estômago, frequência cardíaca alterada, aumento de peso, os quais são associados às condições de trabalho. Utiliza a estratégia religiosa e busca desviar o foco dos assuntos estressantes, falando de si, de sua família, de suas coisas, para, assim, conseguir lidar com os conflitos no trabalho. Não consegue dizer do sentimento de realizar o trabalho, coloca o afeto na perspectiva teórica de publicações de artigos, de participações em eventos e em grupos de pesquisa. O impacto na vida das famílias após as fiscalizações foi citado como um reflexo do seu trabalho, o que a faz sentir um pouco melhor. Acredita que a sociedade considera o fiscal um pária, não tem respeito, evita dizer que é fiscal, apesar de observar que na escola dos filhos as mães fazem

comentários por saber que ela atua na Vigilância Sanitária. Crê que os servidores públicos são mal vistos e mal queridos. Para ela, houve interferência do trabalho na vida familiar, principalmente durante a pandemia de SARS-COV2 que se iniciou em 2020, quando ficou desenvolvendo suas funções por meio de teletrabalho. Exerceu a função de fiscal da Vigilância Sanitária por oito anos, até a pandemia, quando teve fobia social e se recusou a viajar para fiscalizar. O medo de se submeter a um outro, mais especificamente um motorista, a deixou nessas condições.

Servidor 2: 39 anos, sexo feminino, casada, um filho. É Técnica de Segurança do Trabalho, concursada da assistência hospitalar, profissional do Serviço de Medicina e Segurança do Trabalho. Relata que foi trabalhar no Cerest Estadual quando que foram atacados, minados, e seu serviço foi desmantelado, os servidores foram colocados para trabalhar em contêineres do lado de fora do hospital, sofreu assédio moral e perseguição, consequência da precarização das condições de trabalho em razão da terceirização do serviço de saúde por meio das Organizações Sociais. Exerce a função de fiscal da Vigilância Sanitária em Saúde do Trabalhador há um ano, iniciou no contexto da pandemia de SARS-COV2, em meio a uma grande quantidade de demandas e denúncias. Sobre o seu trabalho atual, descreve todos os procedimentos das inspeções, como um passo a passo, diz dos riscos, dos conflitos políticos e da importância de levar qualidade de vida aos trabalhadores e orientação aos donos das empresas. Ressalta que a entrevista com os trabalhadores é uma forma de obter mais dados sobre as situações de trabalho, especialmente em situações em que não é possível visualizar os riscos, como o assédio moral e a saúde mental no trabalho. Acredita que o trabalho conjunto e o diálogo com outros profissionais são ferramentas importantes no cotidiano para melhorar as fiscalizações. Aponta as interferências políticas de prefeitos e secretários de saúde como uma dificuldade no seu trabalho, que impõe limites ao

fiscal. Para lidar com essa adversidade, diz se apoiar nas leis e normas legais e fazer seu trabalho da melhor forma possível. Sobre as relações interpessoais, diz que a relação com os colegas de trabalho e com a chefia é tranquila. Cita manifestações de machismo, que acredita ser estrutural na sociedade brasileira e um problema recorrente pelos lugares onde já trabalhou. A vestimenta e a postura do fiscal foram apontadas como uma estratégia para trabalhar na função como mulher, associada com autoridade. Relata a interferência do trabalho na família, e destaca que não consegue fazer viagens longas por ter que deixar seu filho e seu marido. Acredita que existem três formas da sociedade ver o fiscal: a sociedade patronal, a sociedade em geral e a classe trabalhadora. Enquanto a sociedade patronal vê o fiscal como uma figura punitiva, a sociedade associa o fiscal a uma espécie de segurança e a classe trabalhadora ou desconhece a função do fiscal, ou ficam felizes porque as fiscalizações geram alguma espécie de mudança. Em seu entendimento, muitas vezes, as empresas não cumprem as normas por desconhecimento. Destaca que a área de saúde do trabalhador é muito nova, sendo que uma das funções do fiscal é, também, de orientar. Não relata nenhuma interferência do trabalho na sua saúde e informa que desenvolveu suas atividades por meio de teletrabalho durante a pandemia de SARS-COV2 que se iniciou em 2020. Descreve o sentimento relacionado ao trabalho como uma sensação de cumprimento do dever, de que o faz da melhor maneira possível e gosta do que faz.

Servidor 3: 42 anos, sexo feminino, casada, um filho. É Pedagoga, concursada na Secretaria de Estado da Saúde, foi inicialmente lotada na área de eventos. Com uma auditoria realizada pelo Ministério Público em razão de desvios de função dos concursados, assumiu o cargo de técnica do Cerest Estadual. Disse que, nessa época, queria ver outras coisas e vivenciar histórias diferentes. Pediu para ser fiscal e seu Coordenador duvidou da sua capacidade, mas a nomeou mesmo assim. Desde então, exerce o cargo de fiscal da Vigilância

Sanitária há dez anos, desde 2012. Lembra do seu percurso na saúde pública, queria algo diferente da função de educadora. Antes de ser fiscal já fazia algumas ações na área de Saúde do Trabalhador pelo Cerest, acompanhava outros fiscais. Sobre a sua área de atuação, diz que exerce suas funções em diversos ramos produtivos, desde cerâmicas, frigoríficos, açougue, matadouro, todos os lugares que tiver alguém trabalhando. Na sua rotina de trabalho, relaciona os ramos produtivos aos principais agravos, problemas de saúde relacionados ao trabalho, os equipamentos de proteção que devem ser utilizados para proteger os trabalhadores, bem como as mudanças que a empresa deve fazer para melhorar os ambientes e processos de trabalho dos empregados. As cerâmicas, fábricas de tempero e os matadouros foram descritos como ambientes de condições sub-humanas, com diversos riscos à saúde do trabalhador, tais como: os riscos relacionados à ergonomia, risco de queimaduras na limpeza dos fornos e na escaldagem dos porcos, sujeira, poeira, umidade, fiação exposta, risco de choque elétrico e falta de condições básicas de higiene e conforto, como água potável e sanitários. Alguns colegas não suportam ver essas situações degradantes de trabalho, mas ela não é tão afetada quanto eles, o que a choca é a exploração do trabalhador, o conflito capital trabalho. Contudo, em outro ponto da entrevista, fala do impacto que certos ambientes precários de trabalho lhe causam, que precisa de um tempo para digerir aquilo, como se não acreditasse no que vê. Ao mesmo tempo, diz que não pode se amargurar, porque senão, também, adocece como fiscal. A culpabilização imposta ao trabalhador pelos seus adoecimentos e acidentes, tanto pelo dono da empresa quanto pela sociedade, é algo que lhe incomoda. Ressalta que qualquer coisa que consigam fazer pelos trabalhadores, por mais simples que seja, já é um resultado positivo. Compara o trabalho do fiscal com o trabalho do professor, no qual, também, não consegue acompanhar todos os alunos, compreender suas singularidades e, pro vezes, fazer com que esse aluno avance. Observa que o fiscal, assim como o professor, sofre na sua solidão e nas suas reflexões e limitações. Descreve os

procedimentos de fiscalização das seguinte forma: as articulações intersetoriais, o planejamento, a ação, a burocracia da prestação de contas, a devolução de diárias, a justificativa de ponto, os sistemas *online* de monitoramento das inspeções, as elaborações de termos fiscais e os relatórios técnicos. Não vê muita discrepância entre o planejamento e a ação realizada, exceto em algumas ocasiões, onde o cenário real é mais complexo do que o planejamento. Nessas ocasiões, é chamada a refletir e agir conforme a situação apresentada. Ressalta que com a pandemia de SARS-COV2, que se iniciou em 2020, as reuniões de planejamento com as Regionais de saúde e os Municípios foram realizadas *online*, devido às restrições sanitárias. Destaca, também, as demandas e as denúncias dos trabalhadores durante a pandemia. Ela mesma foi contaminada pela COVID, que acredita ter acontecido durante uma viagem de trabalho, mas não sofreu com os sintomas mais graves da doença. Fala das relações interpessoais, nas quais há conflitos no relacionamento com os colegas e com a chefia por causa das diferenças de personalidade, de ego e que o poder e hierarquia são algo complicado, que interferem em sua atuação algumas vezes. Reporta algumas das discussões do que encontra em campo para o nível de gestão, para que decisões que eles não têm poder de tomar em campo possam ser providenciadas posteriormente. Sublinha que pode se tornar rebelde em algumas ocasiões. A fé, a religião, a atividade física, o cuidado com o filho, o autocontrole e o bom humor são utilizados como estratégias para lidar com os conflitos no trabalho. Quando as coisas do trabalho começam a vir na sua cabeça o tempo todo, ela tenta desviar o pensamento. Para ela, o papel do fiscal na sociedade é de empatia, de se colocar no lugar do trabalhador, imagina como poderia ser melhor tratada, mas, infelizmente, o fiscal é mal visto pela sociedade. No seu cotidiano fora do trabalho, não diz que é fiscal sanitária, porque acontecem as brincadeiras de mau gosto, pois a imagem do fiscal é de quem multa, de quem aceita propina e é submisso ao governo. Para tanto, não entra em embate nem desgaste com ninguém, quer ter paz. Aponta a precarização do serviço público e diz que seria bom se

o fiscal tivesse um grupo de apoio.

Servidor 4: 49 anos, sexo masculino, casado, dois filhos. É concursado desde 2010 como Técnico de Segurança do Trabalho, do Centro de Referência em Saúde do Trabalhador (Cerest) Estadual e exerce a função de fiscal da Vigilância Sanitária há oito anos. Antes, a área de atuação era ligada à Vigilância Epidemiológica, de agravos e doenças, só mais recentemente foi criada a Superintendência de Vigilância em Saúde (SUVISA) e a área de Saúde do Trabalhador. O interesse pela área se deu devido à sua formação e que seus conhecimentos em saúde e segurança do trabalho são úteis para o exercício de suas atividades nas fiscalizações, já que precisa conhecer o ramo produtivo, os riscos, agravos, adoecimentos, histórico de acidentes na empresa e todas as questões relativas aos ambientes e processos de trabalho. Pontua que o fiscal atua não somente em ambientes regidos pelas leis trabalhistas, mas, também, em ambientes informais, sem carteira assinada, tais como: cooperativas, lixões, na zona rural, por exemplo. Descreve sua rotina de trabalhar em duas formas principais: através de denúncias e de projetos vinculados à análise de situação de saúde dos territórios, e por meio de levantamentos epidemiológicos e ramos produtivos predominantes que podem causar agravos específicos à saúde dos trabalhadores. Apresenta que os procedimentos relativos à fiscalização são os seguintes: a logística, o ir a campo, a articulação intersetorial, a elaboração de relatórios e de documentos técnicos. Aponta que um grande desafio se refere à cultura das empresas e a resistência dos empresários quanto à prevenção em Saúde do Trabalhador, que não funciona como um sistema em rede, mas em situações pontuais. Diz que essas dificuldades são normais, inerentes ao trabalho do fiscal, e que, muitas vezes, a empresa não tem estrutura para oferecer condições de trabalho saudáveis, limitando ao cumprimento de algumas leis. No contexto da fiscalização, o fiscal está exposto a alguns riscos, como acidentes de trânsito, intempéries, violência, ameaça de morte, mas que é

preciso planejar as ações para que o trabalho não interfira em sua saúde, como, por exemplo, a sobrecarga de trabalho. Para tanto, é necessário um preparo psicológico para a função. Sublinha a questão política como um fator de interferência em seu trabalho, os limites do serviço público dentro do processo de trabalho da fiscalização e o envolvimento da gestão em determinadas situações para que decisões sejam tomadas. Discorre sobre a pandemia de SARS-COV 2 que se iniciou em 2020 e as interferências, daí decorrentes, nas fiscalizações, quando muitos atendimentos foram realizados *online* e delegados aos municípios. Nas relações interpessoais, o convívio com a chefia e com os colegas é tranquilo. Como um exemplo de suporte da gestão, diz que antes só haviam quatro fiscais para atender o Estado todo, mas que a Gerente se empenhou em pleitear novas Portarias e agora são nove fiscais. No quadro de pessoal, há muito mais mulheres fiscais do que homens, mas que não percebe nenhuma diferença de tratamento devido à questão do gênero. Entretanto, acredita que quando um fiscal homem acompanha uma fiscal mulher, é mais seguro, tem situações que o empresário faz uma ou outra gracinha, e que na palavra das próprias fiscais, se sentem mais seguras quando acompanhadas de um colega homem. Em sua visão, o fiscal é um agente que propõe mudanças e se sente realizado por poder melhorar a vida dos trabalhadores.

Servidor 5: 60 anos, Farmacêutica, sexo feminino, casada, dois filhos, concursada como inspetora sanitária há vinte e cinco anos. Exerceu cargo de gestão por vários anos na área de Vigilância em Saúde e, também, trabalhou na assistência. Desde o início, fiscalizava todos os tipos de estabelecimentos comerciais, depois se especializou na fiscalização de medicamentos na indústria farmacêutica. Fala do planejamento da inspeção, dos desafios, da articulação intersetorial, dos projetos prioritários baseados no perfil produtivo dos municípios, enfatiza a questão da legislação aplicada à Saúde do trabalhador, das medidas cabíveis tomadas na fiscalização e que a experiência como gestora da área possibilitou que

seu olhar se ampliasse. Assinala que a inspeção, da maneira que é realizada hoje, foi graças a um avanço de dez anos pra cá e ressalta que a redução da equipe e a falta de concurso público é um entrave no trabalho que realiza, devido à rotatividade dos profissionais. Para contrapor essa situação de falta de pessoal, a vasta capacitação da equipe é um eixo importante para realizar seu trabalho que é tão complexo e abrange inclusive a forma de falar, de abordar o dono da empresa e os trabalhadores e de identificar os problemas. Para ela, o fiscal tem autonomia para fazer seu trabalho. Sublinha que a inspeção não se esgota em uma única ação, que é preciso voltar na empresa, ou convocar o representante da empresa pra discutir na própria Vigilância Sanitária, ressaltando o papel da negociação neste processo. Destaca a importância da fala dos trabalhadores na inspeção, observando que, muitas vezes, o trabalhador muda a sua fala porque sofreu ameaças do dono da empresa. Enumera os riscos a que o fiscal está exposto, como acidentes de trajeto nas viagens, intimidação com arma, com faca, ameaça à vida, acidentes e explosões durante uma inspeção, bem como a pressão psicológica, o cansaço intelectual e o desgaste de tentar convencer o dono da empresa e o próprio trabalhador que aquela condição de trabalho está errada, está prejudicando as pessoas. Se compara com o trabalhador, que, também, está exposto a riscos em seu ambiente de trabalho. Esse aspecto da exposição a riscos a faz pensar na saúde mental, pois pode trazer algum tipo de transtorno e não tem nenhum trabalho preventivo promovido pela Secretaria de Saúde com vistas à saúde do trabalhador fiscal. A questão de gênero é destacada em sua fala, quando relata que encontra muita gente truculenta nesse ambiente e quando tem duas mulheres fiscais, isso fica mais evidente. O sarcasmo, o cinismo e a ofensa dos empresários nas ações de fiscalização são recorrentes. No entanto, lidar com pessoas faz parte do treinamento do fiscal, que aprende a conviver com diferentes situações. Marca, também, o lado oposto, ou seja, fiscais que abusam de sua autoridade. Quando um fiscal vai para uma ação, ele está como um ente público e não como uma pessoa. O argumento técnico é o que

faz a diferença nesses casos do interesse político *versus* a técnica. Há um envolvimento político dos donos das empresas, que querem obter benefícios a todo custo, desacata o fiscal, aciona prefeitos e vereadores e quer forçar a vigilância a agir em prol dele. A entrevista relata situações nas quais encontrou trabalho análogo à escravidão de crianças e adolescentes. Observa, ainda, que mesmo nas situações mais precárias, muitas vezes, o trabalhador é contra a ação de fiscalização por medo de perder o emprego, perder seu próprio sustento. Sobre a relação com os colegas, acredita ser tranquila, e que a gestão interfere somente quando há alguma questão mais séria a ser resolvida. Considera-se uma pessoa equilibrada, mas algumas coisas que a angústia no trabalho, acaba levando para casa e participando com a família. No seu ponto de vista, o fiscal é desvalorizado pela sociedade, muitas vezes, pelo desconhecimento de que o trabalho do fiscal é vigiar, proteger a saúde das pessoas, dos trabalhadores e das famílias. De maneira indireta, ele é um guerreiro protetor.

Servidor 6: 48 anos, sexo feminino, casada, um filho. Fonoaudióloga, concursada, exerceu a função de fiscal por quatro anos e voltou a ser fiscal esse ano. Trabalhou na assistência e na Educação como professora na inclusão. Quando chegou à Vigilância, pensou que iria trabalhar apenas com os protocolos específicos da Fonoaudiologia, quais sejam: o Protocolo de Perda Auditiva Induzida por Ruído (PAIR) e o Protocolo de Distúrbio de Voz Relacionado ao Trabalho. Iniciou o trabalho no Centro de Referência em Saúde do Trabalhador, até sair a Portaria para atuar como fiscal. Uma das dificuldades relatadas pela entrevistada é que não ficou restrita a atuar na sua área, tinha que estudar, aprender os aspectos gerais da Saúde do Trabalhador, inclusive no diálogo com outras disciplinas. Diz que não quis mais ser fiscal, primeiro porque começou a fazer o curso de Direito e percebeu que a legislação do Estado não resguardava seu trabalho como no Município, e em segundo lugar porque não tinha disponibilidade para viajar. Descreve os procedimentos da

fiscalização: o planejamento, reuniões, articulações intra e intersetoriais, estudos, questionários e os roteiros utilizados, embora entenda que em Saúde do Trabalhador, cada caso é um caso, que tem uma imprevisibilidade, diferente dos fiscais do Municípios que já tem protocolos e procedimentos definidos. O que os fiscais enfrentam na Saúde do Trabalhador é o capital. Nesse contexto, muitas vezes os advogados das empresas sabem mais do que eles em termos jurídicos. Pontua situações difíceis, em que a empresa não deixou os fiscais entrarem e tiveram que chamar a polícia. Outra situação que considera crítica, é que não recebia gratificação e isso era um problema, porque a empresa poderia contratar advogado e era ela quem ia responder um processo civil, a responsabilidade era do fiscal, e como iria pagar por esse processo? Lembra que quando foi a hora de usufruir da Portaria, de receber a gratificação, não recebeu, então, trabalhou sem ganhar. Muitas vezes, o trabalhador faz a denúncia porque vê que o fiscal pode fazer uma melhoria, o vê como apoio, mas que muitos outros trabalhadores ao responder o questionário, dizem que estão bem quando estão doentes por medo de perder o emprego. Entende, também, o lado do empresário, dessa resistência à fiscalização, porque tem muita multa. Aponta os colegas de trabalho como parceiros e que tem liberdade de trabalhar e de construir conhecimento. Com a chefia há diálogo e liberdade para trabalhar os projetos. Acredita que a sociedade vê o fiscal de duas maneiras: como imagem negativa de servidor público que só vai para olhar e não resolve nada, passível de corrupção e tem gente que realmente acha necessário e vê o real papel desempenhado pelo fiscal. Define o fiscal de Vigilância em Saúde do Trabalhador como um guerreiro que tem que ir à luta.

Servidor 7: 47 anos, sexo feminino, divorciada, um filho. Fonoaudióloga, trabalha em um segundo emprego em uma unidade de saúde. Acha interessante trabalhar em dois lugares: em um lugar atua na assistência e no outro lugar, na vigilância. Se equilibra entre

dois lugares, diz que consegue se desligar completamente da vigilância quando atende seus pacientes na unidade de saúde e vice-versa. Não teve opção de escolha quando passou no concurso, não sabia o que era o órgão público onde trabalha atualmente – a SUVISA. Exerceu a função de fiscal por cinco anos, teve a Portaria retirada, assim como duas outras colegas durante três anos em uma outra gestão, voltou a ser fiscal há dois anos. Antes de ser nomeada novamente por meio de Portaria, se sentia inútil na coordenação, achava um desperdício, ia para o trabalho desmotivada, como se fosse um enfeite, estava adoecendo, fazia trabalho de enviar e-mails, ou seja, atuava como secretária. Apresenta os procedimentos da fiscalização, planejamento, estudos realizados, projetos em que está envolvida. Diferencia o seu trabalho com o de outros fiscais da vigilância sanitária que exercem suas funções na área de produtos e serviços, fiscalizando sempre o mesmo ramo produtivo. No caso dos fiscais em Saúde do Trabalhador, eles fiscalizam todos os ramos produtivos. A atuação em saúde do trabalhador é realizada de maneira multiprofissional e interdisciplinar, com o objetivo de melhorar as condições de trabalho e tornar os ambientes mais seguros. Enfatiza que cada fiscalização é singular e que os resultados obtidos pela mudança valem a pena. Enumera os riscos do seu trabalho, quais sejam: acidentes, queimaduras, ameaças, além da fragilidade da Portaria de fiscal e da responsabilização, já que o fiscal responde o processo sozinho. Afirma que não tem problemas com colegas de trabalho, apesar de ter menos empatia e afinidade com alguns colegas. Declara que a chefe imediata é maravilhosa. Percebe que a sociedade, por vezes, o vê como vilão, mas tem ocasiões em que recebe devolutivas positivas da empresa. Na fiscalização, o fiscal exerce um papel muito importante, que é a função educativa, já que, muitas vezes, o empresário desconhece o trabalho do fiscal e o trabalhador não percebe o risco a que está exposto. Para enfrentar as dificuldades no trabalho, utiliza a religião, o pensamento positivo e a esperança como estratégias.

Servidor 8: 65 anos, sexo feminino, casada, três filhos. Farmacêutica, concursada como inspetora sanitária, exerce a função de fiscal há trinta e sete anos, entre idas e vindas, quando atuou, também, na área da assistência. Quando assumiu o cargo, foram nomeadas oito mulheres e já havia três fiscais mais antigos. Na época, não tinham nenhuma experiência na Vigilância e não foram acolhidas, apenas instruídas a lerem o Código Sanitário Estadual. Começou a atuar em todas as áreas, não apenas em sua área de formação. Naquela época, a Vigilância Sanitária não era tão atuante quanto hoje, os donos dos estabelecimentos não recebiam a fiscalização. Destaca o trabalho pioneiro dos fiscais e que esse fator provocou muito desgaste para conscientizar a população da importância da fiscalização. O trabalho era sempre em duplas de fiscais e a divisão da inspeção era feita por bairros ou ruas, com todos os estabelecimentos daquele território, realizados de forma simultânea. O trabalho era exaustivo, não tinham condições de trabalho adequadas, fiscalizavam de ônibus e a pé. Já utilizaram carro da empresa fiscalizada para dar devolutiva, da seguinte forma: a empresa agendava e mandava um motorista buscar os fiscais para receber a devolutiva da fiscalização. Enumera várias ocorrências de riscos, situações desagradáveis e ameaças a que foram submetidos, até mesmo, da necessidade de contar com o apoio policial para realizar as inspeções. Descreve, também, casos de conflitos com os empresários e com a gestão e as consequências da não submissão dos fiscais. Uma dessas consequências foi ser colocada à disposição pela Vigilância, ser obrigada a procurar outro lugar para trabalhar dentro do Estado e de voltar para a Vigilância depois de algum tempo, após sua parceira de fiscalização assumir um cargo de gestão e lhe convidar para voltar como assessora pessoal. Hoje, nas condições de trabalho atuais, está aprendendo muito sobre a Saúde do Trabalhador, por três vertentes: a primeira é que antes não tinha diálogo com o trabalhador, os fiscais verificavam os ambientes, o produto e as condições de higiene e conforto; a segunda é porque hoje o foco é mais orientação e prevenção, a não ser em situações extremas, quando há ação punitiva da

Vigilância Sanitária; e a terceira é que hoje tem mais informação, a internet facilita o trabalho de planejamento e pesquisa para a ação. Há, também, limites e dificuldades do trabalho do fiscal, cita tanto a resistência do empresário quanto do próprio trabalhador como entraves significativos, que exigem uma flexibilidade do fiscal para fazer seu trabalho. Nesse sentido, a Vigilância em Saúde do Trabalhador é mais difícil que a Sanitária, pois lida com seres humanos, com pessoas. A relação com os colegas e com a chefia é de aprendizado e boa convivência de maneira geral. Relata que o seu trabalho interferiu muito na sua saúde, principalmente, na época em que atuava apenas na Vigilância Sanitária. Sente prazer no trabalho atual, que tem outro significado, não só de cobrança, mas de poder conversar e parabenizar as pessoas pelo que fazem certo. No entanto, acredita que falta muito ainda para que o empresário perceba que quanto mais ele trata bem o trabalhador, melhor ele vai realizar o seu trabalho. Na mesma perspectiva, entende que a sociedade ainda não reconhece a importância do trabalho do fiscal da forma como deveria. Por outro lado, acredita que a Vigilância, ainda, tem muito a fazer pela sociedade, e que o trabalho deveria ser mais divulgado para a população, já nas escolas de Ensino Médio, para que o conhecimento do trabalho da Vigilância atinja mais camadas da população e possa promover um maior crescimento social.

Servidor 9: 53 anos, sexo feminino, casada, dois filhos. Psicóloga, concursada da assistência hospitalar desde 2010. No seu percurso profissional pelo Estado, foi lotada em uma Unidade de Saúde Hospitalar e permaneceu até pouco antes da terceirização do hospital e a instalação das Organizações Sociais. Começou seu trabalho no Centro de Referência em Saúde do Trabalhador (Cerest) e, depois, foi transferida para a Coordenação de Vigilância em Saúde do Trabalhador. Relata que precisou estudar muitas coisas distintas e que a aprendizagem era constante. Destacou que cada fiscalização proporcionava uma percepção

do fenômeno Saúde do Trabalhador, a partir da avaliação de como era o funcionamento da instituição e de que forma o trabalhador se vinculava ao trabalho. No início, não queria sair do trabalho no hospital, sua zona de conforto, mas depois entendeu o que era a Saúde do Trabalhador, que precisava agir, queria ver as mudanças acontecendo de forma rápida. Tinha uma percepção de como o trabalho interferia na saúde do trabalhador nos níveis biológico, psíquico e social, que no Brasil o trabalho é muito dominado pelo capital, que o trabalhador não se faz ouvir e diz que o papel do fiscal é ser a voz do trabalhador, mediador entre a saúde individual e a saúde grupal, entre o processo produtivo e o trabalhador. Por outro lado, observa que a função do fiscal é conflitante, já que trabalha para o Estado. Via muito sofrimento e angústia dos trabalhadores no contexto de trabalho. Pontua que uma das maiores dificuldades era a dinâmica do trabalho, que era muito rápida, tinha que aprender muito rápido. Para se qualificar, fez cursos na Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) e de Multiplicadores de Vigilância. Nesse contexto, o trabalho era difícil, mas ela era feliz. Como tinha outro emprego, ia direto de um para o outro e muitas vezes ia sem se alimentar para outro trabalho, era muito estressante. Na época, foi publicada uma Portaria nomeando-a como fiscal, foi quando exerceu a função de fiscal por cinco anos, sem gratificação. Um dos critérios para ser fiscal era que o técnico tivesse disponibilidade para fazer viagens e pernoites, conforme a necessidade da área. Teve a Portaria retirada junto com mais duas colegas, na época que os fiscais passaram a receber uma gratificação por produtividade, ou seja, trabalhou cinco anos e não recebeu como fiscal. Não foi renomeada quando saíram outras Portarias em um contexto em que foram nomeados outros fiscais. Atualmente, não pode ter novamente a Portaria designando-o para a função de fiscal, porque tem outro vínculo na assistência hospitalar. Em um primeiro momento foi instigante o trabalho, diferente de estar com os pacientes no hospital, considerava a fiscalização excitante. Descreve os procedimentos necessários para se realizar a fiscalização, como o planejamento, o estudo do

ramo produtivo e a atuação *in loco*. Um dos limites da atuação como fiscal é a própria legislação, a Portaria define todos os padrões de como pode agir o fiscal. Isso é um problema, uma vez que é uma Portaria discricionária e só pode atuar de acordo com o que está prescrito na referida Portaria. Hoje, não mais fiscal, atua como técnica da Coordenação de Vigilância em Saúde do Trabalhador, no Conselho editorial do boletim informativo e faz parte de um grupo de trabalho que pretende escrever um *ebook* sobre a saúde mental dos professores. Sobre a função que exerce hoje, diz que é uma pessoa ativa e dinâmica, que não gosta de coisas que a prendem na cadeira, que o que a prende, a adocece. A relação com os colegas é muito boa, são pessoas excepcionais, que foi muito acolhida quando chegou. Com a chefia, a relação é de se subordinar ao que é determinado, de co-participação. Acredita que a sociedade vê o fiscal com muita reticência, como um representante do Estado, como aquele que vai cobrar e impor regras. Tanto o empresário quanto o trabalhador têm receio da função do fiscal: o empresário porque está sendo avaliado e o trabalhador está na berlinda pelos seguintes motivos: se responde pode perder o emprego; e se não responde, está retendo informações que poderia ajudá-lo.

Servidor 10: 47 anos, sexo feminino, casada, um filho. Técnica de Enfermagem, instrumentadora cirúrgica, concursada da assistência hospitalar, lotada no Cerest Estadual, exerce a função de fiscal há um ano. Está na Vigilância há sete anos, mudou de área devido à terceirização do hospital em que trabalhava, que agora é administrado por uma Organização Social (OS). O que a influenciou no pedido de remoção foi a forma como as OS trabalhava com os concursados, que para ela, não dava mais para continuar. Esclarece que o Cerest, também, faz parte da Vigilância em Saúde do Trabalhador, mas são áreas diferentes. Enquanto o Cerest faz o monitoramento de onde acontecem os acidentes de trabalho, os surtos, os adoecimentos e direciona as ações de Vigilância, a fiscalização é feita *in loco*.

Conta que decidiu ser fiscal ao ver e se identificar com o trabalho dos colegas, já que é da assistência, da parte prática. Fez os cursos de Vigilância e Saúde do Trabalhador e desde então é fiscal. Descreve da seguinte forma os procedimentos da fiscalização: atendimento às demandas do Ministério público e Ouvidoria do SUS, canais por onde chegam as denúncias em Saúde do Trabalhador, projetos em que está envolvida e de como esses projetos podem ser aplicados nas fiscalizações, planejamento para a inspeção, articulações intra e intersetoriais, divisão da responsabilidade das equipes, estudo do ramo produtivo a ser inspecionado, identificação das profissões associadas àquele ramo, levantamento dos tipos de acidentes e riscos, atuação em campo, entrevistas com os trabalhadores, como descobrem onde estão as falhas nos ambientes e processos de trabalho, contato com a empresa para apresentar as orientações e as intervenções. Pontua, também, que há conflito de interesse nos municípios por falta de ética de pessoas que trabalham nas Regionais de Saúde e nas Vigilâncias municipais. Em situações nas quais o Estado tem que assumir a fiscalização, os fiscais municipais alertam as empresas. Assinala a falta de continuidade das modificações nos ambientes como uma das principais dificuldades no processo de inspeção, a constatação de que as melhorias não foram feitas e de que os documentos não forem providenciados de forma integral, bem como os registros solicitados não estão atualizados. Nesse contexto, tenta agir de forma a causar o menor prejuízo, porque acredita que há muito desconhecimento por parte da empresa, por não orientarem os trabalhadores. Após a orientação, se as atitudes que colocam em risco o trabalhador permanecem e se não houver diálogo, deflagram-se procedimentos mais severos. Para conduzir a inspeção, adota várias estratégias a depender do cenário apresentado, devido à repercussão que pode causar a ação fiscal. Uma das estratégias se refere à postura do fiscal quando o dono da empresa está alterado, não igualar o tom de voz ao dele, tentar manter uma postura tranquila e orientativa. Outra estratégia é mostrar ao empresário os riscos de acidentes e afastamentos dos trabalhadores, se não estiverem em

condições de trabalho adequadas. Não relata alguma situação em particular que tenha lhe dado mais trabalho, mas cita as mudanças de gestão da empresa como casos de exceção em que no retorno, o fiscal precisa ter a tolerância de entender. Diz que a questão de gênero não interfere em seu trabalho, pois nunca passou por situação em que esse fator fosse um impeditivo para exercer sua função. Ressalta que se estiver segura, bem amparada pelas legislações, os argumentos da empresa ficam frágeis. Para ela, a pandemia de SARS-COV2, que se iniciou em 2020, não afetou de forma tão drástica seu trabalho, pois também atua como profissional de saúde em ambiente hospitalar. O que podia fazer era tomar as medidas de precaução. Foi contaminada com Covid 19 há dois meses, mas não relaciona esse episódio ao trabalho. Define a relação de trabalho com os colegas de forma tranquila e amigável, com total apoio da Coordenação e da Gerência, que se empenham para que o trabalho saia bem feito. Elas são abertas e acessíveis. Sobre o papel do fiscal na sociedade, acredita que devido a área de Saúde do Trabalhador ser nova, a primeira reação do empresário é de resistência, pois entende que o fiscal procura algo para prejudicá-lo e puni-lo, e que depois conseguem ficar mais próximos. Quanto ao trabalhador, ele tem medo, quer falar com o fiscal, mas receia que o chefe saiba do conteúdo que foi discutido na entrevista. O fiscal precisa, aos poucos, ganhar a confiança do trabalhador. Destaca que está satisfeita com o trabalho, por levar conhecimento ao trabalhador e ao mesmo tempo buscar conhecimento para si, aprende muito com os trabalhadores. Procura fazer o que lhe foi designado e confiado, marcando questões que considera importantes, de que o trabalho não é pra sofrer ou causar sofrimento. Afirma que quando não se faz o trabalho com prazer, é muito doloroso. Por outro lado, quando se faz o trabalho com o máximo de empenho, dedicação e amor, se é mais feliz e se torna menos penoso.

Servidor 11: 45 anos, sexo masculino, divorciado, dois filhos. Técnico de Segurança do Trabalho e Enfermeiro do trabalho, concursado da assistência hospitalar Goiás e no

Distrito Federal, exerce a função de fiscal há um ano. Em Goiás, é vinculado ao Centro de Referência em Saúde do Trabalhador Estadual e no Distrito Federal foi convidado há um mês para assumir outra função, pediu remoção para atuar como Enfermeiro do Trabalho no Núcleo de Segurança, Medicina e Higiene do Trabalho dentro do Serviço Especializado de Engenharia de Segurança e Medicina do Trabalho (Sesmt), situado em outro hospital, embora seu concurso seja para a assistência. Ainda não sabe se conseguirá se manter neste cargo, uma vez que é na área administrativa e sua função é assistencial. Em sua trajetória profissional trabalha na assistência há vinte anos em hospitais de urgência, serviços de emergência e no Exército. Foram vinte e cinco anos de plantão noturno, agora que deixou de trabalhar à noite. Lembra que já teve muitos subempregos, com carga horária excessiva e em condições precárias. Semanalmente, divide sua carga de trabalho em plantões entre os dois Estados. Veio pra a vigilância por causa da terceirização do hospital em que trabalhava, administrado agora pelas Organizações Sociais (O.S.), em que o Estado vende o serviço público. Nesse contexto da terceirização, o tratamento que dispensam aos servidores é diferente entre concursados e comissionados, uma vez que os concursados ganham duas vezes mais do que os comissionados e a empresa convida os servidores a se retirarem. A lógica é pressionar para que os servidores concursados saiam e a O.S. possa contratar dois servidores pelo valor de um, além da fragilidade do vínculo empregatício, uma vez que os concursados têm estabilidade, diferente dos comissionados. Descreve a rotina administrativa do seu trabalho no Cerest, com a elaboração de pareceres técnicos, com os agravos e as doenças. Os técnicos do Cerest são responsáveis por nove agravos em Saúde do Trabalhador, que devem ser notificados, cada vez que há um caso. São eles: acidente com material biológico, intoxicações exógenas, acidente de trabalho, Transtorno Mental relacionado ao Trabalho, Pneumoconiose, LER/DORT, Perda Auditiva Induzida por Ruído, entre outros. Os três primeiros agravos são de notificação compulsória e universal. Os demais agravos exigem

que seja formada uma rede para atendimento. Então, uma das atribuições do seu trabalho é dar o suporte técnico, o apoio matricial com o respaldo do Ministério da Saúde aos técnicos dos duzentos e quarenta e seis municípios do Estado de Goiás, onde o Cerest Regional tem abrangência. Discorre acerca das fiscalizações relacionadas às denúncias e os desdobramentos das fiscalizações, como elaboração de relatórios. As maiores dificuldades relacionadas ao trabalho se referem a dois aspectos: o primeiro refere-se ao conhecimento, que tem que ser repassado de forma rápida e fica prejudicado devido à sua base educacional, que acredita ter ficado a desejar, uma vez que começou a trabalhar ainda na infância, bem como apresenta limitações e dificuldades na escrita técnica, apesar de ter uma boa oratória; o segundo aspecto é a convivência interpessoal, pois se depara com todo tipo de profissional e tem sempre alguma coisa que incomoda. Recentemente, o departamento mudou de prédio e todos passaram a dividir espaço com outra Gerência. Nesse ambiente, onde todos veem e escutam o que é falado por todos, relata estar sendo tratado com hostilidade, como se ele e os colegas fossem intrusos, embora sejam todos servidores públicos. A gestão não interfere nesta questão, não quer causar indisposição com o outro departamento. Acredita que poderia haver um Psicólogo para auxiliar nessa transição e nas regras de boa convivência. Quando perguntado como é a chefia quando levam os problemas, ele diz que o ciclo é inverso: o chefe traz os problemas e o técnico tenta resolver. Sente-se feliz ao realizar seu trabalho devido à sua origem humilde, ter conseguido chegar aonde chegou. Não crê que seja valorizado na área de Saúde do Trabalhador, embora a entenda como muito importante. Um dos fatores para que isso ocorra, pode ser porque, muitas vezes, os resultados não são palpáveis como na assistência, chega na forma de uma orientação ao profissional de saúde e ao trabalhador. Esse trabalhador não menciona em nenhum momento a fiscalização nem o ser fiscal. A questão da visibilidade, para ele, está relacionada à cultura da sociedade, que privilegia determinados profissionais em detrimento de outros, principalmente na assistência

hospitalar, onde vê ingratidão. Apesar de estar muito cansado, pois trabalha cinquenta e cinco horas por semana nos dois empregos, fora o tempo de deslocamento entre os dois Estados, que é feito em parte de madrugada, e que considera como perigoso, diz que o trabalho não interfere tanto em sua saúde porque faz muito exercício físico: pedala sessenta quilômetros e joga futebol. E acrescenta, ainda, que o trabalho contribuiu na manutenção da saúde.

Servidor 12: 59 anos, sexo feminino, divorciada, dois filhos. Concursada na área hospitalar desde 1998, é formada em Gestão Pública e Técnica de Segurança do Trabalho e exerce a função de fiscal há menos de um ano. Foi alocada na Vigilância Sanitária devido à Terceirização da Unidade Hospitalar que passou a ser gerida pelas Organizações Sociais (OS) onde trabalhava há dezenove anos. A partir da entrada da empresa terceirizada, relata que passou a não gostar do seu trabalho. Na área em Saúde do Trabalhador, começou a atuar no Centro de Referência em Saúde do Trabalhador (Cerest) Estadual. Foi indicada pela Gerente para ser fiscal, pois tinha todos os critérios necessários para o exercício da função. Ficou muito feliz em assumir o cargo de fiscal, pois acredita ter o perfil. Ter esse perfil é ser uma pessoa idônea que precisa conhecer os direitos dos trabalhadores e ver o lado deles para que possa fiscalizar a empresa, verificar se a empresa obedece às leis trabalhistas, se promove condições adequadas de trabalho. Sente que foi promovida ao assumir essa função. Relata que, também, assumiu uma função de gestão recentemente e ainda está aprendendo o trabalho. Descreve sua rotina de trabalho, destacando os procedimentos administrativos, quais sejam: registro no sistema eletrônico de informações (SEI) quanto da fiscalização; planejamento; estudo da legislação vinculado ao ramo produtivo que vão fiscalizar; articulações intersetoriais; e atuação *in loco*. Destaca que sua rotina no cargo de chefia tem muitas atribuições, inclusive diz que veio para a entrevista apreensiva, faltando três minutos apenas para o início. Fala da relação do trabalho com a saúde, que as pessoas não deveriam adoecer nem morrer ao trabalhar, deveriam ter saúde, o trabalho deveria ser sinônimo de

vida. Aponta os reflexos da vida pessoal no trabalho, como a disponibilidade para viajar por ser divorciada e os filhos estarem casados. Quando foi para o Cerest, um dos filhos estava casado, mas morava em sua casa. Ela decidiu que precisava se ocupar, fazer algo diferente do que só ficar em casa. Mas quando assumiu a fiscalização, ele já tinha se mudado. Gosta muito de viajar a trabalho, conhecer pessoas, ver coisas novas e ter novas experiências. É diferente de outros fiscais que querem ser fiscais apenas pela gratificação. Ainda não teve nenhuma experiência negativa ou dificuldade nas fiscalizações, mas acredita que as pessoas não gostam de ser fiscalizadas. Observa que, algumas vezes, a denúncia já não se aplica, citando o exemplo de uma denúncia improcedente, em que a empresa foi denunciada por ter uma gestante trabalhando durante a pandemia. Quando foram fiscalizar, a gestante já tinha tido o bebê. Ressalta que em outros casos as denúncias são procedentes, como a de Instituições de Longa Permanência para Idosos, onde havia sobrecarga de trabalho do setor de limpeza, no qual uma senhora era responsável por lavar dezesseis banheiros por dia. A função de gestão interfere diretamente na relação com os colegas, devido à atribuição das demandas da fiscalização. Já com a chefia, o convívio é tranquilo, a sua chefe foi sua colega de trabalho. Devido a esse aspecto, acredita que conseguem levar as demandas a bom termo e se sente ouvida pela gestão. Se viesse outra pessoa de fora para assumir esse cargo de chefia, talvez, não fosse assim. Para ela, o trabalho do fiscal é lutar pelos direitos dos trabalhadores, das condições mínimas para o trabalho, como água potável, que não tem em muitos lugares. É muito gratificante quando o fiscal volta e vê que as mudanças foram feitas e, por outro lado, o trabalhador, também, fica grato. Por outro lado, a sociedade vê o trabalho do fiscal como péssimo, que vai à empresa para punir. Mas não é essa a perspectiva, porque o fiscal orienta, dá prazo, explica o que deve ser modificado. Apenas nos casos em que nada é feito para melhorar o ambiente de trabalho é que o fiscal autua a empresa. Pontua a questão ética e dos conflitos de interesse nas fiscalizações. Relata situações em que um parente seu foi

denunciado e ela declarou que não poderia ir em razão do grau de parentesco. A entrevistada faz uma reflexão de que a população não sabe o grau de alcance e de abrangência do Sistema Único de Saúde (SUS), dado a classe social mais favorecida acha que não precisa do SUS. Ela, depois que passou a atuar como fiscal da Vigilância é que passou a entender sua importância na saúde coletiva. Lamenta que a Vigilância não tenha condições de fazer mais pela população e entende a área de Saúde do Trabalhador como de fundamental importância, pois o trabalhador não percebe os riscos a que está exposto, só pensa em receber o salário. Um determinado ramo produtivo implica em risco não apenas para a saúde do trabalhador, como para a população. Um exemplo, são os postos de combustíveis, em que o trabalhador pode ter um câncer, além dos riscos de explosão. O empregador além de informar ao trabalhador os riscos, precisa cuidar da saúde, pois assim evita os gastos no SUS. Com menos pessoas doentes, podem ser feitos outros investimentos. Não acha que o trabalho interfere na sua saúde, mas diz que agora só vai fiscalizar quando chegar verba para as viagens e isso é muito ruim, porque já passou da data para o retorno da inspeção. Aponta a interferência política na fiscalização nos municípios e lembra que esse ano é um ano político, em que muitas coisas irão ser feitas pela metade.

Servidor 13: 43 anos, sexo masculino, casado, um filho. Enfermeiro do trabalho e Engenheiro Civil, concursado da assistência hospitalar, exerce a função de fiscal há onze anos. Foi fiscal da área de Saúde do Trabalhador, de alimentos e, atualmente, fiscaliza serviços de saúde. Sempre foi convidado a trabalhar em diferentes áreas. Veio para Goiânia devido a uma oferta de trabalho recebida pela esposa, que, também, foi aprovada no mesmo concurso. Na fiscalização viaja bastante, duas, três semanas seguidas, embora o correto seja viajar uma semana e fazer os relatórios na sala na outra semana. Não tem uma rotina definida, cada fiscalização é de um jeito, avalia esse aspecto do seu trabalho como positivo. Diz que só está em casa hoje no momento dessa entrevista porque é véspera de Natal. Aponta

as diferenças de poder aquisitivo da região, nível de escolaridade entre os profissionais e gestores e a cultura vigente nos territórios como elementos que podem interferir nas fiscalizações. Gosta muito do seu trabalho, pois vê resultados imediatos, desde as intervenções mais básicas, como água potável até a instalação de uma autoclave, para esterilização de material hospitalar. Aponta dificuldades inerentes às condições de conforto no trabalho, na infraestrutura das viagens, não, necessariamente, ao trabalho da fiscalização. Pontua que a fase atual é de alinhamento entre os níveis de gestão, que isso dá uma maior segurança para realizar o trabalho, inclusive no caso de ações mais severas da fiscalização, onde os estabelecimentos que fiscaliza colocam em risco a vida das pessoas. Nesse contexto, principalmente nas cidades do interior, percebe a tentativa de interferência política. Os gestores vão até a Superintendente para questionar a ação da fiscalização e dizer que não tem procedência e ela valida ação dos fiscais mediante os relatórios e registros fotográficos apresentados após as fiscalizações. Ser um fiscal de Vigilância é muita responsabilidade porque cuida de vidas, tem que estudar muito, mesmo após o expediente. Relata, também, o impacto financeiro que uma ação fiscal pode trazer à comunidade e ao patrimônio das pessoas. O ambiente de trabalho, o contato com os colegas é muito positivo e muito saudável, verdadeiramente, de bem estar. Não tem a pretensão de mudar de área, está satisfeito com o seu trabalho e a sua carga horária lhe permite fazer outras atividades na Engenharia. Diz ainda que, por isso, acaba trabalhando mais. E que alguns colegas que estão há muitos anos na Vigilância não têm a mesma opinião. Compara com outro lugar onde trabalhou, em que o ambiente era competitivo de maneira nociva. Hoje, vê o fiscal como o defensor, o zelador, às vezes bruxo, às vezes herói. Em algumas ocasiões, a população não entende que aquela ação é deflagrada para protegê-la. Os próprios trabalhadores sentem medo e pedem para não fechar a empresa, pois ficarão sem emprego. Observa que foi superada a visão da Vigilância Sanitária, de fiscais grosseiros e truculentos. Atualmente, noventa por cento do sucesso das

ações da Vigilância se referem à orientação. Percebe que há uma distância entre a formação profissional e a atuação nas empresas que fiscaliza, na qual há profissionais que têm diploma de especialização e não sabem elaborar um documento. Sabendo dessas dificuldades, leva consigo modelos adotados pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária, para oferecer a explicação de forma didática. Alguns colegas não concordam com essa metodologia, mas acredita que assim, as orientações são mais efetivas. Observa que, em outras áreas da saúde, os trabalhadores estão adoecidos, desistindo da profissão, há registro de muitos suicídios e de alcoolismo. Não vê esse cenário onde trabalha como ruim e se sente motivado para realizar seu trabalho.

CAPÍTULO V ANÁLISE DO DISCURSO DOS FISCAIS

O relato dos trabalhadores da Vigilância Sanitária expressaram suas memórias, experiências de vida, narrativas biográficas, testemunhos do cotidiano destes fiscais que atuam em prol da Saúde do Trabalhador, mas nem sempre tem a própria saúde preservada. Nesse percurso inquietante da pesquisa, foram levantados vários pontos de interrogação e formulados vários questionamentos: A partir de onde essa “profissão” foi forjada? Como se construiu a materialidade histórica do seu ofício? O conceito de desamparo permeia o discurso dos fiscais? Quais os encadeamentos, as dispersões, os enfrentamentos, as estratégias e as descontinuidades identificadas no exercício da profissão e que possibilitaram chegar até aqui? A cadeia discursiva dos sujeitos fiscais desliza ou se estagna ao falar do seu trabalho? Qual a posição dos sujeitos fiscais no discurso? É possível ter notícias dos significantes mestres que regem o discurso dos fiscais? Se o discurso é o que torna possível o liame social e, ao mesmo tempo, faz frente ao impossível, como podemos pensar o discurso dos fiscais nas palavras transcritas, que funcionam como básculas do desejo dos sujeitos entrevistados? São alguns dos pontos de questionamento, de tensão e de deriva dessa pesquisa.

É importante apresentar o contexto de realização da pesquisa antes de iniciar a discussão. As entrevistas foram realizadas durante o período de restrições causadas pela pandemia de COVID-19, com suas dimensões traumáticas em várias esferas: políticas, sociais, econômicas, ecológicas, culturais, éticas e científicas (Birman, 2021), em um cenário em que risco de contaminação e o medo da morte permearam o trabalho dos fiscais, os quais relataram um estado de alerta permanente. Em ressonância com essa situação de vigília contínua, de precauções sanitárias e distanciamento, em que as Tecnologias da Informação e Comunicação substituíram o contato presencial, causaram sensações de estranheza e solidão, mas permitiram alguma forma de comunicação social. No momento das entrevistas,

percebemos a desconfiança dos entrevistados acerca das plataformas *online* e das gravações. Eles questionaram sobre quem iria ver a entrevista, quem iria assistir, se as informações não poderiam lhe comprometer, qual a destinação desse material e como ele iria ser transcrito. Essa desconfiança permaneceu mesmo após assinarem o termo de consentimento e lhe serem dadas explicações sobre o sigilo e a ética dos pesquisadores. Em alguns momentos das entrevistas, a fala ficava acelerada, em outros momentos lentificada, com pontos de hesitação, interrupção e silêncio. Estas falhas, por vezes, eram causadas por falhas nas plataformas virtuais. As negações, racionalizações, idealizações, condensações nas metáforas e deslocamentos nas metonímias foram evidenciadas no discurso dos fiscais para retratar seu cotidiano de trabalho.

A singularidade e a coletividade do sujeito no trabalho aqui mostrado estão unidos pelo mesmo significante – fiscal, em que a diferença e o idêntico ocupam equivalências semelhantes e são convocados. Algumas singularidades deram espessura a essa discussão: o saber fazer do fiscal com o seu trabalho, a maneira como o sujeito investido na função de fiscal, de vigiar e intervir nos ambientes e processos de trabalho tece ou não uma rede linguística sobre o seu labor, como a ambiguidade do trabalho da vigilância entre o mercado e a saúde é manejada, como é apresentada por eles a gramática do trabalho, se os fiscais se percebem ou se colocam como testemunhas no conflito capital trabalho, se e onde vêem seus limites e quais os significantes trazidos que nos apontam caminhos sobre como os sujeitos compõem e configuram o trabalho de ser fiscal no discurso.

Em uma visão geral apresentada pelos entrevistados pudemos levantar informações compartilhadas de que a atuação da Vigilância em Saúde do Trabalhador é multiprofissional e multidisciplinar. Nesse sentido, são múltiplos saberes sobre o trabalho; e cada profissional tem seu olhar mais voltado para um agravo específico, de acordo com a sua profissão, embora precisem compreender o processo de trabalho e os riscos de diversos ramos

produtivos e executar múltiplas tarefas (Daldon & Lancman, 2013). A rapidez para assimilar diferentes conteúdos e estar em diversos ambientes de trabalho, com seus próprios processos, normas e legislações é algo próprio da modalidade do trabalho dos fiscais. Durante os encontros, identificamos que o processo de trabalho é o mesmo para todos os fiscais, com suas rotinas e normas, as quais são descritas com minúcias durante os relatos, com uma valorização por eles quanto às orientações, Procedimentos Operacionais Padrão (POP), boas práticas e prescrições. Entretanto, cada um colocou o acento no aspecto que mais lhe faz marcas subjetivas, que mobiliza seus investimentos e sua libido. Passamos então ao ofício do fiscal e suas vicissitudes.

O percurso de sua história antes da Vigilância Sanitária foi apresentado por cada um dos sujeitos, associado à uma época de insegurança e desmontagem do trabalho causada pela assunção dos serviços de saúde hospitalares pelas Organizações Sociais. Ora pelas condições insalubres, ora pelas perseguições sofridas no trabalho, eles foram forçados a pedir remoção da função de origem do concurso público que escolheram. Essa quebra tornou seu trabalho impossível de ser realizado, não por sua complexidade, como fizeram questão de sublinhar, mas pelas condições insustentáveis e insalubres ambiente de trabalho. No Estado de Goiás, a terceirização na saúde pública é prática constante e legítima. Vários hospitais foram terceirizados nos últimos anos e a gestão passou para a responsabilidade das Organizações Sociais. Desde a reforma trabalhista, que altera as relações de trabalho no país, desfigura sua estrutura e pode ser apropriadamente chamada de (de)forma trabalhista, com contratos atípicos e subjugação dos corpos às exigências da gestão do tempo de trabalho feita pelo empregador (Lopes *et al*, 2020), a terceirização vem sendo adotada como forma de gestão de mão de obra, compreendida como descartável e substituível, sendo a principal forma de precarização do trabalho nos últimos vinte anos (Druck, 2011).

No que se refere à precarização, Antunes (2008) discute a temática do trabalho e suas

metamorfoses mergulhado em uma crise, que busca a qualidade total e o lucro exacerbado às expensas dos trabalhadores. Nessa pesquisa, a Organização Social é apontada como uma das faces da precarização do trabalho, conforme nos aponta Antunes, e pode, também, ser pensada em paralelo com as plataformas digitais, expressão máxima da precarização do trabalho. Para Franco (2021), a precarização do trabalho esteve presente desde sempre na agenda do neoliberalismo, ela é pré-condição para que o neoliberalismo possa existir, com seu apetite insaciável pelo lucro e, ao mesmo tempo, um efeito dele. Essa busca desenfreada pelo lucro traz em seu bojo a insegurança no trabalho, aqui expressa pela terceirização, pela venda dos serviços de saúde pública para as Organizações Sociais, pela exclusão dos trabalhadores concursados, que se tornam indesejados no novo sistema. Essa prática de terceirização dos serviços está em consonância com a economia neoliberal, que se caracteriza como um dispositivo de controle do metabolismo social, que captura, transforma as subjetividades e produz novas formas de economia psíquica (Alves, 2011; Alves & Casulo, 2017). A economia neoliberal considera a sociedade através de um determinado tipo de organização – a empresa –, e reorganiza as suas maneiras de viver. Se a democracia é a afirmação de direitos sociais, aqui concentrada na saúde pública, o neoliberalismo subverte essa lógica ao pregar a ideologia da venda dos serviços de saúde como um bem para a comunidade. Nesse modo de agir, os direitos são considerados serviços que podem ser comprados e vendidos no mercado, como vem acontecendo com a saúde, a educação e o transporte. Há a privatização em massa dos direitos sociais pelo Estado como uma forma de legitimar esse pensamento (Chauí, 2014). Essa expressão do neoliberalismo pode ser aproximada de uma patologia social (Safatle, 2019; Ferreira, 2020), aqui materializada na figura das Organizações Sociais que espolia os direitos, vai contra a ética e apresenta vários riscos e danos à vida dos trabalhadores. Conforme o relato de um dos entrevistados,

Teve vários profissionais que assim que a OS chegou eles foram pedidos para...pra sair...O.S. é uma Organização Social, é uma empresa privada...Que o Estado vende o serviço público para eles...Quando essas empresas entram no serviço público, nós que já somos servidores, a gente acaba sofrendo alguns tipos de perseguições (S11).

Nesse ponto, resgatamos o conceito de desamparo de Freud para tratar desse primeiro ponto do discurso sobre as Organizações Sociais. O desamparo faz uma costura nas falas dos sujeitos ao relatarem serem deixados à própria sorte e terem que procurar outro posto de trabalho, mesmo tendo estabilidade, diferentemente dos gestores da Organização Social, que não a possuem, mas portam uma autorização. Então, em um movimento de reviravolta, os servidores públicos que têm estabilidade são retirados de seu lugar por quem não tem essa estabilidade: eles estão à mercê de um outro. Nesse contexto da terceirização e da precarização do trabalho descritos nos hospitais, chega uma empresa que toma conta do local e dos trabalhadores, e que não admite resistências. Nesse processo de colonização consentida pelo Estado, o trabalhador tem sua ética confrontada com o capital, ele não aguenta mais. A ordem “trabalhe e cale-se” é a injunção que presentifica, legitima a violência no trabalho (Vivés, 2020) e lança o sujeito em uma miséria subjetiva no trabalho. Essa condição pode ser observado no relato da entrevistada S2, que descreve o seguinte:

E com o advento das OS a gente foi meio que...desmantelado...OS são as Organizações Sociais que começaram a tomar conta dos hospitais do Estado...E acabou que os servidores públicos em si eles foram muito...desvalorizados, estimulados a saírem, alguns inclusive convidados a sair para não ser deselegante...Mas nós fomos sendo atacados de outras formas...Fomos sendo colocados para trabalhar em contêineres do lado de fora do hospital... Fomos sendo minados...Aí cada um foi pedindo para sair né? Arrumando outras colocações e saindo... (S2)

Nesse cenário desfavorável, que acontece todos os dias no processo de terceirização, de forçar a substituição dos trabalhadores concursados e com estabilidade por contratos temporários, é a nova realidade que os trabalhadores precisam lidar, além da competição acirrada e estimulada entre os trabalhadores contratados e os concursados. O ritmo, a carga, os modos de trabalhar, as relações, tudo é modificado em prol de aumentar a produção até o limite e atingir números cada vez mais insanos, à expensas dos sujeitos. A aceleração e intensificação do trabalho, a gestão por estresse, o despotismo, são estratégias utilizadas para atingir alvos e superar metas. Nas novas/velhas formas de administrar o trabalho, se faz mais com menos, o dimensionamento de pessoas exigido para a tarefa não acompanha a exigência da produção, que sempre precisa ser expandida. Não se pode contratar mais funcionários porque é necessário cortar custos. Então, é preciso fazer com que quem esteja ali trabalhe o dobro, o triplo, o quádruplo, até chegar à exaustão. O que o capitalismo compra é a possibilidade de ultra exploração, a potência da força de trabalho infinita, com múltiplas possibilidades, para ser usada como bem lhe aprouver (Braverman, 1987).

A partir dessa primeira situação de desamparo relatada pelos sujeitos fiscais, pode ser feita uma reflexão acerca da gestão que estabelece exigências sobre-humanas e demanda sacrifícios contínuos, para além da capacidade dos sujeitos. Os modos de gestão e suas consequências para os sujeitos são discutidos por Gaulejac (2007), que chama a atenção para uma sociedade que está sob pressão contínua, de trabalhadores que temem perder seu emprego, em uma corrida para sempre fazer mais, sem perspectiva de linha de chegada, em uma busca de qualidade que nunca poderá corresponder à realidade, será sempre imperfeita. Nesse modo de gerir, na qual a lógica estabelecida é o alcance das metas e dos resultados, o sentido do trabalho é colocado em um lugar abstrato, ou seja, ele perde seu verdadeiro sentido. O autor investiga os fundamentos e características da gestão, que relega a palavra do trabalhador à insignificância e trabalha com a ideia de gestão como uma doença social. Na

gestão soberana apontado por Gaulejac, o neoliberalismo é uma engrenagem que gera uma nova gramática de sofrimento psíquico e ao mesmo tempo vai gerenciar esse sofrimento através de um discurso e medidas disciplinares definidas pelas mãos do gestor (Safatle, 2020). Nesse contexto, o trabalhador é desqualificado, colocado no lugar de fraco, de não cumprir suas obrigações, de não se adaptar às normas, de ser preguiçoso, de ser rebelde e de não gostar de trabalhar. Quando os atos de violência não funcionam e o trabalhador manifesta sua indignação e seu descontentamento com as condições de trabalho, o “pede pra sair” e “os incomodados é que se retirem” são as novas palavras de ordem, como formas para se livrar do trabalhador que questiona as ordens e que não está de acordo com a política da empresa. No caso em estudo, esses sujeitos desiludidos, desalojados, desamparados e em desespero, buscaram por conta própria outro lugar para trabalhar, como podemos constatar no relato da entrevistada S9 “Eu fiz um concurso pra Secretaria de Estado da Saúde, fui lotada no hospital. Aí começou a questão das OS e nós tivemos que ir para outros lugares.”

Consoante Heloani e Barreto (2018) essas práticas são comumente naturalizadas pelas organizações, que ignoram o sofrimento dos trabalhadores e traçam, dia após dia, a cartografia da violência no trabalho, utilizada como um instrumento de gestão. Brant e Damergian (2008) acrescentam que a violência psicológica no trabalho, uma clara evidência da barbárie na cultura, é uma estratégia utilizada quando outras ferramentas de gestão não cumprem seus objetivos de subjugar o trabalhador e mantê-lo sob obediência cega. Quem permanece no local de trabalho após a chegada da gestão das Organizações Sociais e se submete ao novo regime de trabalho, bem como os possíveis novos contratados, estão sob a ordem do discurso capitalista colonial vigente, chamado “taylor-colonizante” da subjetividade, no qual é produzida uma espécie de laço social fusional e indiferenciado entre colonizador e colonizado, em uma operação alienante em que não há espaço para o questionamento, apenas para a repetição compulsiva, há uma melancolização que

desencadeia a patologia: é uma fábrica de (a) sujeito (ad) os melancólicos (Mendes, 2020). Dardot e Laval (2016) enumeram uma série de atributos desse sujeito neoliberal vinculados ao pretense domínio do saber e à competitividade contínuas, além do engodo da autonomia, de um embuste que encontra ressonância ao desafiar os limites humanos e maximizar suas fantasias de onipotência.

Ao estendermos o fenômeno das Organizações Sociais para a coletividade, pensamos que a sociedade em geral, também, está mergulhada nesse engodo. Nessa perspectiva, a sociedade atual, também chamada de sociedade da performance (Facas, 2020) ou do desempenho (Han, 2015), compactua com o neoliberalismo, ao propagar a falácia da liberdade e o imperativo do máximo desempenho em seu discurso, no qual o sujeito é responsável por seu fracasso como empreendedor de si mesmo. Esse sujeito é peça de manobra utilizada pela Organização do Trabalho para alcançar seus objetivos. Sob essa ótica, o neoliberalismo é reconfigurado de patologia social para uma patologia necropolítica (Ferreira, 2020), que desrespeita a vida humana, cerceia o trabalho vivo e amplia o trabalho morto, pálido em suas cores, em que o saber absoluto dita as regras do jogo, o detalhamento dos procedimentos, dos protocolos, do prescrito sobressaem, sufocam a criatividade do sujeito e desertifica (Mendes, 2020). Essa condição pode ser observada no discurso da entrevistada S1, que diz o seguinte: “E aí no surto do H1N1 o despreparo né? A UTI lotada e tem dois pares de luva procê atender os pacientes e eu decidi que eu sairia dali”.

Quando trazemos o discurso colonizante e os modos de fixação e enclausuramento da criatividade, vemos a necessidade de abrir um parêntese para nos aproximarmos desse discurso com outro conceito de Freud (1905 e 1927) e rediscutido por Safatle (2020) para nossa época atual: o fetiche. Apresentado pela primeira vez por Charles Brosses (citado em Safatle, 2020), em 1756, o fetichismo deriva do português antigo *fetisso*, que derivou o termo feitiço. O fetichismo era utilizado para estabelecer um limite entre as sociedades primitivas e

a sociedades esclarecidas, onde eram realizadas cerimônias e rituais supersticiosos de culto aos deuses fetiches, que eram objetos inanimados ou animais que eram divinizados. Já Alfred Binet (1888, citado por Safatle 2020) utiliza o termo fetichismo para descrever perversões sexuais e Foucault (1976) compreende que o fetiche na história da sexualidade aparece como uma perversão modelo, que poderia ser utilizado para entender todas as outras formas de perversão.

Freud (1905), em sua obra, estudou e elaborou sua teoria da sexualidade por outras vias, compreendendo a sexualidade desde a infância, em que a sexualidade infantil era vista como polimorfa e que haveria uma plasticidade da libido no humano. Ele utilizou o termo *Verleugnung* ou desmentido para entender como se fazia uma conciliação entre um desejo e a castração. Para ele, há uma suspensão dessa contradição – o saber e o não saber coexistem no psiquismo, ou seja, eu sei bem, mas mesmo assim. Diferente do recalque na neurose, o desmentido na perversão mostra uma clivagem que aponta para uma fixação regressiva absoluta em algo idealizado e um deslocamento para um objeto ou parte do corpo. Esse objeto seria elevado à condição de desejo por meio de um complexo processo através de uma via que faria a associação entre o desejo e fantasias ambivalentes inconscientes, ligadas às primeiras experiências de satisfação. O neurótico recalca essas fantasias e tem uma incerteza quanto aos objetos de desejo. Na perversão, ocorre um mecanismo diferente: a fantasia não é recalçada, mas assumida. É importante lembrar que o fetiche não é um objeto bruto no campo do desejo nas palavras de Safatle (2020), mas uma fabricação: o sujeito empresta características aos objetos para conformá-los às suas fantasias. A fixação não é, portanto, nos objetos, mas no traço emprestado a eles, traço que o sujeito no fundo sabe que eles não têm. Assim, no fetiche, o outro é colocado em um papel fixo, cristalizado, imóvel, sem contestação, sem acordo, sem palavras. Ao transpor o conceito de fetichismo para o ambiente de trabalho, poderíamos dizer: eu sei que estou violando seus direitos, mas mesmo assim vou

fazê-lo.

Ora, nada mais atual para descrever a conformação do trabalho no mundo moderno, no qual os coletivos de trabalho são, cada vez mais, enfraquecidos, em que o negociado vale mais que o legislado e o trabalhador se vê sozinho, colonizado e à beira do despedaçamento. Nessa equação perversa, o produto é o colaborador como objeto – fetiche –, é o trabalhador que paga a conta, uma conta que sempre está em dívida. Mas sabemos que a agressividade, a violência e a crueldade são aspectos da cultura que estão presentes desde a constituição da sociedade (Freud, 1913; 1915; 1920; 1930). A cultura é erigida por meio de um pacto social, que permite que os sujeitos convivam entre si. Entretanto, esse pacto é violado diariamente, em diversas expressões de cinismo e destrutividade, que, muitas vezes, revelam um conflito de interesses (Costa, 2003). A dor de vencidos e vencedores é relatada e ocultada diariamente nas diversas situações da violência nossa de cada dia, que inundam os noticiários, invadem nossa intimidade (Birman, 2009) e nos faz pensar em um mundo sem limites, onde tudo é possível, através da tirania, do autoritarismo (Lebrun, 2004) e da banalidade do mal.

Arendt (1999), apesar de discutir essa expressão em um contexto de guerra, de exclusão e de barbárie, podemos observar em sua obra um familiar estado de desconforto ao pensar como ela guarda alguns traços que podem ser pensados, também, nas Organizações do Trabalho, onde a banalização da crueldade se faz presente. Curiosamente, no caso discutido pela autora, o sujeito condenado em questão, um burocrata que era responsável pela logística de enviar os prisioneiros para a morte, apenas “fazia seu trabalho”. Aqui, as Organizações Sociais, também, só estão “fazendo seu trabalho”, visando atingir as metas fixadas em contrato. É esse outro – próximo e estrangeiro – que está em questão aqui no recorte do trabalho, é esse outro que o sujeito tem que tolerar, com sentimentos de estranheza e de hostilidade, que Freud (1917) chamou “narcisismo das pequenas diferenças”.

É importante ressaltar que a mudança do local de trabalho, dos hospitais para a

Vigilância Sanitária, não se tratou apenas de uma frustração com o trabalho, foi um conflito ético e político, que evidencia uma dimensão do mal-estar e do sofrimento psíquicos e aponta em direção ao desamparo radical. As situações de degradação no trabalho, com suas condutas abusivas em seus diversos aspectos, foi exercida através da gestão em situações de humilhação aos trabalhadores. Depois de encontrarem um outro local de trabalho, que não perceberam como hostil, começaram um outro percurso e processo, levando estes trabalhadores a responderem pelo nome de fiscal sanitário. Eles foram recebidos e reassentados na Vigilância Sanitária como trabalhadores fragilizados e silenciados pelo processo de terceirização, no qual não tiveram mais lugar de fala, não tinham legitimidade no discurso, estavam em uma posição de passividade, desabrigo, desesperança, desamparo e subjugação. Esse é um ponto interessante a ser pensado, porque indica o momento de um reviramento: o trabalhador vai começar um percurso que o colocará na posição institucional de talvez poder interferir positivamente na realidade de outros trabalhadores. Questionamos se além da “legitimidade” institucional para ser fiscal, pode ter sido feito algum traço, alguma marca subjetiva que impulsiona a ação e se essa marca se mostraria no discurso dos fiscais. O poder fazer algo pelo trabalhador aparece no discurso, mas em nenhum momento é mencionado esse reviramento de posição, de passivo a ativo.

Para ser fiscal, são necessárias duas etapas: primeiro, se aprende sobre a função, através da formação em Vigilância Sanitária pela Secretaria de Estado da Saúde e pela Fiocruz; em seguida, é nomeado por meio de uma Portaria por um ato discricionário da gestão e tem seu nome publicado no Diário Oficial do Estado. É a partir desse momento que ele é aparelhado com um título dado pelo Estado e age de acordo com um Código Sanitário e de Ética. Ou seja: sem a Portaria, não existe fiscal. Nos interrogamos aos entrevistados se a referida Portaria de fiscal é algo que pode ser retirado ou instituído a qualquer momento. Nesse sentido, ela seria um apêndice? Um dispositivo de poder? Uma ferramenta de gestão?

Uma moeda de troca política? Um instrumento de trabalho? Uma condição de trabalho? Um modo de controle? Ou todas as opções anteriores? Não temos uma resposta objetiva para estas questões. O que sabemos é que o sujeito é municiado de um papel para agir não em seu nome, mas em nome de um Outro, de um terceiro, o Estado. Mas quem é o Estado? Esse é um conceito complexo que merece um aprofundamento para avançarmos nas discussões sobre qual é o papel que o Estado ocupa no discurso dos fiscais. Após nos debruçarmos nessa questão de quem tem o poder de nomear um fiscal, voltaremos ao instrumento que legitima o fiscal: sua Portaria supramencionada.

O Estado é conceituado de maneira diferente por vários autores e vários campos de estudo. Nessa pesquisa, nos interessamos pela discussão apresentada nas obras de Durkheim, Weber, Althusser, Marx, Enriquez, Castoriadis, Birman e Bourdeau para fazer a articulação com a variável trabalho. Durkheim (2002) concebe a sociedade a partir de um lugar funcionalista, de um grande organismo, um corpo social colaborativo, na qual cada instituição tinha uma função orgânica. Se um órgão falhasse, todo o sistema entraria em profundo colapso. Nessa visão política, as instituições tinham a função essencial de organizar os sentidos e as práticas dos indivíduos que conviviam, através de um conjunto de regras aceitas e socialmente definidas por aquela comunidade. Para o autor, o Estado era o cérebro dessa metáfora corporal, uma organização que tinha como prioridade os interesses coletivos, concentrava e expressava a vida social.

Ao contrário de Durkheim, que partiu de uma perspectiva colaborativa, Weber (2003) considera que o Estado se sustenta em uma relação de dominação de homens sobre outros homens, exercida por meio da violência. Segundo o autor, haveria três formas de dominação: a tradicional, dada pela cultura segundo uma estrutura patriarcal como a monarquia; a carismática, exercida a partir do prestígio e da idealização de um indivíduo com qualidades heróicas; e a legal, constituída pelas leis. Para o autor, o poder estatal se encontra nas mãos

da burocracia, tanto militar quanto civil, o aparelho burocrático seria algo que é próprio e inerente ao Estado. A burocracia era então uma das formas de organização, mas, também, de dominação legítima e racional das pessoas pelo aparelho do Estado. Nessa ótica de subjugação, Marx e Engels (1993; 2010) apontam que o Estado é um aparelho repressivo, que tem por função manter a ordem e perpetuar o *status quo* do capitalista, ao reprimir a classe trabalhadora. Nessa linha de raciocínio, o Estado pode ser pensado, ao mesmo tempo, tanto como um produto histórico da luta de classes, quanto o dispositivo que defende o interesse da classe dominante. Althusser (1987) discute o Estado pela perspectiva da teoria marxista clássica, na qual a função do Estado era reprimir tudo o que não estivesse de acordo com o sistema de exploração da classe operária, da extorsão da mais valia. Entretanto, Althusser toma uma posição teórica diferente, faz uma crítica a Marx, por acreditar que apenas a visão de aparelho repressivo seria insuficiente para pensar o Estado. O autor avança, ao ampliar a teoria do aparelho repressivo do Estado e propõe que esses aparelhos estariam a serviço de um ideologia: são os aparelhos ideológicos do Estado.

Enriquez (1990) trabalha o conceito de Estado em uma articulação entre Psicanálise e Sociologia, para discutir o vínculo social e o poder do Estado ao partir do mito da *horda primeva* apontado por Freud em Totem e tabu, (1913) da constituição da sociedade a partir de um crime, do assassinato do chefe da horda pelos filhos. Para ele, o Estado exerce seu poder através de uma hierarquia que organiza o caos na sociedade. Evocamos essa semelhança de organização social com que ocorre no núcleo familiar e, posteriormente, na cultura. Consoante à Psicanálise, a criança está em uma condição total de dependência do outro para existir, com os cuidados primordiais de sobrevivência, em uma condição de desamparo psíquico e físico, de desvalimento. Essa dependência contínua de diversas maneiras na vida adulta, tanto quanto em figuras do núcleo familiar quanto em objetos externos, amorosos, o sujeito tem a necessidade de se vincular aos objetos, idéias, imagens, instituições como a

igreja e o exército, que lhe dêem amparo (Freud, 1927). Diante da condição tão frágil do humano, ele recorre a uma figura para fazer uma mediação ao seu desamparo, o que Birman (2017) nomeia de legislador absoluto. Essa figura que os sujeitos irão aderir, pode ser tanto uma pessoa quanto uma religião, até mesmo uma ideologia, desde que sustente o ideal de perfeição buscado pelo sujeito, que lhe dê garantias para se submeter a essa servidão, garantias que na verdade são impossíveis. Essa discussão vai de encontro à posição teórica de Castoriadis (1982), que vê o Estado como uma instituição forjada em uma perspectiva diacrônica, profundamente engendrada em um contexto social, e que os indivíduos buscam devido à sua condição de desamparo. O Estado não é governo, não se define pelo território, mas pelo suporte do poder político, que é, ao mesmo tempo, uma idéia, um artifício e uma estrutura, uma força que rege a vida coletiva, regula e garante uma dialética de ordem e o movimento de todos que estão sob sua égide (Bourdieu, 2005). Ele é, simultaneamente, motor e freio, autoriza e impulsiona os governantes a invocarem e a agirem em seu nome, institucionaliza as lutas realizadas e exerce o controle do povo. Segundo Foucault, (2000) o poder não corresponde apenas a uma instituição, é algo que circula, que ora está de um lado, ora de outro.

Encarnado na Vigilância Sanitária, em uma instituição da área da saúde, o Estado poderia ser pensado aqui como uma das faces que responde ao que a Psicanálise coloca como situação de vulnerabilidade primeira, de desamparo, de estar sem ajuda. Ao ingressar em um concurso público, o chamado servidor público adquire estabilidade e passa a fazer parte do Estado. Ao inaugurar um novo *status* para o sujeito que é funcionário público, o Estado parece alcançar grande parte dessa aspiração humana, ou seja, de suporte. O Estado é materializado em uma instituição e oferece proteção, além de servir a um propósito de poder. Em atenção a essa questão, vimos a necessidade de retornar a dois pontos curiosos: o primeiro ponto é que foram as Organizações Sociais que precipitaram a saída dos

trabalhadores; e o segundo ponto, foi que elas foram selecionadas pelo Estado, em um processo de licitação e aparente transparência. Esse, portanto, é um impasse: proteger ou expulsar os sujeitos? O Estado retira ou coloca o sujeito em um lugar de desamparo? Qual o lugar que esse sujeito ocupa afinal no Estado? É colocado um distanciamento entre o ente público e o sujeito. No relato de uma das entrevistadas, podemos observar esta questão.

E o que a gente tenta...esse é um dos maiores desafios que a gestão em Vigilância Sanitária enfrenta. É saber que um fiscal vai estar naquele local agindo como um ente público e não como uma pessoa. É um ente público entrando dentro do estabelecimento. Esse é o nosso maior desafio. É fazer com que o fiscal aja como um ente público ali, que se esqueça da pessoa né? E aja dentro dos princípios da publicidade, é... da gestão pública (S5).

Voltemos ao papel da Portaria de fiscal que, ao mesmo tempo, em que define, inaugura e legitima um lugar e uma posição, o lugar de fiscal e a posição de agente do Estado; ela, também, tem o poder de subtrair, destituir seu lugar e de calar o sujeito. O sujeito não representa mais o Estado, não pode mais falar em nome dele. E é a partir desse lugar limítrofe e de borda que o sujeito pode falar e vai desenvolver, ou não, um discurso. Os fiscais declaram um lugar de estabilidade por serem concursados, ao mesmo tempo de instabilidade, por não serem fiscais de carreira. Só a partir do ato de nomeação em um instrumento específico de divulgação – o Diário Oficial do Estado – , ele pode assumir e agir como um fiscal, tanto no discurso quanto nas práticas sociais. Assim, as questões éticas e políticas permeiam o trabalho do fiscal desde a origem, uma vez que são representantes do Estado, que obedecem a uma hierarquia. Esta condição é bem apresentada pelo entrevistado S4.

Primeiro porque a gente trabalha pro governo né? E aí é uma realidade que a gente não consegue viver sem essa influência política... E a gente tem que saber lidar, tem

os limites, vamos dizer assim, sabemos até onde a gente pode ir ou não dentro do processo né? Como a gente é servidor público vamos dizer assim, isso faz parte do nosso dia a dia, da nossa atividade. Não tem como ser diferente pra ser sincero (S4).

Nesse ponto da cadeia discursiva, podemos observar a fragilidade da Portaria, a inexistência da carreira de fiscal e o que o sujeito tem a dizer sobre essa situação que se agrava cada vez mais. No cargo de fiscal, ele responde civilmente por qualquer ação sofrida, não está sob a proteção judicial do Estado. Mas nos cabe perguntar: será que já esteve? Sob esse aspecto, percebemos a necessidade de retomar novamente ao conceito de desamparo. O desamparo é condição constituinte mas, para nós, é um viés para pensar esse lugar do fiscal que age em nome do Estado, mas se sente desprotegido quando aplica medidas mais severas das quais a empresa sempre discorda. Além disso, parece ter de conviver com o fantasma real de poder ser dispensado do cargo a qualquer momento e sofrer com a situação de vulnerabilidade trabalhista outrora enfrentada quando de sua imigração para a SUVISA em busca de condições melhores de trabalho. Essa situação pode ser classificada como um evento da ordem do trauma. Nos atentamos a essa fala, que parece apontar para uma condição de desamparo, de estar lançado à própria sorte, vinculada ao trabalho. Neste contexto, destacamos a fala de uma das entrevistadas.

É uma atuação de risco. A gente enfrenta riscos no trabalho. E a gente não recebe insalubridade e periculosidade. A gente se sente um pouco sozinho, porque qualquer problema que dê, por exemplo de processos da empresa contra a gente, o Estado não nos representa. Nós estamos sozinhos na situação. E se acontecer algo, a gente tem que custear advogados por conta própria. Então assim nesse sentido a gente se sente desamparado sabe? E nós não temos um plano de cargo de fiscal, nós estamos como fiscal e a qualquer momento podemos deixar de ser. Eu acho que esse é o grande

desafio. É diferente do fiscal do município que ele tem um plano, ele é fiscal e pronto.

Agora nós não, nós estamos...acho que é assim um grande desafio sabe? (S7)

Essa condição de trabalho atrai nossa atenção ao pensar que o alicerce do trabalho do fiscal, o que lhe dá legitimidade, a referida Portaria, também não deixa de ser um símbolo de precariedade, um significante que representa o claudicar. Com a Portaria claudicante, o fiscal está o tempo todo de sobreaviso. Será que isso o impede de agir e de avançar por medo de perder a sua Portaria? Menezes (2012) insiste que é preciso pensar nesses rastros da precarização do trabalho, fundamentado na psicanálise e na saúde do trabalhador, em uma articulação entre civilização, desamparo e trabalho. Ressalta que algumas psicopatologias são concernentes à sua época, que retratam os modos de reger a sociedade e o sofrimento psíquico que decorre dessa forma de regência. Esses modos de sofrimento e de mal-estar não são inéditos, mas resistem e retornam sob novas roupagens, que nos dão pistas sobre a cultura. Para pensar o campo específico do trabalho em articulação com a cultura, retomaremos à *Psicanálise* (1930), compreendido por Freud como um elemento essencial da vida humana, que é permeada pelas relações sociais e o modo de fazer singular dos sujeitos que o faz modificar a natureza.

O trabalho pôde ser pensado como uma forma peculiar de satisfação, uma satisfação substitutiva na perspectiva Freudiana (1910), como um conceito de sublimação vinculada à arte, como um modo do homem dar destino ao pulsional, que não passa pela satisfação direta da pulsão, mas como uma forma que é desviada para uma finalidade assimilada pela cultura. A criação do belo na arte seria uma forma de suspensão da satisfação própria e de o homem dar um destino criativo às suas questões internas (Cruxen, 2004). Entretanto, a psicanálise aponta que há uma face da pulsão que exige essa satisfação direta, um quantum que não pode ser sublimado. Com Lacan (1959; 2008) a sublimação não é vista dessa forma tão otimista, é passível de sofrimento, já que a criação é feita em torno de um furo, de um vazio, e que é

necessário abrir mão de uma satisfação. No discurso dos fiscais parece haver um nó de compreensão difícil de desatar nesse ponto. A Psicanálise fala de uma possibilidade de satisfação e realização pessoal no trabalho e da sublimação como uma das saídas para superar as pressões. Ora, como o sujeito fiscal pode ter satisfação no seu trabalho se vive com o risco da retirada do seu posto de trabalho à espreita? Se vive com uma ameaça constante de ser destituído do seu lugar no trabalho? Esse estado de alerta permanente, também, nos leva a nos aproximar do conceito de angústia e de pathos, pensados aqui pelo viés psicanalítico para tentar nos aproximar desse lugar de desmesura, de excesso e de desamparo do fiscal no seu trabalho.

Vimos que a angústia foi compreendida por Freud (1926) a partir de duas teorias: originária do desamparo e a de castração, embora uma teoria não exclua a outra. É apresentada como algo que se sente, como um afeto diferente do desprazer, um excesso que pode ser convertido em um sintoma, ser difusa, sem localização específica ou inundar o sujeito em um ataque súbito e paralisante (Leite, 2011). A angústia pode ser tanto neurótica, sem conexão com a realidade externa e percebida como mau presságio, quanto realística, com apoio na realidade externa. Em Lacan, (1962; 2005 citado em Godoy, 2017) a angústia não é sem objeto, é o único afeto que não engana, do qual o sujeito não consegue se livrar, é da ordem de uma intrusão, não há imagem ou palavra que a represente por si só e é nascida com a vida. O sujeito que é assujeitado, diante desse enigma pergunta ao outro: Che vuoi? O queres de mim? Há um silêncio, é uma pergunta que não tem resposta, um momento de destituição subjetiva com uma nuance de eternidade, que relança o sujeito à ausência e à angústia. Por mais que o sujeito execute bem o seu trabalho, ele pode ser descartado e lançado ao vazio. A angústia, esse afeto universal do qual não se pode desviar, essa ruptura na cadeia significante que ilustra uma repetição incoercível programada pelo inconsciente, é, nas palavras de Soler (2012), sensível às flutuações discursivas, pensadas como modalidades

de laço social e expressas em épocas diversas.

Os relatos dos fiscais nos aproximam cada vez mais desse campo do imprevisível, do não possível de tatear ou de controlar, dialogam não só com a angústia, mas em uma perspectiva mais ampla, como o campo psicopatológico do angustiado (Freud, 1919). É importante salientar, mais uma vez, que o patológico aqui mencionado não se refere a uma classificação nosológica, mas ao pathos, da Psicopatologia Fundamental (Pereira, 1999). O campo do angustiado é para Freud multifacetado, visto como junção de várias modalidades de angústia, presentificada pela face da angústia em si (Angst), do terror (Schrek), do infamiliar/ a inquietante estranheza (Unheimlich) , do horror (Grawen) e o pânico (Panik) (Pereira, 1999).

Fizemos um recorte de três modalidades do campo do angustiado que interessa à nossa pesquisa: o horror, o terror e o estranho ou infamiliar. O horror, que comporta a dimensão visual, envolve uma imagem estética, uma cena em que o sujeito se depara com a castração de uma suposta onipotência do Outro e se pergunta: o que o sujeito espera dele? O terror, no qual falta a dimensão da representação e o sujeito fica paralisado, como na hipnose de terror dos animais, o sujeito se depara com o olhar vazio da morte. No infamiliar, de início já se identifica um par antitético: o que é estranho e o que é familiar?. A palavra nheim, que está na raiz do unheimlich, significa doméstico, familiar, caseiro, aconchegante, confortável, casa, por isso, a sensação de familiaridade (Iannini & Tavares, 2019). Na inquietante estranheza, há algo que deveria ter ficado recalcado e veio à luz, algo que é familiar ao sujeito e que retorna, que provoca uma sensação de estranhamento. Freud dizia que o homem se defende do terror através da angústia, é o que impede o transbordamento presente nos ataques de pânico, no qual o sujeito é submerso em um estado avassalador (Laplanche, 1981;1993)

Na análise do discurso dos fiscais, a angústia pode ser pensada como em Freud (1926)

por duas vias: a primeira como um sinal de alerta que protege o sujeito, lhe coloca de sobreaviso, de a qualquer momento não ser mais fiscal; e a segunda vinculada ao desamparo fundamental, constitutivo do humano, de que depende de um outro, nesse caso, o Estado, que lhe dá e lhe retira um lugar na sociedade e no discurso. É interessante pensar que, enquanto a angústia como sinal protege o homem de um perigo que está por vir, no caso da retirada da Portaria, ela não é um sinal, não há o que fazer, o fiscal não pode se proteger. Haverá uma perda inevitável e não há como fugir disso, o que parece lançar o sujeito fiscal em um estado permanente de angústia, no qual, muitas vezes, prefere nem pensar nisso, senão não trabalha. Aqui avançamos ao pensar o campo do angustiante vinculado ao trabalho (Nóbrega, 2022). Esse lugar precário, que desestabiliza, que nos parece ter como pano de fundo o desamparo, é estranho e familiar, semelhante a ter o seu lugar retirado pelas Organizações Sociais, que flexibiliza o trabalho do sujeito, o expõe a uma fluidez forçada, ao mesmo tempo em que o coloca em um estado de incerteza. Nas palavras da entrevistada S3, é possível observar este estado de incerteza.

É igual eu falei, até que ponto eu posso ir numa determinada fiscalização e o que eu posso pedir? E aí eu tenho que ver dependendo da situação...que aconteceu numa fiscalização ou num projeto, porque ele é desenvolvido até onde eu posso ir? Aí isso eu tenho que me submeter à minha coordenadora, à minha gerente...qual a opinião de vocês?...mas às vezes eu não...Eu não sei se eu posso pedir aquilo ou eu posso fazer aquilo (S3).

Foram encadeadas no discurso situações de retirada dessa Portaria e, por conseguinte, do cargo de fiscal. A situação discricionária de retirada da Portaria foi destacada como algo que deixou uma mancha, do sujeito ser relegado a segundo plano, a fazer tarefas secundárias, que o distanciavam de sua posição no discurso, de perder seu lugar perante aos colegas de ofício. Neste contexto, podemos perceber a função identitária do trabalho, onde o sujeito

organiza suas experiências, em torno do trabalhar, o que Marx apontava como sujeito do trabalho. Nessa situação, a perda da função do trabalho pode levar a uma desorganização da identidade do sujeito e sentimento de inutilidade, conforme destaca Bendassoli (2009). A entrevistada S7 relata tão situação, conforme descrito a seguir:

Eu fiquei longe da fiscalização entende? Que a Superintendente tirou de mim e de mais duas colegas. E aí quando eu fiquei sem essa Portaria eu me sentia inútil na Coordenação. Extremamente inútil, eu sentia, assim, que era um desperdício sabe? Eu tenho vontade, eu tenho interesse, eu tenho capacitação para fazer....E tava adoecendo no trabalho...Eu vinha para o trabalho completamente desmotivada...Eu pensava bom, estou ali como uma árvore de natal enfeitando o ambiente (S7).

Podemos refletir acerca dessa retirada súbita, sem preparo nem aviso ainda no campo do angustiante em Freud (1919), do infamiliar, do que era familiar, conhecido e que agora é estranho, em um movimento vertiginoso: ser fiscal em um dia e não ser no dia seguinte. Já que é a Portaria que dá consistência ao cargo de fiscal, podemos pensar que ela é, ao mesmo tempo, imaginária e, também, tem uma perspectiva de regulamentação – está escrita e foi publicada. Recordamos que o essencial do simbólico para Lacan é que ele é uma marca e não uma palavra. A partir desta percepção, nos perguntamos: será que essa faz uma marca que aparece no discurso do sujeito? Senão vejamos: o significante Portaria, por si só, não significa nada, a cadeia significante é produzida em um movimento de retroação, cujo significado só se dá a posteriori. Vimos com Lacan (1974; 1975) que o imaginário é algo que dá consistência ao sujeito, que faz corpo. Ou seja, o imaginário não é imaginação, o real não é a realidade e o simbólico não é simbolismo (Vieira, 2009). Entendemos que a realidade é uma apreensão do real a partir da linguagem, que tem uma consistência para nós, o que representa uma vertente imaginária da linguagem. Já o simbólico para Lacan não é dar nome aos objetos do mundo, ele está além do muro da linguagem, onde o significante é o que

representa o sujeito para outro significante. Podemos fazer um movimento de aproximação entre a consistência dada pelo imaginário e essa Portaria que, além de um instrumento legal, também funciona como algo que destaca o sujeito no coletivo de trabalho.

Essa questão política que se inicia com a Portaria, também permeia as condições de trabalho dos fiscais com seus colegas das Regionais de Saúde, CEREST e os Municípios. Portanto, toda a equipe técnica tem vínculos precários. No âmbito municipal, onde o espaço territorial é circunscrito a uma menor área de abrangência e as relações são mais próximas, fica evidente a interferência do poder público local no trabalho dos fiscais. Os técnicos e fiscais sofrem dois tipos de pressão: por um lado, do capital e a superexploração dos trabalhadores; e, por outro lado, o poder e o controle dos governantes locais. Em uma zona de conflito, nos aproximamos do debate de Antunes (2018) sobre a desfiguração do trabalho e o privilégio da servidão, de estar empregado em um contexto de desemprego estrutural e de poucas oportunidades de trabalho. O trabalhador parece estar na corda bamba, em uma situação que pode lançá-lo ao desamparo e ele se vê em um dilema ético: por um lado está o dever de fazer e por outro a necessidade e o desemprego que pode acontecer caso faça o seu trabalho. Nesse cenário, o trabalho sofre contínuas instabilidades e desarticulações dos trabalhadores, em face da troca de gestores. As palavras da entrevistada S2 evidenciam estes dramas.

A cada troca de governo a gente tem muito problema, principalmente com as nossas Regionais de Saúde, com alguns CERESTs Regionais, VISAS municipais e alguns fiscais são comissionados hoje estão lá na ponta e nos dão apoio. E daqui quatro anos, a hora que troca o Prefeito, os comissionados saem, aí começa uma nova equipe e a equipe que tá trabalhando bem, tá na hora de trocar de novo (S2).

A situação política continua a ser pauta no discurso dos fiscais quando discorrem sobre as ações intersetoriais, nas quais os fiscais da Vigilância Sanitária (VISA) do

município e da Regional de Saúde têm conflitos de interesses e sofrem interferências políticas em seu trabalho. A política move e limita os interesses à saúde da população trabalhadora que ocupa funções de confiança, que podem ser retiradas a qualquer momento, de acordo com o interesse da Administração Pública. O fiscal parece não conseguir exercer seu dever e está nessa situação de conflito: de um lado o poder político e do outro o adoecimento dos trabalhadores. Essa discussão nos permite dialogar com Lacan (1964) quando ele aborda o tema da alienação do sujeito ao Outro como um véu e da escolha diante de uma situação de risco, mas, também, da inscrição da criança na ordem simbólica, através da alienação ao desejo do outro e da necessária separação deste. Essa é uma escolha que é forçada, mas que na verdade revela algo de um prejuízo inevitável: “a bolsa ou a vida?” Se o sujeito escolhe a vida, fica sem a bolsa, sem a possibilidade de subsistência. E se escolhe a bolsa, pode perder as condições de vida.

Na inefável escolha entre a bolsa e a vida, o que está em jogo é o sujeito e o Outro, o sujeito na posição de perda, condição em que o sujeito sai de cena (Fink, 1998). Se escolhe agir, o fiscal pode perder seu lugar. Se escolhe não agir, resguarda seu lugar, mas pode ter outras complicações. Nesse caso, não apenas o seu sustento está na berlinda como a vida de outras pessoas também podem estar em risco, como por exemplo, a iminência de um acidente por uma máquina que está com defeito e não foi interditada por ele. Os agentes públicos que deveriam agir estão muitas vezes em um lugar de cerceamento, de impotência e inércia.

Observemos o discurso da entrevista S1:

O problema é que junto com a capacitação não vem o potinho de coragem, né? E aí eles num tem assim...aquela audácia de entender que ele é um servidor público...Tem colegas nossos, por exemplo, que tá lá no município e eles têm um conflito político, é vizinho.....é vizinho do cara que é dono daquela fábrica, ou quer fazer uma denúncia e não quer ser reconhecido por exemplo, não quer desgaste político. Igual, por

exemplo, um colega que é comissionado da prefeitura, como é que ele vai denunciar a marcenaria que é do lado da casa dele, que o dono é sobrinho do prefeito? Então, quando tem um conflito político local, esses colegas também usam a gente.

Além de inibir o agir, os entes políticos parecem ter outras formas de exercer a subjugação em seu território. São colocadas situações em que a pressão é feita de forma material e maciça durante as fiscalizações, para garantir que nada saia do controle, para ser uma distração ou presença que intimida a ação fiscal. Essa presença, também, parece ter a finalidade de reduzir o tempo de permanência dos fiscais na empresa, para que não tenham tempo de verificar todas as não conformidades, para que algo passe despercebido e uma possível punição não seja aplicada. Essa conduta adotada pelos gestores nos faz dialogar com Foucault (2005), sobre a docilidade e controle dos corpos, mas em especial por um instrumento de vigilância particular: o Panóptico de Bentham. Esse arranjo arquitetônico, construído por uma torre no centro com celas em volta, que não permite aos presos saberem se há alguém na torre de vigília para poder cometer qualquer infração ou tentar a fuga, nos faz pensar no trabalho dos fiscais, onde não se sabe se e por quem está sendo vigiado. A entrevista S2 relata o seguinte:

A gente sente que não tem essa pressão muito interna, ela é mais externa, de...vai um político junto, um Secretário de Saúde acompanhando a fiscalização...Vai alguém da Prefeitura, mesmo do Município, te acompanhar na fiscalização, meio que pra te pressionar, não olhar tudo... Isso, essa presença, porque a empresa tem um sócio que é político ou ex político da cidade.

Há situações em que o fiscal do Município recusa-se a assinar o termo legal, a colocar seu nome, seu carimbo, para não se expor. Mesmo que alguns consigam fazer seu trabalho, não se intimidem com a presença dos gestores, acompanhem a equipe do Estado, da Regional de do CEREST, ainda há uma última questão: a represália posterior ou até imediata. O fiscal

pode ser retirado do seu local de trabalho, transferido para outra unidade que não gostaria de trabalhar, ser colocado para realizar funções para as quais ele não prestou concurso. Ele está ironicamente sob constante vigilância e pronto a ser lançado à própria sorte, ao desamparo. O relato da entrevistada S3 ilustra esta questão.

Mas os fiscais municipais tem alguns que se recusam a assinar o termo, às vezes tem alguns que se recusam a ir, ó eu não vou participar.... E tem outros que falam: eu posso até ir, mas eu não vou assinar, porque se fulano ver meu nome aí, meu carimbo, aí né? Tem alguns que falam: eu não vou nessa fiscalização porque eu tenho medo de represália, eu tenho medo de mudar...me colocar pra trabalhar lá no...lá na funerária.Ou de me colocar pra trabalhar lá no cemitério.

A gestão do medo pelo legislador absoluto é apontada no discurso e não apenas é preciso não deixar de fazer, mas agir de forma clandestina. Em um lugar onde o conflito de interesse entre o capital e trabalho se torna visível, é utilizada uma expressão que condensa toda uma cadeia significativa. A metáfora “A VISA avisa” se torna a expressão no discurso dos fiscais que revelam à empresa quando será realizada a inspeção sanitária em Saúde do Trabalhador. Essa metáfora condensa o resultado de quem vence o conflito: o capital. Ao criar uma metáfora, há um efeito de subjetividade pelo sujeito através de um lampejo criativo (Fink, 1998). O sujeito dividido se posiciona, ainda que identifiquem a manobra dos empresários, conforme podemos observar nos relatos a seguir:

Às vezes acontece assim ó: Cê vai fazer fiscalização em determinado município. Aí você avisa a Regional, a Regional avisa a ViSA do Município, aí quando você chega lá no município a empresa já tá sabendo que vai ser fiscalizada. Então cê chega lá a empresa tá fechada, tá sem energia (S10).

Já aconteceu de a empresa saber que a gente tá na cidade e dar férias coletivas pros trabalhadores (S1).

Quando um fiscal vai para uma fiscalização, além de todos os procedimentos legais e de funcionamento (administrativo, de autorização, termos legais), ele também cumpre um ritual discursivo. Nesse sentido, é importante retomarmos os conceitos de discurso para compreendermos o trabalho dos fiscais. Para Lacan (1969), o discurso é uma forma de fazer laço social que não passa pelas palavras, mas pelas posições que o sujeito ocupa na cadeia discursiva e como essas posições são ordenadas em um giro discursivo. São elas: agente, outro, produção e verdade. O agente é quem domina o discurso; o outro é aquele a quem o agente se dirige; a produção é o resto; o efeito dessa operação discursiva e a verdade, sempre não-toda, é o que sustenta os discursos. O único discurso em que não há relação entre o sujeito e o outro, é o discurso do capitalista, formulado por Lacan. Nesse ponto fazemos um recorte para enfatizar três elementos que interessam à nossa pesquisa e fazem correspondência com os lugares do Estado, do fiscal e do trabalhador: o poder, o trabalho e o saber. A posição dominante do agente é ocupada pelo significante mestre que rege o discurso e como tal, deve ser obedecido sem contestação. Ele está no lugar absoluto, sem demonstrar que vacila, sem demonstrar o furo, a castração simbólica que o constitui. O mestre, por sua vez, se dirige ao escravo, que ocupa a posição de quem labora, o trabalhador, que é quem serve ao mestre. Ao executar seu trabalho, o trabalhador adquire a expertise, que vai constituir seu saber, um saber que está a serviço do mestre, mas que é inacessível a ele. Só existe o senhor porque existe o escravo para produzir. O saber, também, pode ocupar a posição de mestria, um saber de autoridade máxima que não deixa brecha para questionamentos (Fink, 1998).

Na trilha dos discursos formulada por Lacan, articulamos esse lugar de saber do fiscal aos discursos de que o fiscal, na condição de agente público, não pode adentrar à empresa sem se identificar, dizer de onde é, se apresentar, não pode deixar de dizer o objetivo da inspeção, entrar em um ambiente que pode estar trancado, pedir para abri-lo, precisa

comunicar o resultado da inspeção, falar de forma que o responsável pela empresa entenda, em linguagem compreensível, em uma espécie de leitura e tradução. Outras vezes, o fiscal tem que ajudar o empregador a raciocinar como fazer as mudanças necessárias, embora não possa lhe indicar nem recomendar os meios para fazê-la. Ele, também, fala com o trabalhador sobre o seu saber fazer, ocupa um lugar de saber que se dirige ao trabalhador, não para usurpar o seu saber, mas para poder intervir em suas condições de trabalho. Em uma torção subversiva, o discurso do fiscal interroga o mestre, o senhor, ele escuta o trabalhador, a sua verdade e o lugar da produção, da mais-valia.

Mas além de interrogar, o fiscal precisa que o empresário ou preposto lhe explique como funciona o processo produtivo, pois o prescrito, o que estudou, muitas vezes, não coincide com o que é verificado em campo. Nesse sentido, a empresa mostra também seu discurso: nos vídeos institucionais, nos bordões e máximas que utiliza, nas frases de motivação afixadas na empresa, nos Diálogos Diários de Segurança (DDS) e nas atas de reunião da Comissão Interna de Prevenção de Acidentes (CIPA), nas quais os trabalhadores falam dos problemas e avisos de riscos do turno anterior, tudo isso é apresentado aos fiscais.

Podemos compreender que o trabalho do fiscal tem dois eixos no discurso: o campo, onde verifica com seus próprios olhos os ambientes e processos de trabalho e suas singularidades; e o administrativo, com seus sistemas, peças e relatórios. Os procedimentos técnicos e as legislações são colocados em lugar de destaque ao fazer a devolutiva das inspeções, seja por sua importância, seja pelo que eles limitam. As normas, modelos, regras e prescrições são um dos instrumentais de trabalho dos fiscais, não há dúvida quanto a esse papel. Contudo, é preciso também questionar até que ponto essas normas, modelos e procedimentos deixam de ser diretrizes, que podem ser adaptadas e se tornam absolutas, totalitárias, imutáveis, que capturam e aprisionam o sujeito. No mundo moderno, a técnica, a experiência prática, a transmissão, são colocadas em segundo plano. O que vale é o saber

especializado, a informação em tempo real, a inovação, a tecnologia (Chauí, 2004). Assim, o saber ocupa, também, um lugar no discurso. Nessa valorização do discurso competente e especializado, o saber se torna uma das formas de poder. No relato da entrevistada S5, observamos o seguinte: Contra técnica não existe nenhum argumento. Se você conhece tecnicamente aquilo que você está fazendo, e aquilo que você está defendendo você não perde uma discussão.

Ao mesmo tempo em que as regras, normas e legislações têm seu lugar de destaque, a singularidade humana também compõem esse mosaico do que é atuar como fiscal, de onde existe um sujeito além do cargo e do título. Além das questões políticas que atravessam seu trabalho, do campo do angustiante, os fiscais falam do corpo em dois momentos: os corpos dos trabalhadores e o seu corpo próprio, que está a serviço do Estado. Os fiscais falam dos corpos maltratados dos trabalhadores, que parecem realmente ser só um corpo, um pedaço de carne, sem vontade própria, com os quais se deparam nas fiscalizações. Eles discorrem sobre a falta de condições mínimas para se trabalhar, dos riscos e adoecimentos que os trabalhadores estão expostos no seu cotidiano, em uma cadeia fechada, com uma cadência infernal. E quando o corpo entra em cena, o mapa onde os fiscais se ancoram com suas prescrições, normas, prescrições e regras é rasgado, e se deparam com a irrupção da ordem de um real difícil de ver e que os relança ao desamparo radical. Nesse acontecimento, não existe anteparo para o olhar, nem como deixar de ver e sentir o que foi visto. Vejamos o depoimento da entrevista S1 sobre as situações degradantes em que os fiscais encontram alguns trabalhadores.

Eu já fui num galpão de fazer panelas é...de alumínio escondido... clandestino, que só abre de madrugada, que os vizinhos reclamam de madrugada e a gente consegue e tal. Aí cê vê um rapaz de dezoito, dezenove anos, já no terceiro filho, tudo coberto de

alumínio, parecendo aqueles homem do sinaleiro sabe? Todo prateado? E sabendo que aquilo é super cancerígeno assim.

É nas entrevistas com os trabalhadores, a parte mais significativa da fiscalização, do saber dos trabalhadores sobre o seu fazer, que os fiscais colhem e recolhem seus relatos, geralmente, marcados pelo medo, pelo desamparo, pela alienação, por uma servidão voluntária e pela vontade de mudança com vistas a dias melhores. A partir do discurso dos trabalhadores, os fiscais podem perceber a desmontagem da cena do que é prescrito pela empresa, pois os trabalhadores falam da sua percepção do risco e expõem as suas dificuldades no trabalho. Mas nem sempre isso fica tão claro, em razão do trabalhador ter medo de falar contra o seu empregador, que garante “ganha pão”, o que Sousa-Duarte (2021) chama de patologia da gratidão. Nas palavras da autora, a gratidão é colocada de maneira compulsória, do ter que ser grato, mesmo que os direitos sejam colocados como benefícios, em um contexto de uma “gratidão sem limites”, ainda que em condições desfavoráveis. Nesse contexto, a família não valida o discurso do trabalhador, entendendo que ele não deveria reclamar. Ela destaca a reflexão sobre a secularização e a instrumentalização dessa gratidão como controle da força de trabalho. O subalterno não pode falar (Spivak, 2010) nem na empresa e nem se indignar em casa.

Esse é um lugar de vassalagem, onde o sujeito está impotente frente ao Outro onipotente, ou seja, a empresa que paga seu salário. Ora, ele está em um lugar privilegiado, está empregado, não tem do que reclamar. Esse conceito se aproxima do pensamento de Bourdieu (1980 citado em Selligman-Silva, 2011) sobre as práticas paternalistas de gestão, que apregoam a dádiva como soberana à dívida, nas quais os sistemas informais e arcaicos de produção geram dívidas, tanto de natureza financeira quanto subjetivas, que colocam o sujeito em uma posição cristalizada e submissa. Esses sistemas tão complexos e refinados em sua crueldade são tão eficazes e precisos que se tornam ferramentas de dominação. E entre o

desamparo, a dívida e a culpa, o sujeito faz sacrifícios (Ambertin, 2009). Uma das condições degradantes de trabalhadores é relatada pela fiscal S1, conforme se segue:

Então uma vez eu fui numa granja de galinha caipira, numa fazenda e tinha um cara desse, que ele recebia uma rapadura, uma pinga, cinquenta reais na sexta feira. E isso tava fazendo um favor, porque era aquelas heranças de padrinho, essa relação corone...essa relação corone... essa né? Que a pessoa ficou lá, aí tinha umas deficiência, fica lá no quartim, ainda...e eu ainda sou tão bom que eu ainda dou serviço, ainda dou uma pinga e dou comida pra pessoa...

Tal modo de enxergar o trabalhador se assemelha com o que Marquese (2004) discute sobre a gestão da economia escravista, a organização do trabalho escravo em uma relação sempre assimétrica, de permanência histórica em contextos diferentes, em que a gestão do desamparo dos trabalhadores era feita pelos senhores de engenho, feitores do corpo e missionários da mente. Endo (2005) também trata do tema da escravidão ao pensar a violência no país, no coração da cidade. O autor faz uma correspondência entre as formas de violência atual no país, que resistem à democracia e perpetuam as ilegalidades e a arbitrariedade e as contendas violentas ocorridas durante o período escravocrata. Compreendemos que essa situação de escravidão guarda semelhanças com o que acontece na modernidade, com a colonização da subjetividade dos trabalhadores, os mecanismos utilizados para aumentar a produtividade e as relações de trabalho que, cada vez mais, beiram o campo do absurdo. Cabe refletir: qual a semelhança dos feitores de outrora com a gestão neoliberal de hoje? Parece haver uma correspondência trazida no discurso dos fiscais, conforme podemos observar no relato a seguir:

Sabe? É assim, é...coisas que a gente muitas vezes só vê no Globo Repórter e em outros lugares? Aqui também existe. Pessoas que não recebem salário e o proprietário que vai engambelando o trabalhador... ele mesmo faz as compras muitas vezes... O

trabalhador nunca consegue pagar, ele tem uma dívida com...de exploração mesmo.

Então, são condições assim, a gente encontra de tudo (S5).

Nas palavras de Freud (1930), é preciso pensar o mal estar advindo da cultura, aí compreendido o mundo do trabalho e a convivência com o próximo, em sua diferença. Safatle (2019), também, aponta que as patologias e o sofrimento do sujeito devem ser pensadas a partir do social e da cultura. Nesses relatos podemos identificar o trabalhador tratado como um objeto fetiche na visão de Marx, um fetiche do capital, como mercadoria, em consonância com o que Foucault (2005) já nos advertia sobre a domesticação dos corpos e a biopolítica como forma de controle na sociedade, aqui pensada pelo viés do trabalho, que coloniza os corpos e as subjetividades. Nessa roda-viva mortífera do trabalho, são desrespeitados os valores, os direitos e os trabalhadores são submetidos à condições análogas à escravidão, bem como crianças e adolescentes são mão-de-obra barata, recrutadas para ajudar os pais e parentes nas empresas familiares.

De acordo com dados do Observatório do Ministério Público do Trabalho (2022), de 1995 a 2021, 57.666 pessoas foram resgatadas de situações de trabalho análogo à escravidão, dentre elas, 1.060 eram crianças. Os riscos no trabalho e acidentes, também, vitimizam crianças e adolescentes. De 2012 a 2021, foram 19.700 acidentes de trabalho com crianças e adolescentes, cujos óbitos, neste mesmo período, somaram cinquenta crianças que morreram trabalhando, de acordo com os dados do Observatório do Ministério Público do Trabalho (2022). Nessa perspectiva, os acidentes têm múltiplas causas, que podem ser pensadas em suas condições temporais, históricas, diacrônicas e sincrônicas, com fatores em comum (Areosa & Dwyer, 2010). Vejamos o relato da fiscal S5 sobre esta situação.

Cê encontra criança e adolescente trabalhando em condições, assim, muito precárias....esse exemplo que eu te dei das usinas, foi mais de uma usina assim desse

jeito. Nem água potável tinha, a comida era feita ali daquele jeito mais precário que você possa imaginar (S5).

Entendemos que é preciso destacar além da dimensão discursiva, a dimensão material e física para esse trabalho. Nos cabe refletir que é no corpo como instrumento de labor e como lugar de acontecimento, que o fiscal sente os impactos do seu trabalho, que vivencia o desamparo, que se encontra com o real do trabalho, com o que surpreende. Faz-se necessário chamar a atenção para o fato de que é o corpo do sujeito fiscal trabalhador que encontra o corpo de outros trabalhadores, é o seu desamparo que encontra o desamparo do outro, seu semelhante. Os fiscais fazem uma narrativa desse mal estar, de como se afetam pelos corpos que se movem em um cotidiano arriscado e são riscados de condições dignas de trabalho, estão com sua força de trabalho mal remunerada e exauridos. Nas fiscalizações, é quando os fiscais se encontram e se reencontram com diversas situações marcadas por imagens aviltantes da dignidade humana, que parecem lhes colocar frente a frente com cenas de excesso, de desmedido, de intraduzível, do que impacta, cala e emociona. Destacamos, aqui, novamente o campo do angustiante (Freud, 1919; Pereira, 1999; Nóbrega, 2022) pinçado em seus pedaços pela linguagem no discurso dos fiscais, agora com a dimensão do horror, ao falar nos ambientes e processos de trabalho, conforme observamos no relato da fiscal S3, a seguir:

E, também, as meninas, uma fábrica de alho, as mulheres, uma fábrica de alho sem cadeiras, sentado em tamboretas e descascando alho para fazer tempero manualmente...e sem roupa, sem proteção nenhuma e o chão molhado o tempo todo, porque os alhos tem que ser lavados, jogado água no alho o tempo todo...e elas ali sentadas oito horas... e o cheiro muito forte né? Que é típico do alho... No movimento repetitivo... Jogava ali naquela máquina e os fios expostos no chão, então poderia matar várias pessoas ali naquele ambiente, se tivesse um curto...Ou alguma

tropeçasse num fio, que não tinha canaleta de proteção.... Então, quando eu entrei eu vi aquilo, eu falei: Jesus, misericórdia que que é isso né? Que que tá acontecendo aqui? (S3)

Esses trabalhadores que têm seus corpos aniquilados lentamente, ora de forma ruidosa, através de um acidente, ora de forma silenciosa, em situações de adoecimento causado a partir do ramo produtivo em que trabalham. Mas como representar psicologicamente essa catástrofe que não se deixa apreender pelo discurso? Como os fiscais podem traduzir essa situação de desamparo que não seja através de palavras? Para Levi (citado em Endo, 2022) não há palavras para explicar esse aniquilamento do homem. A linguagem não consegue traduzir o que os olhos vêem: há um estado de perplexidade diante dessa demonstração de fratura do laço social. É essa perplexidade que fica em primeiro plano, ao invés das palavras. Agamben (2008) trata desse lugar de submissão e de desamparo através da figura do *homo sacer*, figura do direito romano que teve várias faces ao longo da história, como o homem concha dos campos de concentração, que eram encontrados em posição fetal. Aqui, o corpo *sacer* seria para Endo (2022) um corpo obediente, que está falado ao invés de falar, agindo ao invés de agir. Nos apropriamos desse conceito para pensar o contexto laboral dos trabalhadores que estão em condições penosas, de desamparo, de mal estar, de sofrimento, de sacrifício dia após dia, sem mudança, coagulados e que podem ter sua vida sacrificada pelo seu trabalho, conforme podemos observar no relato da fiscal S12: “A gente não tem que ficar doente para trabalhar e nem morrer.Quantas pessoas morrem no trabalho? Tem muitas pessoas que tá trabalhando e não tá sabendo que tá adoecendo aos poucos” (S12).

É apontado o corpo do trabalhador como um lugar de sofrimento social e negritado o espanto do sujeito fiscal que se vê diante das situações degradantes de trabalho não só dos trabalhadores, mas, também, dos prepostos, dos representantes da empresa e de como isso os

impacta. Ao mesmo tempo em que ele vê, duvida do que vê. Freud (1919) destaca a inquietante estranheza diante de uma cena, onde não se sabe se aquilo que se vê realmente está diante de si ou não está, em uma experiência de desorientação do olhar. Parece ser essa uma experiência de inquietante estranheza relatada pelos fiscais. Essa experiência é marcada pela estranheza quando o que eles vêem os olha de volta (Didi & Huberman, 2010) e lhes devolve o desamparo. Esse campo do absurdo, como qual nos deparamos no discurso dos fiscais, guarda correspondência com o que Lacan nos apresenta como o campo do *jouissance* ou gozo.

Lacan lê esse campo inspirado na filosofia do direito em Hegel, que o entende como usufruto, do particular, da apropriação através de uma expropriação (Braunstein, 2007). Em sua obra, Lacan teoriza sobre várias modalidades de gozo, seus arredores e seus paradigmas. Entretanto, este vasto campo aqui vai ser recortado como um imperativo de excesso, da expropriação e do gozo do corpo do trabalhador pelo capital, calcado na ética da utilidade, do trabalhador que serve ao Capitalismo. É o Outro que interpela o sujeito e que pode devorá-lo. Esse capitalismo que o explora por meio do trabalho e o coloca num lugar coisificado, de simulacro humano, retira a sua subjetividade e o faz um objeto dejeito, descartável. Essa condição é retratada pela entrevistada S3, transcrita a seguir:

Eles trabalham às vezes sem água, sem banheiro, eles vão no mato né?...E todas as vezes esses trabalhadores com chinela de dedo carregando tijolos, E... e cê sabendo que ele pode cair, sem nenhuma proteção pros teus pés.... E eles limpando, porque dentro das cerâmicas eles tem o piso, embaixo desse piso eles colocam as lenhas pra queimar... Como se fosse ali um forno pra cozinhar...Só que as cinzas vão acumulando, então tem que ser limpo esses locais...Então os próprios trabalhadores tem que entrar nesses buracos sem proteção nenhuma, sem roupa, sem luva, sem

máscara...manual com as mãos...eles queimam porque eles tem que abastecer esse forno...E tem vários cânceres... (S3).

No contexto pandêmico, foi frequente o espanto e o horror diante de denúncias que chegavam diariamente, de trabalhadores que pediam socorro por situações extremas de desamparo, tais como: de serem obrigados a usarem a mesma máscara por uma semana, ou não terem máscaras para trabalhar, serem transportados em ônibus lotados sem qualquer distanciamento ou normas de higiene sanitária. Os fiscais são unânimes ao dizer que – tanto na modalidade de teletrabalho, ou seja, trabalho à distância, quanto presencial –, que nunca se trabalhou tanto quanto nesse tempo pandêmico e que ainda vivenciaram sentimento de culpa, pois, enquanto uns trabalhadores estavam em casa, devido ao Decreto governamental 9.634/2020, que permitia as mães de crianças pequenas e acompanhantes de idosos que trabalhassem em *home office*, uma das modalidades do teletrabalho, que é realizado na residência do trabalhador, outros técnicos continuaram as fiscalizações nas viagens de trabalho, nas quais a contaminação pelo vírus era mais um dos riscos a que estavam expostos. As entrevistadas S1 e S7 destacam esta situação, conforme descrito a seguir.

Eu fiquei só remoto, mas sofri horrores por ver os colegas na ponta, sofri mesmo, eu tive duas noite em claro rezando por colegas, porque eu me sentia muito culpada (S1).

Além do risco de contaminação ao COVID agora que a gente não parou de trabalhar, a gente vai às empresas, cê tá correndo o risco de se contaminar com o COVID (S7).

Nessa dimensão do campo do angustiante, nas cenas em que o horror diante de uma imagem está presente, em que os fiscais se deparam com diversos ambientes e processos de trabalho insalubres no seu cotidiano de trabalho, que fazem parte do cotidiano de trabalho dos trabalhadores, cabem as seguintes perguntas: isso afeta a sua subjetividade? Ele sente algo? O que eles fazem com isso que é da ordem do inesperado e do desamparo? Observemos os relatos a seguir:

Fica assim, diante da situação às vezes cê fica boba, cê precisa de um tempo pra processor aquilo, cê fala nossa não acredito que eu estou vendo isso, que isso ainda existe....No mundo, no século vinte e um a gente vê alguma situação em que está acontecendo que as pessoas se submetam a isso, então você vê o que as pessoas se submetem para sobreviver ... Eles pegam um porco que acabou de matar, o porco gritando, pendurado, aquela água quente, ele pode queimar, causar queimadura nele, fervendo, ele pega esse porco e joga, e começa a girar o porco com a mão, às vezes sem luva, sem proteção nenhuma, molhando ele, aquela água quente... peso da morte daquele animal... Aquilo fica na cabeça da gente... Teve alguns colegas do município que não conseguiu ver (S3).

Nesse ambiente de risco, em que fica evidente o conflito capital-trabalho, muitas vezes, o fiscal precisa solicitar apoio policial para conseguir proceder com a fiscalização. Há, também, um exercício de poder na fiscalização pelos fiscais através do poder de polícia administrativa, de adentrar em qualquer ambiente em que haja a demanda para fazer a fiscalização, solicitar quaisquer documentos e exigir adequações. Cabe perguntar: Quais as construções simbólicas e imaginárias dos fiscais sobre isso? O poder aparece no discurso dos fiscais? São três as situações em que o poder se metamorfoseia no discurso dos fiscais: a primeira, na qual o poder de polícia é porta de entrada, a segunda, na qual este poder se torna sinônimo de proteção e a terceira, na qual essa condição assume uma conotação de excesso. No que se refere à primeira situação, o poder de polícia assume um papel de porta de acesso à empresa ou mesmo ajuda e proteção que ameniza sua impotência diante do capital. Este apoio policial é apresentado por vários entrevistados, conforme destacamos a seguir:

Eu já tive que entrar em uma empresa escoltada pela polícia porque a empresa não queria permitir o nosso acesso (S7).

Aí o primeiro passo: adentrar-se à empresa. Exercer o que eu cha...a...aí é o único momento onde a gente realmente precisa do poder de polícia, que é o poder de entrar na empresa né? Até esse momento é...é realmente precisa...a gente sempre chega de surpresa, então isso é uma tensão...o poder de polícia que é dar uma carteirada, falar olha, segundo o artigo tal do Código Sanitário, se eu não entrar na empresa, eu vou ter que preencher uma autuação pro senhor aqui na porta. A outra... ah não, se o senhor não...não vou assinar, não vou preencher. Não, então nós vamo lá na delegacia de polícia chamar uma viatura pra testemunhar, lavrar um B.O. e a polícia vai assinar o termo (S1).

A segunda situação é relatada em um contexto de apreensão, em que a polícia é salvaguarda da integridade física dos fiscais. O aparato policial ora se transforma na garantia de poder fazer seu trabalho com segurança, ora não é garantia de nada, não oferece amparo e é fonte de desconfiança, conforme podemos observar no relato da entrevistada S8.

A chefia queria que a gente fosse numa cidade aqui próximo fechar onze drogarias que tava ilegais. Mas daí a gente se recusou a ir sem a polícia. Porque eu falei: nós não vamos sair daqui dessa cidade não, porque se a gente fechar todos esses estabelecimentos...Cê acha que a gente ia sair? Aí a gente foi meio rebelde com a chefia, falamos: nós não vamos, só vamos se tiver polícia. E assim a gente ainda exigiu que não fosse a polícia de lá da cidade. Porque não seria legal né? A gente não tinha confiança até que ponto eles iriam nos defender mesmo (S8).

E a terceira situação é dita como a cena na qual os fiscais abusam do poder dado pelo Estado, observemos os relatos a seguir:

Como gestora, já tive que interferir em situações em que o fiscal abusou da autoridade (S5)

Eu superei a visão que eu tinha do fiscal truculento da Vigilância Sanitária, assim... as pessoas mais antigas que estão lá (S13).

A conjuntura de exercício do poder nos convoca, novamente, a dialogar com Marx (1883) e Althusser (1987) ao destacar que a violência e a ideologia estão imbricadas nas ações do Estado. A ideologia pensada como as idéias que compõem o conhecimento dos sujeitos era, para Marx, utilizada pela classe dominante para subjugar a classe dominada através de mecanismos de distorção da realidade social. Marx (1883) coloca de lado a ideia da ideologia por considerá-la mentalista e utiliza o conceito de fetichização no trabalho. Marx compreendia o Estado como aparelho único repressivo e de controle, realizados por meio dos ministérios, da polícia, dos tribunais, os quais estão sob as ordens de um comando central. Althusser, por sua vez, divide o Estado conforme uma pluralidade de instituições: escola, igreja, religião, família, sindicato, entre outros, que movimentam a engrenagem pública, chamados de Aparelhos Ideológicos de Estado, calcados na ideologia e na perspectiva imaginária, em que o sujeito acredita e define seu modo de agir.

Althusser retoma o conceito de ideologia, entendendo que ela funciona, ao mesmo tempo, pela repressão e pela força ideológica. Na perspectiva de Marx esta divisão seria ilusória. É necessária, portanto, uma aparelhagem ideológica para que o Estado possa funcionar nas relações sociais em um lugar de verdade e de saber (Souza, 2006). Foucault (2013) questiona esse lugar soberano do saber, ao afirmar que o saber depende da cultura para ser construído e que não se pode pensar no poder e na verdade como externos ao discurso, embora não se concentre no sujeito e sim nos processos subjetivos. Além disso, coloca o poder para além dos limites do Estado, diferente de Althusser, que dividia o poder entre os vários entes do Estado. A preocupação de Foucault diz respeito a como o poder funciona no seio social, como ele é dividido, fundado e barganhado. Nesse sentido, a linguagem seria um lugar de luta e é nos enunciados que compõem o discurso, nessa

arqueologia, nessa arquitetura, que o poder pode ser visto (Souza, 2006).

Zizek (1996) aponta a ideologia como algo que o sujeito participa mas não tem o conhecimento. Esse é o segredo da ideologia: que a pratiquem através das instituições, sem saber conscientemente o que os move. Chauí (2004) corrobora com essa afirmação ao definir a ideologia como um instrumento de dominação social, onde a divisão, tanto de classes, entre o proletariado e a classe trabalhadora, quanto do trabalho entre manual e intelectual é o mote que lhe dá garantia de existir. A ideologia tem, em seu núcleo, idéias dotadas de uma autonomia aparente, que parecem válidas por si mesmas, não despertam nenhuma suspeita, são válidas para todos, dita e regula as normas, transforma a divisão em diferenças naturais o que permite, aos sujeitos, o sentimento de identidade social. Na operação ideológica, a diferença entre as classes é apagada e as contradições econômicas, políticas e sociais não existem. Neste contexto, a sociedade é indivisível, há um Estado coeso, uma sociedade harmoniosa, portanto, há uma nação a quem pertencer. Nessa armadilha, a ideologia só pode existir porque ela não diz tudo, ela opera na lógica do silêncio e da lacuna, nas estratégias montadas nos jogos de linguagem e de pensamento, ocultas por meio do que chamam de narrativas, fabricadas às expensas da destruição da temporalidade e dos referenciais que dão suporte ao sujeito. A partir dessa linha de raciocínio, qual seria o lugar ético e político dos fiscais? Qual seria a ideologia presente na função e no trabalho desses sujeitos? No que eles acreditam? Seria a Vigilância Sanitária um aparelho ideológico do Estado? Ou ao contrário, poderia a fiscalização em Saúde do Trabalhador ser pensada como subversão da ideologia de produção capitalista? São questões que nos intrigam e que demandam mais pesquisas.

Além dos corpos dos trabalhadores, os entrevistados destacam nos discursos, também, o seu corpo em espera, que se embaralha e se posiciona, que está a serviço do trabalho nas viagens pelo Estado, nas estradas, no andar no chão de fábrica, esse corpo que enoda a dimensão real com a dimensão simbólica na constituição do sujeito e através do qual

ele paga com uma libra de sua carne pelo seu ofício. Referem-se ao contexto pandêmico para falar de seu corpo, em que o trabalho exigiu dos fiscais um ritmo e uma cadência nunca vistos em sua história na Vigilância Sanitária. Ainda não se tem notícia do que a pandemia causou no corpo desses sujeitos, se foi feita alguma marca, quais as consequências subjetivas de lidar com esta situação extrema, que foi o contexto pandêmico. Seligman-Silva (2011) trabalha com o tema do desgaste para abordar os diversos efeitos causados pelo trabalho no corpo e na subjetividade dos trabalhadores, que os coloca em situação de vulnerabilidade. Esse desgaste se manifesta na fadiga e em distúrbios do sono, podendo ser fator preponderante para a ocorrência de acidentes. Esse conceito do desgaste apresentado pela autora nos parece apropriado para discutir o trabalho dos fiscais, que parecem viver um esgarçamento no seu cotidiano de trabalho. Eles colocam em palavras as dificuldades e problemas no seu trabalho a que estão expostos ao fiscalizar o trabalho que pode causar danos e oferece riscos em várias dimensões, aqui tratados como riscos psicossociais, tais como: acidentes, intempéries, ameaças, violências. Os relatos dos entrevistados S5 e S4 descrevem algumas situações de risco.

Todas as nossas inspeções são fora da capital...todas dependem de viagem. Então existe esse risco de sofrer acidente... (S5).

Dependendo da inspeção, você fica muito exposto ao sol né? E às intempéries, vamos dizer assim, sol, chuva... (S4).

Aqui, a violência aparece novamente a permear o mundo do trabalho, antes em um contexto de precarização e agora no discurso dos fiscais. Propomos pensá-la como origem e expressão de um conflito de interesses entre capital e trabalho. Endo (2005) nos lembra que nas situações de violência há uma situação de emudecimento, em que a linguagem fica suspensa. Como essas situações de violência podem ser inscritas no discurso, se o que há é um emudecimento diante da cena? O que resta? No caminho que vai da violência ao direito

de agir conforme sua liberdade, os fiscais e os donos das empresas discordam em seus propósitos. E é nesse ponto da cadeia discursiva que a posição de trabalhador e fiscal coincidem e mostram o desamparo em comum no trabalho. Os relatos das entrevistadas S5, S7 e S8 exemplificam esta situação.

É um trabalho exaustivo, é um trabalho muito cansativo intelectualmente... Eu acho que a pressão psicológica mesmo, cansativo de você ficar tentando provar pra uma pessoa que ali existe um risco...A gente recebia ameaças, pessoas que mostravam armas, pessoas que mostravam facas, pessoas que literalmente ameaçavam a vida, né? O fiscal ele está sujeito, da mesma forma que o trabalhador, no momento em que ele estiver dentro de uma empresa (S5).

E, conforme o ambiente, o trabalho que você está fazendo, desenvolvendo a sua ação fiscal, a gente pode estar sujeito também ao risco de violência né? Conforme as pessoas reagem diante da situação fiscal. Então é a ponto de pessoas ameaçar você de morte. São riscos a que o fiscal sanitário em Vigilância em Saúde do Trabalhador ele tá exposto né?

Ah! as fiscais que vieram aqui outras vezes no outro dia acordou com... nem acordou porque a boca tava cheia de formiga (S7).

A pessoa...ele chegou e abriu assim, quando nós duas fiscais chegamos próximas da mesa, ele abriu a gaveta e mostrou um revólver dentro, tinha um trinta e oito, quer dizer era uma ameaça velada né? (S8).

A questão de gênero no trabalho aparece nas falas associada a riscos, preconceito e conflito, observada tanto na fala das fiscais quanto dos fiscais. Na fala do fiscal, as mulheres precisam ser protegidas. Isso foi dito de uma forma natural, como é comum nas práticas sociais, conforme descrito a seguir:

É assim...as meninas falam assim, que dependendo do ambiente, elas preferem estar em companhia de...de um homem né?... Eu percebo que quando está acompanhado por um homem parece que...aquela sensação de segurança né? Nunca teve nenhuma situação crítica não. Agora lógico que um ou outro querer fazer uma gracinha é isso. É comum não é?...Principalmente quando não tem a figura do homem por perto. Mas isso é uma coisa que a gente sabe que pode acontecer...(S4).

Nos parece fundamental destacar a questão de gênero, uma vez que, além da carga de trabalho ser a mesma para fiscais homens e mulheres, as mulheres carregam uma forma de desgaste a mais (Hirata & Kergoat, 2003, 2007; Selligman-Silva, 2011) em uma situação de superexploração, exaustão, esgotamento, humilhação e desrespeito, baseadas na divisão sexual do trabalho e fortalecida pelo neoliberalismo (Hirata, 2002). É um contexto que o ser mulher as coloca em uma situação que nos mostra ser de desvantagem e que é expressa nos discursos a seguir:

É porque eu já percebo isso na minha outra função...esse problema do machismo que a gente...estrutural que a gente fala (S2).

Eu acredito que sim. Eu acho que existe sim... Tem alguns ramos de trabalho em que a gente encontra gente de toda forma e a gente já encontrou muita gente truculenta. E isso é fato...Isso que estão duas mulheres, por exemplo...é muito mais fácil de acontecer...eu acredito que sim, quando a gente tem um homem na equipe, às vezes a gente consegue ter um tratamento um pouco diferenciado (S5).

Uma outra categoria de risco foi exposta, associada ao gênero feminino e ao corpo que é a possibilidade do assédio moral e sexual pelos motoristas, o que também evoca o conceito de desamparo. Nas viagens de trabalho, o fiscal está literalmente nas mãos do outro, do motorista, que dirige o carro oficial do Estado e conduz a viagem.

Eu chamo de terceiro poder né? Do Estado que são os motoristas. Porque é uma classe muito adoecida, é uma classe que chega como...naquela função por indicação política e eu falo terceiro poder porque eu já vi eles destituírem colegas, assim como, promoverem colegas. E...rola muito assédio, tanto profissional quanto moral, sexual. Sexual tem que ter toque? Ou não, só palavras resolve? Só palavras, pelo menos eu nunca soube quem...eles enfiaram a mão ali. Mas assim: Ah, tem o tamanho da sua saia, a renda do sutiã, é... enfim né? Esse tipo de assédio. É solteira, casada, separou?...não interfere meu estado civil na minha profissão né? Rola, rola tensão dos dois lados. A gente já teve uma colega que...sei de um caso que...que pediu pra sair antes da coisa ficar pior. A outra que foi expulsa da SUVISA...foi convidada a sair...por causa de fofoca de motorista... a Ouvidoria teve lá, entrevistou muitas de nós (S1).

No ofício de fiscal, em que uma fiscalização nunca repete a anterior, na rapidez e volatilidade do mundo do trabalho, da exploração, das condições desumanas e degradantes a que estão expostos os trabalhadores no seu cotidiano de trabalho, foi colocado em relevo que o fiscal tem sua visão e sua subjetividade impactadas diante das cenas com as quais se depara. A partir desse ponto de tensão, coube perguntar quais os efeitos desse enfrentamento direto capital-trabalho repercute no circuito dos afetos e na saúde do fiscal? Enquanto a interferência do trabalho na saúde e o impacto na vida privada são ditos inexistentes para alguns entrevistados, outros manifestam sintomas no corpo. Eles expressam e relatam situações de complexidade diversas, que associam ao trabalho e apontam como o seu cotidiano reflete em sua vida familiar. Não cabe aqui indagar o significado dos sintomas expostos, fazer uma proliferação de sentidos, já que o sentido não é da ordem do imaginário, da consistência, mas ver e discutir o sintoma como uma maneira de lidar com a angústia e o desamparo, como a expressão privilegiada de acesso ao sofrimento, ao *pathos* do sujeito, uma

vez que o sintoma é afetado pelo discurso de uma época, aqui marcada pelo neoliberalismo. Apresentaremos, na sequência, um breve panorama do sintoma na Psicanálise para articular esse conceito ao corpo, à angústia e ao desamparo no discurso dos fiscais sobre o seu trabalho.

Desde a descoberta do inconsciente por Freud, o sintoma passou por várias construções na psicanálise, quais sejam: de origem sexual, vinculados ao trauma, à fantasia, o substituto de algo que está interceptado, realização de desejos. Em Lacan (citado em Abuchaem, 1989) a terraplagem do gozo é expressão de uma necessidade de castigo. Na história da Psiquiatria com Charcot e da Psicanálise, por meio da Psicopatologia da vida cotidiana, a experiência clínica se torna possível na observação dos sintomas dos pacientes no corpo. É através do corpo, em um lugar de mostraçã, que o sintoma aparecia e Freud o lia como uma forma de satisfação paradoxal da pulsão, de algo que não poderia ser manifesto, ao mesmo tempo que protegia o sujeito do inconsciente contra realização de um desejo proibido. Foi ao dar a palavra aos pacientes para que falassem de seus desejos, que possibilitou a ele acessar os sintomas (Garcia-Roza, 2014).

O sintoma é ao mesmo tempo familiar e estrangeiro em sua singularidade, uma conciliação entre o desejo e a moralidade social, um sentido, uma verdade que revela uma formação de compromisso entre um desejo e uma defesa, uma valise que guarda algo precioso, um tropeço, uma tentativa de conciliação, uma possível colisão de duas coisas contraditórias, uma variável, uma estratégia de se comunicar. Cabas (2009) nos lembra que, na leitura de Freud, a satisfação pulsional não é perdida, é transformada, e que essa satisfação pulsional era da ordem do excêntrico. Portanto, o sintoma seria uma “criatura mista”, nas palavras do autor. Há no sintoma um acontecimento de corpo, que vem do hiato entre o corpo e a palavra. Essa hiância é impossível de ser preenchida ou costurada (Ocariz, 2003). Nesse sentido, resgatamos o relato da entrevista S1, que diz o seguinte:

Uma coisa que eu faço é que a gente fica viciada em café, tem que ficar controlando pra não comer mil e quinhentos quilos de porcaria, porque, assim, o ambiente é muito estressante né? Eu, por exemplo, a minha queda de cabelo, avaliada ao stress né? E foi só voltar a trabalhar eu engordei três quilos, então o que demonstra a minha ansiedade, eu não quero tomar medicamento... Então eu estou lutando... Insônia, queda de cabelo e descontar na comida... Eu tento respeitar meu corpo, os avisos... Eu já tive frequência cardíaca alterada, dor na boca do estômago nesse sentido de tentar manter esse cenário né? Esse cenário de boa convivência, de engolir sapo... (S1)

O sintoma é, também, um arranjo e uma defesa contra a angústia, advinda de um mal estar, que não cessa de retornar e pede reconhecimento (Dunker, 2015). Em Lacan (1999), o sintoma é estruturado como uma forma de linguagem, uma metáfora, inscrita na cadeia significante, que tem um significado simbólico, um ôco, exilado, uma letra de gozo, do excesso, que aponta para o real, uma maneira de enlaçar no social, portanto, faz parte do discurso (Soler, 2016).

Eu sou uma pessoa, eu me considero uma pessoa equilibrada... Eu já fui muito afetada por várias condições que eu... que eu enfrentei né? São coisas que você não consegue nem separar, você acaba... leva até pra sua casa, você comenta né? Você acaba falando porque aquilo é uma coisa que te angustia né? (S5).

Assim como foram grifados os sintomas, os fiscais destacam estratégias que acreditam auxiliar a lidar com os conflitos que vivenciam para não adoecer, inclusive no contexto pandêmico, quando os problemas sociais estiveram no grau máximo e o desamparo esteve escancarado. Freud aponta essas invenções ou estratégias como mecanismos de defesa (Roudinesco & Plon, 1998), ou seja, um conjunto de operações que tenta reduzir e até mesmo suprimir qualquer manifestação que traga desconforto e seja desagradável para o ego,

impossíveis de serem afastados pela descarga direta, de modo reflexo ou ab-reação, por meio do qual o afeto consegue escoar (Laplanche & Pontalis, 2001; Roudinesco & Plon, 1998). O eu do sujeito ao se ver confrontado com uma representação insuportável, e sem meios para ligá-la ao pensamento, tenta se defender de várias formas (Chemama, 1995). Laplanche e Pontalis (2001) apresentamos principais mecanismos relatados na literatura, a saber: negação, recalque, recusa, projeção, introjeção, idealização, deslocamento, denegação, entre outros. O refúgio na religião, a fé, a esperança, ter outro trabalho, fazer algo diferente do que faz na fiscalização..., estes são mecanismos encontrados pelos sujeitos para tentar lidar com o mal-estar, visto como estrangeiro ao eu, aqui transpostos para o trabalho. Eles falam de como se utilizam das estratégias defensivas diante da impossibilidade de obter satisfação, no conflito entre o desejar e o agir, de ser um anteparo para o trabalhador na luta contra o capital e de lidar com o desamparo que permeia o tempo todo seu trabalho. Os entrevistados S1, S3 e S7 descrevem os meios encontrados para superar as aflições e angústias decorrentes do cotidiano do trabalho.

Eu rezo muito né? Eu me apoio muito na minha espiritualidade. Eu tenho uma clareza muito grande dos meus objetivos, então onde eu quero estar no final do dia, no final da jornada. Eu costume falar assim: como eu quero estar às treze horas....E isso eu tenho ganhado muito nos últimos anos. Tento respeitar meu corpo e fazer no meu tempo. Então, por exemplo, amanhã cedo eu tenho uma reunião e eu sei que eu tenho que ter com dez slides prontos de um assunto que eu já reuni hoje cedo....Qual que é o meu melhor horário de funcionamento? De madrugada. Então eu vou levantar de madrugada e vou fazer no meu horário, no meu tempo né? E eu tenho muita dificuldade de trabalhar na sala porque o ambiente é muito ruidoso... (S1)

“Ah o trabalho é...A gente sabe que o trabalho é... é um desencadeador de doenças, né? Tanto físicas quanto mentais, né? A qualquer momento e eu tento...igual eu falei,

tento lidar com o meu trabalho da melhor maneira possível. É...tento levar tudo na...sempre com bom humor e sempre na melhor perspectiva possível. E não deixar que meu trabalho seja um fardo muito pesado pra mim. Eu venho, tento vim, faço o meu melhor. Não deu pra terminar, deu pra fazer? Fiz. Não deu, amanhã eu faço (S3)

Se eu saio daqui, eu deixo todos os meus problemas aqui, eu não levo comigo.

Mesmo porque eu chego no meu outro trabalho à tarde e visto outro papel...Tenho meus pacientes, eu acho que isso ajuda a equilibrar meu dia. Eu já saio daqui pensando: lá eu sou apenas uma Fonoaudióloga, deixei a fiscal aqui. Eu assume outro papel, eu consigo me desligar (S7).

Vou pra minha casa, porque eu tenho filho, vou cuidar do meu filho, vou fazer minhas obrigações, vou tentar mudar, né, meu pensamento pra não ficar pensando no...nas coisas do meu trabalho o tempo todo né? Quando eu começo o tempo todo a pensar no meu trabalho eu já tento mudar o pensamento, porque a gente tem que ser capaz de....quer dizer a gente não manda na gente, a gente é tem que mandar na nossa mente. Então, quando começa algumas coisas virem... o tempo todo na minha cabeça eu tento não ficar o tempo todo pensando naquilo... (S3)

Além de utilizar estratégias individuais, os fiscais formaram uma imagem de si e percebem seu papel como mediadores desse conflito capital trabalho, agentes de mudanças, protetores da sociedade, ao mesmo tempo em que apontam alguns sentimentos relacionados ao trabalho. Esses sentimentos, apesar de se falar de afeto, foram muito vinculados à racionalidade, à questões científicas e de cumprimento de dever, de ver algo ser realizado para o trabalhador. Nesse sentido, vejamos os relatos das entrevistas S5 e S10 e do entrevistado S13.

Ele é um guerreiro, um guerreiro que luta, luta por uma causa e essa causa é prevenção e proteção à saúde das pessoas... Eu acho que ofiscal é um guerreiro protetor (S5).

Às vezes cê se sente herói, às vezes cê se sente bruxo né? (S13)

Eu vou dizer uma palavra: satisfação....A gente procurar as coisas com amor e procurar fazer aquilo que te foi designado a fazer e te foi confiado fazer com máximo de dedicação, máximo de empenho porque você vai fazer mais feliz, vai sair melhor e você vai ser mais feliz, vai ser menos doloroso (S10).

Depois de fazer o percurso pelo discurso sobre o ser fiscal e suas vicissitudes na perspectiva dos sujeitos forjados no desamparo e mediados pela ideologia e pela cultura, passamos a discorrer sobre como os fiscais acreditam ser vistos pela sociedade. Essa construção social é permeada pelo preconceito e pela ignorância sobre o fazer do fiscal. São imagens pejorativas que não coincidem com a visão que o fiscal tem de si. É aqui que o discurso faz um giro para o negativo. Há, portanto, uma discrepância entre como os fiscais constroem um discurso sobre si e o seu trabalho e como percebem a narrativa social, o que corrobora com os estudos de Ribeiro e Mancebo (2013) sobre os estereótipos negativos que atingem os servidores públicos no discurso social. Nesse discurso, o significante fiscal que deveria funcionar como um traço identificatório para o seu trabalho, ser motivo de orgulho, é colocado do lado oposto, esse significante não lhe oferece amparo, parece lhe arranhar simbolicamente. Esta perspectiva pode ser averiguada nos relatos a seguir:

Nós somos um merda, um pária. Eu evito falar que sou fiscal né? Eu evito me identificar, até na escola dos filhos: ah a fiscal chegou... põe a máscara que a mãe é fiscal...A sociedade vê a gente não como fator de proteção, mas como ameaça...Eles já não gostam de servidor público fiscal é... a gente é muito mal visto e mal querido (S1).

Ah o fiscal é... ele é muito mal visto né? Como o professor às vezes ele é mal visto pela sociedade, né? Normalmente, eu não falo que eu sou fiscal pra ninguém. Quando eu chego num local, eu sou servidora pública só. Que que você faz? Parte administrativa. Por que? Porque às vezes quando você... ah fiscal sanitário, e as propinas, aí já vem as brincadeiras sem graça sabe? Aí eu falo: não... ó... eu não quero... assim eu não quero ficar sofrendo, não quero ficar tendo embate com ninguém o tempo todo. Eu quero ter paz. Eu não quero ter razão, eu quero ter paz... E aí o cafezinho? Você quer um cafezinho? Aí você vê essas brincadeiras sem graça. Olha, liga lá na Vigilância Sanitária pra falar com ela, ela quebra a multa, desse jeito. Então você fala assim: não, meu trabalho não é esse, não é isso que você tá pensando. Você é fiscal do governo, é pau mandado do governo você entendeu? (S3).

Tem gente que vê como servidor público aquela imagem negativa. Que vai lá só pra olhar e não resolve nada. E tem gente que não, tem gente que acha necessário, que realmente é aquele papel desempenhado, vê as dificuldades, mas tem um outro lado de ter gente... e o pior né? Tem gente que acha que é passível de corrupção. Então eu acho que tem essas duas realidades aí (S6).

Diante do panorama apresentado sobre a representação social do trabalho do fiscal, esse sujeito denominado e nomeado em modo evanescente, de aparecimento e desaparecimento, de fugacidade, diz do desamparo que o atravessa, sem o dizer. O desamparo faz um movimento de balança o tempo todo no discurso dos fiscais, que é permeado pelo Real que irrompe, que o pega desprevenido, que o captura, apesar de tentar manter a vigilância. É identificado, nos discursos, o campo do angustiante, da violência física e psíquica e o preconceito social a que está exposto no seu cotidiano. Indagamos um ponto nevrálgico que é o seguinte: o que é feito para cuidar da saúde desse fiscal? Assim como existe o trabalho do fiscal para proteger a saúde da população, existe alguém que vigia a

saúde do fiscal? Esse aspecto é verificado na fala de duas entrevistadas:

Se tivesse um grupo de apoio seria bom. Mas isso é tão complicado no serviço público porque a tendência do serviço público a gente sabe que a tendência do serviço público é só a precarização... Dos serviços gerais né? (S3)

Com relação à saúde mental, a gente não tem nenhum tipo de trabalho, não tem nenhum tipo de trabalho, não existe assim trabalho que eu saiba dentro da Secretaria não né? (S5).

Nos cabe sublinhar que esse fiscal não é um invólucro vazio, desocupado, preenchido por um cargo. Esse sujeito, que age em nome do Estado, que é um anteparo, que ocupa uma posição na pólis e que escuta os trabalhadores enquanto mantêm o olhar atento em seus ambientes e processos de trabalho, ironicamente, não tem ninguém que o escute. Assim, é preciso pensar um espaço para que esse trabalhador possa ser escutado, bem como políticas públicas que possam dar consistência a esse lugar de fiscal.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir dos referenciais teóricos e dos dados da pesquisa, pôde-se vislumbrar que o desamparo permeia todo o discurso dos fiscais, desde de antes de seu ingresso na Vigilância, como trabalhadores do setor de saúde hospitalar e se perpetuou em sua prática laboral na Vigilância em Saúde do Trabalhador, embora em outras circunstâncias. Essa perspectiva é corroborada com os estudos na Psicanálise com Freud e Lacan, bem como no entendimento de Althusser, ao discutir os aparelhos ideológicos do Estado, aqui representados na figura dos fiscais e continentes do desamparo.

O campo de angustiante emerge no discurso pelas vias do estranhamento e do horror das cenas vividas no cotidiano do trabalho, nas quais os fiscais se deparam com as condições degradantes e chegam quase a duvidar do que presenciam, como se o que está à sua frente fosse da ordem do real, do impossível, do que não se pode nomear em palavras.

Para não concluir, uma vez que o trabalho proposto não teve a pretensão de esgotar, classificar e categorizar as falas, a pesquisa possibilitou traçar um panorama dos caminhos de como a saúde pública se movimenta para interferir nos ambientes e processos de trabalho através da função de fiscal de Vigilância Sanitária. Esse estudo apresentou alguns pontos que podem ser considerados limitações, sem contudo, comprometer o rigor metodológico e a profundidade proposta pela pesquisa.

O primeiro aspecto diz respeito ao período pandêmico, que nos obrigou a realizar as entrevistas por mediação tecnológica (plataformas virtuais). Esse acontecimento dificultou os agendamentos das entrevistas e restringiu o contato interpessoal, conseqüentemente, não possibilitou uma leitura do subjetivo como pretendíamos. O segundo aspecto diz respeito à área de abrangência de atuação dos sujeitos da pesquisa, que ficou restrita ao nível estadual e poderia ter sido ampliada para outros fiscais das Regionais de Saúde e Centros de Referência

Regionais em Saúde do Trabalhador. Essa escolha foi feita, inicialmente, de forma consciente, tendo em vista a natureza do trabalho das regionais e municípios, considerando as condições objetivas e a natureza do trabalho que é realizado na área de saúde do trabalhador pelos fiscais no território. Contudo, muitos aspectos evidenciados nos discursos acerca da atuação dos fiscais no território têm potencial para ser aprofundado.

Ao colocar a fala em trabalho ou o trabalho em fala por meio das entrevistas, a pesquisa pôde contribuir para identificar as diversas percepções dos sujeitos sobre o seu próprio trabalho no âmbito da Vigilância em Saúde do Trabalhador, colocando em relevo o que os impulsiona ou os faz recuar no seu trabalho. Essa dissertação evidenciou o desamparo no trabalho dos fiscais, mostrado em suas diversas faces, quais sejam: o risco de acidentes; situações vivenciadas de ameaças e de violências; a precarização das condições de atuação do fiscal, em razão da insuficiência no quantitativo de pessoal; a fragilidade da formalização do cargo por meio da publicação da Portaria; a ausência de carreira; as interferências políticas no trabalho dos fiscais; as manifestações sintomáticas; a percepção de desvalor da sociedade sobre o trabalho da Vigilância; e as estratégias dos trabalhadores para lidar com essas adversidades. Foi dada visibilidade às inúmeras dificuldades e problemas enfrentados no cotidiano de trabalho, que vão além dos riscos psicossociais. Pode ser feito um comparativo entre o prescrito e o real do trabalho, além dos limites e das possibilidades da Vigilância em Saúde do Trabalhador. Esses limites estruturais e subjetivos que apontam para o fiscal em saúde do trabalhador como profissão quase impossível. Para ser fiscal, parafraseando Walter Benjamin (2012), é necessário escovar a história a contrapelo.

Diante das lacunas evidenciadas, podemos propor a continuidade de estudos semelhantes que ampliem a área de abrangência para pesquisar o trabalho dos fiscais de outras áreas nos territórios.

Um dos achados da pesquisa diz respeito à relação entre a atividade de trabalho dos

fiscais e o Estado em seus aspectos ideológicos e políticos. Este tema não pôde ser devidamente discutido e aprofundado neste trabalho, o que demanda uma agenda de pesquisa específica. Outra contribuição da pesquisa, que merece ser melhor discutida, é a inexistência de políticas públicas para os fiscais de Vigilância em Saúde do Trabalhador.

Faz-se necessária uma discussão com a gestão estadual para apresentar os resultados da pesquisa, e fazer propostas de ações, bem como com os movimentos sociais, controle social, sindicatos dos trabalhadores do setor da saúde, para se ampliar o universo do conhecimento dos problemas e dificuldades dessa categoria profissional.

REFERÊNCIAS

- Abuchaem, J. (1989). *Sintoma e angústia: estudo psicanalítico*. Porto Alegre: Luzzato.
- Agamben, G. (2008). *O que resta de auschwitz: o arquivo e a testemunha*. (Homo Sacer III). São Paulo: Boitempo Editorial.
- Agência Europeia para a Segurança e Saúde no Trabalho (2010). Inquérito europeu das empresas de riscos novos e emergentes (ESENER). Recuperado de: <https://osha.europa.eu/pt/publications/european-survey-enterprises-new-and-emerging-risks-summary>. Luxembourg: Office for Official Publications of the European Communities.
- Althusser, L. (1987). *Ideologia e aparelhos ideológicos do estado*. Lisboa, Presença.
- Alves, G., & Casulo, A. C. (2017). Neoliberalismo, assédio moral organizacional e a nova economia psíquica do capital. In: GEDIEL, J. A. *Estratégias organizacionais do Estado empregador*. Curitiba: Kayganguê.
- Alves, G. (2011). *Trabalho e subjetividade: o espírito do toyotismo na era do capitalismo global*. São Paulo: Boitempo
- Ambertín, M.G. (2009). *Entre dívidas e culpas: Sacrifícios – crítica da razão sacrificial*. Rio de Janeiro: Companhia de Freud.
- Amorim, M. (2004) *O pesquisador e seu outro: Bakhtin nas ciências humanas*. São Paulo, Musa.
- Antunes, R. (1999). *Os sentidos do trabalho*. São Paulo: Boitempo Editorial.
- Antunes, R. (2009). Introdução. In I. Mészáros. *A crise estrutural do capital* (pp. 09-16). São Paulo: Boitempo Editorial.
- Antunes, R. (2018). *O privilégio da servidão: o novo proletariado de serviços na era digital*. São Paulo, Boitempo.
- Arendt, H. (1999). *Eichmann em Jerusalém: um relato sobre a banalidade do mal*. São Paulo; Companhia das letras.

- Areosa, J. (2009). Do risco ao acidente: que possibilidades para prevenção? *Revista Angolana de Sociologia*. nº 4, 39-65.
- Areosa, J. (2020). Acidentes de trabalho: o erro humano como o fim da história. In: Sousa-Duarte, F, Mendes, A. M., Facas, E. P. *Psicopolítica e psicopatologia do trabalho*. Porto Alegre: Fi.
- Areosa, J. Dwyer, T. (2010). Acidentes de trabalho: uma abordagem sociológica. Cidade da editora: *Revista Configurações* 7.
- Bakhtin, M. (2020). *Estética da Criação Verbal*. (5a ed.) São Paulo: Martins fontes.
- Baruki, L. V. (2015). *Riscos psicossociais e saúde mental do trabalhador: por um regime jurídico preventivo*. São Paulo: LTr.
- Bendassolli, P. F. (2009). *Psicologia e trabalho: apropriações e significados*. São Paulo: Cengage Learning.
- Benjamin, W. (2012). *Magia e técnica, arte e política - ensaios sobre literatura e história da cultura*. Obras escolhidas, (2. ed. v. i), São Paulo: Editora Brasiliense.
- Benveniste, É. (1995). *Problemas de linguística geral II*. Campinas: Pontes.
- Berger, J ., & Offe , C. (1991). Crescimento e racionalização do setor de serviços. In: Offe, C. *Trabalho e sociedade: problemas estruturais e perspectivas para o futuro da "sociedade do trabalho"*. (v. 2) Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro.
- Bernadino Ramazzini (1700/2016). *As doenças dos trabalhadores*. 4 ed. São Paulo: Fundacentro.
- Berlinck, M.T. (1997). O que é Psicopatologia Fundamental? *Psicologia. Ciência e profissão* (2). DOI: <https://doi.org/10.1590/S1414-98931997000200003>
- Berlinck, M. T. (2000). *Psicopatologia Fundamental*. São Paulo: Escuta.
- Besset, V. L. (2002). Angústia e desamparo. *Revista Subjetividades*, 2(2), 203–215.
<https://periodicos.unifor.br/rmes/article/view/1158>

- Birman, J. (1999a). A dádiva e o outro: sobre o conceito de desamparo no discurso freudiano. *PHYSIS: Revista de Saúde Coletiva*, 9(2), 9-30. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0103-73311999000200002>
- Birman, J. (1999b). *Cartografias do feminino*. São Paulo, SP: Editora 34.
- Birman, J. (2000). *Mal-estar na atualidade: a psicanálise e as novas formas de subjetivação*. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Birman, J. (2006). *Arquivos do mal-estar e da resistência*. Rio de Janeiro, RJ: Civilização Brasileira.
- Birman, J. (2009). *Cadernos sobre o mal*. Rio de Janeiro: Record.
- Birman, J. (2014). *Mal-estar na atualidade: a psicanálise e as novas formas de subjetivação* (10a ed.). Rio de Janeiro, RJ: Civilização Brasileira.
- Birman, J. (2017). *Arquivos do mal-estar e da resistência*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Birman, J. (2021). *O trauma na pandemia do coronavírus*. Rio de Janeiro: Civilização brasileira.
- Bourdieu, P. (1996). *Razões práticas: sobre a teoria da ação*. Campinas: Papirus.
- Brandt, J. & Damergian (2008). A violência psicológica como uma estratégia quando os recursos gerenciais fracassam: uma pesquisa com grupos de gestores. In: Soboll, L.A.P. *Violência Psicológica e assédio moral no trabalho: Pesquisas brasileiras*. São Paulo: Casa do psicólogo.
- Brandt, J. A., Heloani, R., & Fernandes, M. I. A. (2014). *Fundamentos da psicologia das relações de trabalho*. São Paulo: Zagodoni.
- Brant, L.C. & Minayo-Gomez, C. (2011). A temática do sofrimento nos estudos sobre trabalho e saúde. In: C. Minayo-Gomes, J. M. H.& Machado, P. G. L. Pena (orgs.),

- Saúde do trabalhador na sociedade brasileira contemporânea* (pp. 385-410). Rio de Janeiro: Editora Fiocruz.
- Braverman, H. (1987). *Trabalho capital monopolista: a degradação do trabalho no século XX*. 3.ed. Rio de Janeiro: LTR.
- Brasil. (2018). *Cadernos de atenção básica: saúde do trabalhador e da trabalhadora*. Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Secretaria de Vigilância em Saúde, Cadernos de Atenção Básica, n. 41 – Brasília: Ministério da Saúde.
- Braunstein, N. (2007). *Gozo*. São Paulo: Escuta.
- Burdeau, G. (2005). *O Estado*. São Paulo: Martins Fontes.
- Buss, P. M., & Pellegrini Filho, A. (2007). A saúde e seus determinantes sociais. *Revista Physis* (17) 1. Abril. p.77-93. <https://doi.org/10.1590/S0103-73312007000100006>
- Cabas, A.G. (2009). *O sujeito na psicanálise de Freud a Lacan: da questão do sujeito ao sujeito em questão*. São Paulo: Zahar.
- Canguilhem, G. (2020). *O normal e o patológico*. Rio de Janeiro: Forense.
- Castoriadis, C. (1982) *A instituição imaginária da sociedade*. São Paulo: Paz e terra.
- Ceccarelli, P. R. (2001). Entrevista com Pierre Fèdida. *Revista Latinoamericana de Psicopatologia Fundamental*. Volume IV, 1, 168-174. Recuperado de: <http://www.ceccarelli.psc.br/artigos/portugues/html/entrevpfedida.htm>. Acesso em: 14/08/2022.
- Chauí, M. (2004). *O que é ideologia?* São Paulo: Braziliense.
- Chauí, M. (2014). *Ideologia da competência*. São Paulo: Perseu Abramo.
- Chemama, R. (1995). *Dicionário de psicanálise*. Porto Alegre: Artes médicas.
- Clot, Y. (2006). *Cadernos de Psicologia Social do Trabalho*, vol. 9, n. 2, pp. 99-107.
- Clot, Y. (2007). *A função psicológica do trabalho*. Petrópolis: Vozes.

- Codo, W. (1997). Um diagnóstico do trabalho (em busca do prazer). In A. Tamayo, J., Borges-Andrade, & W. Codo (eds.). *Trabalho, organizações e cultura* (pp. 21-40). São Paulo: Cooperativa de Autores Associados.
- Cordeiro, R. (2018). *Trabalho, violência e morte: miséria da existência humana*. Curitiba: Appris.
- Constituição da Republicada Federativa do Brasil (1988). Recuperado de https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm
- Costa, J. F. (2003). *Violência e psicanálise*. Rio de Janeiro: Graal.
- Costa, L. S. & Santos, M. (2013). Fatores Psicossociais de Risco no Trabalho: Lições Aprendidas e Novos Caminhos. *International Journal of Working Condition*. 1 (5), 39-58.
- Courtine, J. J. (1982). Définition d'orientations théoriques et construction de procédures en analyse du discours. *Revue Philosophiques*, v. IX, número 2, octobre.
- Cruxên, O. (2004). *A sublimação. Psicanálise Passo-a-passo*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- Daldon, M.T.B. & Lancman, S. (2013). Vigilância em Saúde do Trabalhador; rumos e incertezas. Dossiê Temático: Atenção Integral em Saúde do Trabalhador: Desafios e Perspectivas de uma Política Pública. *Rev. brasileira de. Saúde Ocupacional*. 38 (127). DOI: <https://doi.org/10.1590/S0303-76572013000100012>.
- Dardot, P. & Laval, C. (2016). *A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal*. São Paulo: Boitempo.
- Delavald, G. & Diehl, L. (2021). Riscos psicossociais de um contexto laboral da vigilância sanitária: estudo qualitativo. *Revista Psicofae: Pluralidades em saúde mental*, v.10 n1-7. Universidade do Vale do Taquari – UNIVATES, Lajeado, RS, Brasil: DOI: 10.17648/2447-1798.

Decreto n. 6.906, de 21 de julho de 2009. Estabelece a obrigatoriedade de prestação de informações sobre vínculos familiares pelos agentes públicos que especifica.

Recuperado de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/D6906impresao.htm.

Di Pietro, M. S. Z. (2010). *Direito administrativo* (23a ed.). São Paulo: Atlas.

Dias, E. C., & Hoefel, M. G. (2005). O desafio de implementar as ações de saúde do trabalhador no SUS: a estratégia da RENAST. *Ciência e Saúde Coletiva* ; v.10, n.4, p. 817-828.

Didi-Huberman, G. (2012). *O que vemos, o que nos olha*. São Paulo: Editora 34.

Druck, G. (2011). O avanço da terceirização no trabalho: principais tendências nos últimos vinte anos. *Bahia Análise de dados*. Salvador, SEI v.21, nº2, abr./jun., p.399-418, 2011.

Duarte, D. A. F. S., & Dias, G. M. (2022). Histórias de vida atravessadas pelas histórias ocupacionais: desdobramentos psicossociais dos acidentes de trabalho. In: Silva, G. E. & Soldera, L. M. *Psicologia e trabalho: reflexões contemporâneas*. Curitiba: CRV.

Duarte, R. F., & Costa, J. F. (2018). *O papel do Estado na prevenção dos riscos psicossociais nas relações de trabalho*. II Seminário Internacional de Pesquisa em Políticas Públicas e Desenvolvimento Social. 20 a 22 set. UNESP- Franca São Paulo.

Dunker, C. I. L. (2015). *Mal-estar, sofrimento e sintoma*. São Paulo: Boitempo.

Dunker, C. I. L., Paulon, C. P., & Ramos, J. G. (2016). *Análise psicanalítica de discursos: perspectivas lacanianas*. São Paulo, Estação das letras e cores.

Durkheim, É. (1999). *Da divisão do trabalho social*. São Paulo: Martins Fontes.

Durkheim, É. (2002). *Lições de Sociologia*. São Paulo; Martins Fontes.

Endo, P. C. (2005). *A violência no coração da cidade: um estudo psicanalítico sobre as violências na cidade de São Paulo*. São Paulo: Escuta/Fapesp.

- Endo, P. C. (2008). Partilha, testemunho e formas contemporâneas do excessivo. *Revista Ide Psicanálise e Cultura*, 31(47), 70-74.
- Endo, P. C. (2022). *Psicanálise: confins – memória, política e sujeitos sem direitos*. São Paulo: Blucher.
- Enriquez, E. (1990). *Da horda ao Estado*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- Facas, E. P. (2013). *Protocolo de avaliação dos riscos psicossociais no trabalho – contribuições da psicodinâmica do trabalho*. [Tese de Doutorado, Universidade de Brasília], Brasília.
- Facas, E. P., & Ghizoni, L. D. (2017). Trabalho como estruturante psíquico e sociopolítico em tempos de hipermodernidade. *Trabalho (En)Cena*, 2(2), 1–2. DOI: <https://doi.org/10.20873/2526-1487V2N2P1>
- Facas, E. P. (2020). Sociedade da performance e a falácia do discurso neoliberal. In: *Psicopolítica e Psicopatologia do Trabalho*. Porto Alegre: Fi.
- Facas, E. P. (2021). *PROART: Riscos psicossociais associados ao trabalho*. Porto Alegre: Fi.
- Faiman, C. J. S. (2012) *Saúde do trabalhador: possibilidades e desafios da psicoterapia ambulatorial*. Coleção Clínica Psicanalítica. São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Faria, M. R. (2019). *Real, simbólico e imaginário no ensino de Jacques Lacan*. São Paulo: Toro.
- Fèdida (1990). *Depressão*. Rio de Janeiro: Escuta.
- Fèdida, P. (1998). De uma psicopatologia geral a uma psicopatologia fundamental. Nota sobre a noção de paradigma. *Rev. Latinoamericana de psicopatologia*. Fundamental. 1 (3) Jul-Set. DOI: <https://doi.org/10.1590/1415-47141998003006>
- Fèdida, P. (2002). *Dos benefícios da depressão: elogio da psicoterapia*. São Paulo: Escuta.
- Felman, S. (2000). Educação e crise, ou as vicissitudes do ensino. In: Nestrovski, A. *Catástrofe e representação*. São Paulo: Escuta, 2000

- Ferenczi, S. (1933/1992). Confusão de língua entre os adultos e a criança. In: Cabral, A. *Obras completas. Psicanálise IV*. São Paulo: Martins Fontes.
- Ferreira, J. B. (2020). Vida e morte no mundo do trabalho: neoliberalismo como patologia bio e necropolítica. In: *Psicopolítica e Psicopatologia do Trabalho*. Porto Alegre: Fi.
- Figueiredo, L. C. (1999). Rev. Latino-americana de psicopatologia fundamental 2 (1). Jan-Mar 1999. As províncias da angústia (roteiro de viagem). DOI: <https://doi.org/10.1590/1415-47141999001004>
- Fink, B. (1998). *O sujeito lacaniano: entre a linguagem e o gozo*. Rio de Janeiro, Zahar.
- Foucault, M. (1976). *História da sexualidade I: A vontade de saber*. Rio de Janeiro: Graal.
- Foucault, M. (2000). *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal.
- Foucault, M. (2007). *Arqueologia do saber*. (7. ed.) Tradução de Luiz Felipe Baeta Neves. Rio de Janeiro: Forense Universitária.
- Foucault, M. (2013). *Vigiar e punir: o nascimento da prisão*. Petrópolis, Vozes.
- Foucault, M. (1992/2018). *O que é um autor?* Lisboa: Nova Vega.
- Franco, F. L. (2021). Fazer precarizar: neoliberalismo autoritário e negrogovernamentalidade. *Caderno CRH*, Salvador, v. 34, p.1-15.
- Freud, S Conferência XXIII – Os caminhos da formação dos sintomas (1917[1916-17]). conferências introdutórias. *Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud*. Rio de Janeiro: Imago,1975. v. XVI.16,
- Freud, S. (1894). Obsessões e fobias: seu mecanismo psíquico e sua etiologia. Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud. Rio de Janeiro: Imago, 1975. v. 3.
- Freud, S. (1895). Projeto para uma psicologia científica. In: *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud*. Rio de Janeiro: Imago. v. I.

- Freud, S. (1895a). Uma réplica às críticas a meu artigo sobre a neurose de angústia. Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud. Rio de Janeiro: Imago, 1975. v. 3.
- Freud, S. (1896). *Novos comentários sobre as neuropsicoses de defesa*. Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud. Rio de Janeiro: Imago. v. 3.
- Freud, S. (1913). Totem e tabu. In: Freud, S. Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas. Rio de Janeiro, Imago, vXIII.
- Freud, S. (1916). Conferências Introdutórias de psicanálise. Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas. Rio de Janeiro, Imago, vXV.
- Freud, S. (1917). O tabu da virgindade (Contribuições à psicologia do amor III). In: Edição Standard. Vol. XI. Rio de Janeiro: Imago.
- Freud, S. (1919). O Estranho In: Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud. Rio de Janeiro: Imago, 1996. v. 17, p.233-274.
- Freud, S. (1919). Sobre o ensino da psicanálise na universidade. In: Freud, S. Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas. Rio de Janeiro, Imago, vXVIII.
- Freud, S. (1920). Além do princípio do prazer. In: Freud, S. Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas. Rio de Janeiro, Imago, vXX.
- Freud, S. (1923). Dois verbetes de enciclopédia. In: Freud, S. Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas. Rio de Janeiro, Imago, vXVIII.
- Freud, S. (1926). Inibições, sintomas e angústia. In Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud (Vol. XX). Rio de Janeiro, RJ: Imago
- Freud, S. (1926). Psicologia das massas e análise do eu. In: Freud, S. Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas. Rio de Janeiro, Imago, v.XVIII.

- Freud, S. (1927). O fetichismo. In: Freud, S. Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas. Rio de Janeiro, Imago, v.XVIII.
- Freud, S. (1930). O mal-estar na civilização. In: Freud, S. Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas. Rio de Janeiro, Imago, v.XXI.
- Freud, S. As neuropsicoses de defesa (1894). Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud. Rio de Janeiro: Imago, 1975. v. 3.
- Freud, S. Conferência XXV: A angústia (1917). *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud*. Rio de Janeiro: Imago, v. XVI.
- Freud, S. Rascunho A (1892). Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud. Rio de Janeiro: Imago, 1975, v. 1, extratos dos documentos dirigidos a Fliess (1950[1892-1899]), p. 245-247.
- Freud, S. Rascunho B. “A etiologia das neuroses” (1893). In: Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud. Rio de Janeiro: Imago, 1975, v. 1, extratos dos documentos dirigidos a Fliess (1950 [1892-1899]), p. 247-255.
- Freud, S. Rascunho E. “Como se origina a ansiedade” (1894?). In: Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud. Rio de Janeiro: Imago, 1975, v. 1, extratos dos documentos dirigidos a Fliess (1950 [1892-1899]), p. 261-269.
- Freud, S. Rascunho N (1897). In: Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud. Rio de Janeiro: Imago, 1975, v. 1, extratos dos documentos dirigidos a Fliess (1950[1892-1899]), p. 344-348.
- Freud, S. Sobre os critérios para destacar da neurastenia uma síndrome particular intitulada “neurose de angústia” (1895; 1894a). Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud. Rio de Janeiro: Imago, 1975. v. 3.

- Fundação Osvaldo Cruz (Fiocruz). (2018). *Manual técnico do curso básico de vigilância em saúde do trabalhador no Sistema Único de Saúde*. Ministério da Saúde. Brasília : Ministério da Saúde.
- Gadet, F., & Pêcheux, M. (2004). *A língua inatingível*. Campinas, Pontes.
- Gadet, F; Hak, T. (1983). *A análise do discurso: três épocas*. In: Por uma análise automática do discurso. Campinas, Unicamp.
- Garcia, F.S. & Teixeira, M. A.R. (2022). Histórias de vida atravessadas pelas histórias ocupacionais: desdobramentos psicossociais dos acidentes de trabalho. In: Silva, G. E. & Soldera, L. M. *Psicologia e trabalho: reflexões contemporâneas*. Curitiba: CRV.
- Garcia, F. S., & Teixeira, M. A. R. (2022). O trabalho atual como objeto narcísico: condição de desamparo e consumo. In: Silva, G. E. & Soldera, L. M. *Psicologia e trabalho: reflexões contemporâneas*. Curitiba: CRV.
- Garcia-Roza, L. A. (2004). *Introdução à metapsicologia freudiana*. (v. I). Rio de Janeiro:, Jorge Zahar Editor.
- Garcia-Roza, L. A. (2014). *Afásias: Sobre a concepção das afásias*. Rio de Janeiro, Zahar.
- Gaulejac, V. (2007). *Gestão como doença social: ideologia, poder gerencialista e fragmentação social*. São Paulo: Idéias e letras.
- Gianesi, A. P. L. (2019). *O registro do real na obra de Lacan. Conferência proferida no espaço singular*. São Paulo. Youtube. Recuperado de <https://www.youtube.com/watch?v=co1OUHJn8pE>
- Godoy, L. (2017). *Angústia nascida com a vida: a perda do corpo da mãe: complexo do desmame em Lacan*. Goiânia: Cãnone editorial.
- Gollac, M. & Volkoff, S. (2000). *Les conditions de travail*. Paris: Éditions La Découverte.

- Guimarães, L. A. M. (2006). Fatores psicossociais de risco no trabalho. In: FERREIRA, J. J.; PENIDO, L. O. (2013). *Saúde mental no trabalho: coletânea do fórum de saúde e segurança no trabalho do Estado de Goiás*. Goiânia: Cir Gráfica, p. 273- 282,
- Han, B. (2015). *A sociedade do cansaço*. Rio de Janeiro: Vozes.
- Hans, L. (1996). *Dicionário comentado do alemão de Inveja e gratidão Freud*. Rio de Janeiro: Imago.
- Heloani, R. & Barreto, M. (2018). *Assédio moral: gestão por humilhação*. Curitiba: Juruá.
- Henry, P. (2013). *A ferramenta imperfeita: língua, sujeito e discurso*. Campinas, Unicamp.
- Hirata, H. (2002). *Nova divisão sexual do trabalho? Um olhar voltado para a empresa e a sociedade*. São Paulo: Boitempo.
- Hirata, H., & Kergoat, D. (2003). A divisão sexual do trabalho revisitada. In: Maruani M, Hirata H, (org.). *As novas fronteiras da desigualdade: homens e mulheres no mercado de trabalho*. São Paulo: Senac. p. 111-123.
- Hirata, H., & Kergoat, D. (2007). Novas configurações da divisão sexual do trabalho. *Caderno de Pesquisa* 37(132):595-609. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0100-15742007000300005>
- Hirata, H. H. H. (2015). Globalização, trabalho e gênero. *Revista de Políticas Públicas*, 9(1), 111-128.
- Iannini, G., & Tavares, P. H. (2019). *Freud e o infamiliar* (pp. 5-22). In: Freud, S. O Infamiliar / Das Unheimliche. Belo Horizonte: Autêntica.
- Jacinto, A. & Tolfo, S. da R. (2017). Riscos psicossociais no trabalho: conceitos, variáveis e instrumentos de pesquisa. *Revista perspectivas em Psicologia*. 21 (1). <https://doi.org/10.14393/PPv21n1a2017-04>.

- Jardim, S. (1997). O trabalho e a construção do sujeito. In: Silva Filho, J.F. & Jardim, S.R. *A danação do trabalho: organização do trabalho e sofrimento psíquico*. Rio de Janeiro: Te Corá.
- Jaspers, K. (1913). *Psicopatologia geral*. Rio de Janeiro: Atheneu.
- Kehl, M. R. (2001). Prefácio. In: Costa, A. (2001). *Corpo e escrita: relações entre memória e transmissão da experiência*. Rio de Janeiro: Relume Dumará (pp. 11-24).
- Lacan, J. (1932). *Da psicose paranóica e suas relações com a personalidade*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1987
- Lacan, J. (1936). O estágio do espelho como formador da função do eu. In: Escritos (pp.96-103). Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- Lacan, J. (1949/1998). O estágio do espelho como formador da função do eu. In Escritos. Rio de Janeiro, RJ, Jorge Zahar.
- Lacan, J. (1950). Introdução teórica às funções da psicanálise em criminologia In: Escritos; Tradução de Vera Ribeiro - Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- Lacan, J. (1951). *Outros escritos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- Lacan, J. (1953/54). *O seminário livro 1: os escritos técnicos de Freud*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- Lacan, J. (1955-56). *O Seminário livro 3: As psicoses*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- Lacan, J. (1957-58). *O Seminário livro 5: as formações do inconsciente*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- Lacan, J. (1958). A significação do falo In: Escritos: Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- Lacan, J. (1959-60). *O Seminário livro 7: A Ética da Psicanálise*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- Lacan, J. (1960). *Diretrizes para um congresso sobre sexualidade feminina*. In: Escritos. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.

- Lacan, J. (1960-61). *O seminário livro 8: a transferência*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- Lacan, J. (1962-1963). *O Seminário livro 10: A angústia*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- Lacan, J. (1964). *O Seminário livro 11: Os quatro conceitos fundamentais da psicanálise*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- Lacan, J. (1965) *Homenagem a Marguerite Duras pelo arrebatamento de Lol V. Stein*. Outros escritos. Rio de Janeiro: Jorge. Zahar. 203. p. 198-205.
- Lacan, J. (1971). *O Seminário livro 18: De um discurso que não fosse semblante*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- Lacan, J. (1972-73). *O seminário livro 20: mais, ainda*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- Lacan, J. *A terceira* (1974). Inédito.
- Introdução à leitura do Seminário 10 da angústia de Jacques.
- Lacan, J. *O aturdido* (1972). In: *Outros escritos*. Rio de Janeiro: J. Zahar. p. 448-497.
- Lacan, J. *O Seminário livro 4: A relação de objeto*. Rio de Janeiro: J. Zahar.
- Lacan, J. *O Seminário livro 6: o desejo e sua interpretação*. (1958/1959).
- Lacan, J. (1953/1954) Conferência XXXII: *Psicanálise e Cibernética: A natureza da linguagem*. In: *O Seminário livro 2: O eu na teoria de Freud e na técnica da psicanálise*. Rio de Janeiro: Zahar.
- Lacan, J. (1998) *A instância da letra no inconsciente ou a razão desde Freud*”. In: *Escritos*. Rio de Janeiro: Zahar.
- Lacan, J. (1953). *Função e campo da fala e da linguagem em psicanálise*. In: *Escritos*. Rio de Janeiro: Zahar.
- Lacan, J. (1953). *O simbólico, o imaginário e o real*. In: *Nomes do pai*. Rio de Janeiro: Zahar.
- Lacan, J. (1956). *O seminário sobre a carta roubada*. In: *Escritos*. Rio de Janeiro: Zahar.
- Lacan, J. (1957/1958). *O Seminário livro 5: As formações do inconsciente*. Rio de Janeiro: Zahar.

Lacan.J. (1959/1960).O Seminário livro 7: A ética da psicanálise .Rio de Janeiro: Zahar.

Lacan.J. (1960).Subversão do sujeito e dialética do desejo”. In: Escritos. Rio de Janeiro: Zahar.

Lacan. J. (1964). O Seminário livro 11: Os quarto conceitos fundamentais da Psicanálise. Rio de Janeiro: Zahar.

Lacan. J. Seminário R.SI. (1976-77).

Lacan. J.. Televisão (1974). Rio de Janeiro: J. Zahar.

Lacan.J. (1969/1970). O Seminário livro 17: O avesso da Psicanálise. Rio de Janeiro: Zahar.

Lacan.J. (1969/1970). O Seminário livro 18: De um discurso que não fosse semblante. Rio de Janeiro: Zahar.

Lacan.J. (1969/2003). Prefácio a uma tese. In: Outros Escritos. Rio de Janeiro: Zahar.

Lacan.J. (1971/1972). O Seminário livro 19: O saber do psicanalista. Rio de Janeiro: Zahar.

Lacan.J. (1972/1973). O Seminário livro 20: Mais, ainda. Rio de Janeiro: Zahar.

Laplanche, J. & Pontalis, J. B. (2001). *Vocabulário de psicanálise*. São Paulo: Martins Fontes.

Laplanche, J. (1981). *Problématiques I: L'angoisse*. Paris: PUF.

Laplanche, J. (1993). *A angústia*. São Paulo: Martins Fontes.

Lara Júnior, N., Dunker, C. I. L., & Pavón Cuéllar, D. (org.) (2019). *Análise lacaniana de discurso: subversão e pesquisa crítica*. Curitiba: Appris.

Laurell, A. C., & Noriega, M. (1989). *Processo de produção e saúde: trabalho e desgaste operário*. São Paulo: Hucitec.

Le Guillant, L. (2006). O trabalho e a fadiga. In M. E. A. Lima (org.). *Escritos de Louis Le Guillant: da ergoterapia à psicopatologia do trabalho* (p. 218-241). Petrópolis: Vozes

- Leão, L. H. C. (2012). Psicologia do Trabalho: aspectos históricos, abordagens e desafios atuais. *ECOS - Estudos Contemporâneos da Subjetividade*, v. 2, p. 291-305.
- Lebrun, J. (2004). *Um mundo sem limites*. Rio de Janeiro: Companhia de Freud.
- Lei n. 8080, de 19 de setembro de 1990. Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências. Brasília, DF. Recuperado de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8080.htm.
- Lei n. 8142, de 28 de dezembro de 1990. Dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde (SUS) e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde e dá outras providências. Recuperado de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8142.htm
- Leite, S. (2011). *Angústia*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar
- Lima, M. E. A. (1998). A Psicopatologia do trabalho. *Revista Psicologia Ciência e Profissão*. 18 (2). P 10-15. <https://doi.org/10.1590/S1414-98931998000200003>
- Ligeiro, V. M. (2010). Viver o amor como o desespero: a angústia e a mulher. Dissertação de Mestrado em Psicanálise. Rio de Janeiro: UERJ.
- Lopes, F. J. O ; Silva, G. E; Shiozaki, M. P. & Freitas, S. M. P (2020). (De)forma trabalhista: flexibilização e precarização pela (s) perspectiva(s) da (s) Psicologia (s) do trabalho. *Revista Psicologia em Estudo*, v.25 e48213. DOI: <https://doi.org/10.4025/psicoestud.v25i0.48213>
- Machado, J. M. H. & Minayo-Gomes, C. (1994). Acidentes de trabalho: Uma expressão da violência social. *Caderno de Saúde Pública*, v. 10 (supl, 1), p. 74-87. <https://doi.org/10.1590/S0102-311X1994000500006>

- Malvezzi, S. (1999). Psicologia Organizacional: da administração científica à globalização, uma história de desafios. In: C. G. Machado, M. Melo, V. Franco, & N. Santos (org.). *Interfaces da Psicologia* (pp. 313-326). Évora, Portugal: Universidade de Évora.
- Marquese, R. B. (2004). *Feitores do corpo, missionaries da mente: senhores, letrados e o controle dos escravos nas Américas - 1600-1860*. São Paulo: Companhia das letras.
- Martín-Baró, I. O papel do psicólogo em estudos de psicologia. *Revista da UFRN, Natal*, 1996, 2(1), 7-27. <https://doi.org/10.1590/S1413-294X1997000100002>
- Marx, K. Engels, F. (1993). *A ideologia alemã*. (9a ed.) São Paulo: Hucitec.
- Masson, L. O. A. (2021). *Estudo das características da experiência de temporalidade em homens com crises de pânico a partir dos desejos e defesas*. [Tese de Doutorado]. São Paulo: Universidade de São Paulo - USP e Argentina - Universidad de Ciências Sociales e Empresariales.
- Mendes, A. M. (2020). Discurso capitalista colonial e a patologia da melancolização. In: *Psicopolítica e Psicopatologia do Trabalho*. Porto Alegre: Fi.
- Mendes, R. (2007). *Patologia do trabalho*. 2. ed. São Paulo: Atheneu.
- Mendes, R.; Dias, E. C. (1991). Da medicina do trabalho à saúde do trabalhador. *Revista Saúde Pública*, São Paulo, 25(5), 1991.
- Menezes (2008). *Desamparo*. São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Menezes, L. S. (2012). *Psicanálise e saúde do trabalhador: nos rastros da precarização do trabalho*. São Paulo: Primavera editorial.
- Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. *Guia de vigilância epidemiológica*. 6. ed. Brasília: MS, 2005, 816 p.
- Ministério da Saúde. *ASIS - Análise de situação de saúde*. Ministério da Saúde, Universidade Federal de Brasília. 2015.

- Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Coordenação-Geral de Desenvolvimento de Epidemiologia em Serviços. *Guia de vigilância em saúde* (1 ed. atual. v. 3). Brasília: Ministério da Saúde, 2017.
- Munstenberg, H. *Psychology and industrial efficiency*. New York: *The Riverside Press* Cambridge, 1913.
- Nóbrega, F. L. (2022). Clínica e política da angústia. In: *Conferência proferida no grupo de estudos Aletheia*. Goiânia.
- Observatório de Segurança e Saúde no Trabalho*. Recuperado em <https://smartlabbr.org/sst>
- Ocariz, M. (2003). *O sintoma e a clínica psicanalítica*. São Paulo: Via Lettera.
- Orlandi, E. P. (1998). *A leitura e os leitores*. Campinas, SP: Pontes.
- Orlandi, E. P. (2001) *Discurso e texto: formação e circulação do sentido*. Campinas, SP: Pontes.
- Orlandi, E. P. (2014). *Gestos de leitura: da história no discurso*. Campinas: Unicamp.
- Orlandi, E. P. (2020). *Análise de discurso: princípios e procedimentos*. São Paulo: Pontes.
- Parker, I. & Cuellar, D.P. (2013). *Lacan, discurso, acontecimiento. Nuevos análisis de la indeterminación textual*. México D. F.: Plaza y Valdés.
- Parker, I. (2019). O inconsciente como evento no discurso lacaniano: intervenções em estudos psicossociais. In: *Análise lacaniana de discurso: subversão e pesquisa crítica*. Curitiba: Appris.
- Pêcheux, M. (2014). *Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. São Paulo: UNICAMP.
- Pêcheux, M. (2015). *Análise de Discurso*. São Paulo: Pontes.
- Pêcheux, M. (2015). *O discurso: estrutura ou acontecimento*. São Paulo: Pontes editores.
- Pereira, M. E. C. (1999). *Pânico e desamparo: um estudo psicanalítico*. São Paulo: Escuta.

- Pereira, M. E. C. (2019). Projeto de uma (psico)patologia do sujeito (I): Redefinição do conceito de Psicopatologia à luz da questão do sujeito. *Revista Latinoamericana de Psicopatologia Fundamental*. 22 (4) Out-dez DOI: <https://doi.org/10.1590/1415-4714.2018v21n3p525.7>
- Perilleux, T. (2013). Trabalho e os destinos políticos do sofrimento. In: Merlo, A. R. C.; Mendes, A. M. & Moraes, R. D. (org). *O sujeito no trabalho: entre a saúde e a patologia*. Curitiba: Juruá.
- Portaria GM/MS n. 1.823, de 23 de agosto de 2012. Institui a Política Nacional de Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora. Recuperado de https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2012/prt1823_23_08_2012.html.
- Portaria n. 1.679/GM, de 19 de setembro de 2002. Dispõe sobre a estruturação da rede nacional de atenção integral à saúde do trabalhador no SUS e dá outras providências. Recuperado de https://ftp.medicina.ufmg.br/osat/legislacao/Portaria_1679_12092014.pdf
- Ramminger & Nardi. (2007). Saúde do trabalhador: um (não) olhar sobre o servidor público. *Revista ENAP*. 58(2), p. 213-226. DOI: <https://doi.org/10.21874/rsp.v58i2.171>
- Opção Lacaniana: Revista Brasileira Internacional de Psicanálise*. São Paulo, 2005.
- Ribeiro, C.V.S. & Mancebo, D. (2013). O servidor público no mundo do trabalho do século XXI. *Revista Psicologia Ciência e Profissão*. 33 (1) <https://doi.org/10.1590/S1414-98932013000100015>
- Rocha, Z. (2000). *Os destinos da angústia na psicanálise freudiana*. São Paulo: Escuta.
- Rodrigues, C. M. L., Faiad, C., & Facas, E. P.. Fatores de Risco e Riscos Psicossociais no Trabalho: Definição e Implicações. *Psicologia: Teoria e Pesquisa* [online]. 2020, v. 36, n. spe [Acessado 02 Março 2022] , e36nspe19. Disponível em:

<https://doi.org/10.1590/S1414-98932013000100015>. Epub 02 Dez 2020. ISSN 1806-3446.

Roudinesco, E., & Plon, M. (1998). *Dicionário de psicanálise*. Rio de Janeiro: Zahar.

Rutstein, D. D., Berenberg, W. , Chalmers, T. C., Child, C. G., Fishman, A. P. & Perrin, E. B. (1976). Measuring the quality of medical care: a clinical method. *The New England Journal of Medicine*. 294(11): 582-88

Safatle, V. (2020). *Fetichismo: colonizar o outro* (4a ed.) Rio de Janeiro: Civilização brasileira.

Safatle, V.; Silva Júnior, N.; Dunker, C. (org) (2020). *Neoliberalismo como gestão do sofrimento psíquico*. Belo Horizonte: Autêntica,

Safatle, V., Silva Júnior, N. & Dunker, C. (2019). *Patologias do social: arqueologias do sofrimento psíquico*. São Paulo: Autêntica.

Santos, C. V. C. (2014). A prática interdisciplinar na vigilância em saúde do trabalhador no Amazonas: percepções de uma equipe de saúde do trabalhador”. [Dissertação de mestrado, Fiocruz em Saúde Pública. Rio de Janeiro: FIOCRUZ.

<https://www.arca.fiocruz.br/handle/icict/36466>

Sato, L., Bernardo, M. H., & Oliveira, F. (2015). Psicologia social do trabalho e cotidiano: a vivência de trabalhadores em diferentes contextos micropolíticos. *Psicología para a América Latina*, 15. In: Coutinho, M. C. ; Furtado, O. & Raitz, T. R. *Psicologia Social e Trabalho Perspectivas Críticas*. Florianópolis: Edições do bosque.

Seligmann-Silva, E. (2011). *Trabalho e desgaste mental: o direito de ser dono de si mesmo*. São Paulo: Cortez.

Seligmann-Silva, M. (2010). O lugar do Testemunho. Florianópolis, *Revista tempo e argumento*. v. 2, n. 1, p. 3 – 20, jan. / jun. Resgatado em 8 d agosto de 2022.

<https://www.revistas.udesc.br/index.php/tempo/article/view/1894>.

- Seligmann-Silva, M. (org.) (2010). *Catástrofe e representação: ensaios* (pp. 13-71). São Paulo: Escuta.
- Sennet, R. (2019). *A corrosão do caráter: conseqüências pessoais do trabalho no novo capitalismo*. Rio de Janeiro: Record.
- Serafim, A. C., Campos, I. C. M., Cruz, R. M., & Rabuske, M. M. (2012). Riscos psicossociais e incapacidade do servidor público: um estudo de caso. *Revista Psicologia ciência e profissão* (2012) 32(3) p. 686-705.
<https://doi.org/10.1590/S1414-98932012000300013>
- Silva, G. E., & Soldera, L. M. (2022). *Psicologia e trabalho: reflexões contemporâneas*. Curitiba: CRV.
- Soler, C. (2012). *Declinações da angústia*. São Paulo: Escuta.
- Soler, C. (2016). *O que faz laço?* São Paulo: Escuta.
- Sousa-Duarte, F. (2020). Por uma psicopatologia crítica do trabalho. In: *Psicopolítica e Psicopatologia do Trabalho*. Porto Alegre: Fi.
- Sousa-Duarte, F. (2021). Patologia da gratidão: da crítica à clínica. In: V. N. Figueiredo (Moderadora). *Circuito de Palestras do Programa de Pós-Graduação em Educação Câmpus Pantanal (PPGE-CPAN)*, UFMS, on-line, Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=pYqIECFzXJw&t=1132s>.
- Souza, G. S., & Costa, E. A. (2010). Considerações teóricas e conceituais acerca do trabalho em vigilância sanitária, campo específico do trabalho em saúde. *Revista Ciência e Saúde Coletiva*, 15. (Supl 3) -3329-3340. <https://doi.org/10.1590/S1413-81232010000900008>
- Souza, S. A. F. (2006). *Conhecendo análise de discurso: linguagem, sociedade e ideologia*. Manaus: Valer
- Souza, S. A. F. (2014). *Análise de discurso: procedimentos metodológicos*. Manaus: Censur.

- Spink, P. K. (1996). Organização como fenômeno psicossocial: notas para uma redefinição da psicologia do trabalho. *Psicologia & Sociedade*, 8(11), 174- 192.
- Spivak, C. G. (2010). *Pode o subalterno falar?* Belo Horizonte: UFMG.
- Tavares, D. S. *et al* (2019). *Violências durante o processo de adoecimento pelo trabalho*. São Paulo: FUNDACENTRO.
- Teixeira, M. A. R. (2010). O pacto social e o significado do trabalho na modernidade. In: Hashimoto, F. (Org.). *Psicologia e trabalho: desafios e perspectivas*. Assis: Unesp – Universidade Estadual Paulista e Júlio de Mesquita Filho.
- Tfouni, L. V. (2005). *Lamento e alfabetização*. São Paulo: Cortez.
- Vasconcellos, L. C. F. (2007). *Saúde, trabalho e desenvolvimento sustentável: Apontamentos para uma Política de Estado*. [Tese de Doutorado, Escola Nacional de Saúde Pública. Rio de Janeiro.
- Vasconcellos, L. C. F. (2018). Vigilância em saúde do trabalhador: decálogo para uma tomada de posição. *Revista Brasileira de Saúde Ocupacional* 43 (supl.1) <https://doi.org/10.1590/2317-6369000029517>
- Vieira, M. A. (2009). Real, simbólico e imaginário: a trindade infernal de Jacques Lacan. In: *Seminário Simbólico, Imaginário, Real e Traço*. Rio de Janeiro.
- Villalobos, G. (2004). Vigilancia epidemiológica de los factores psicosociales. Aproximación conceptual y valorativa. *Ciencia & Trabajo*, 6 (14), 197-201. Retirado de: <http://www.cienciaytrabajo.cl>.
- Vivés, J. M. (2020). Trabalhe e cale-se: a voz do supereu e a violência no trabalho. In: *Psicopolítica e Psicopatologia do Trabalho*. Porto Alegre: Fi.
- Weber, M. (1967). *A ética protestante e o espírito do capitalismo*. São Paulo: Pioneira.
- Weber, M. (2003). *A política como vocação*. Tradução de Mauricio Tragtenberg. Brasília: Editora Universidade de Brasília.

- Zanelli, J. C., & Bastos, A. V. B. (2004). Inserção profissional do psicólogo em organizações e no trabalho. In J. C. Zanelli, J. E. Borges-Andrade, & A. V. B. Bastos (Org.), *Psicologia, Organizações e Trabalho no Brasil* (pp. 466- 491). Porto Alegre: Artmed.
- Zizek, S. (1996). *Um mapa da ideologia*. Rio de Janeiro: Contraponto.
- Zygouris, R. (2002). *O vínculo inédito*. São Paulo: Escuta.

Glossário

Ramo Produtivo: são as empresas com o mesmo perfil produtivo, capaz de constituir-se em fonte de risco para a saúde dos trabalhadores, preponderantes numa dada região.

Território: consiste em uma área previamente delimitada de todos os processos produtivos capazes de gerar dano à saúde dos trabalhadores que requer intervenção da vigilância em saúde do trabalhador.

Evento sentinela: é um acontecimento inesperado que representa um problema coletivo, ainda não detectado, e mesmo um problema epidemiológico relevante, mas submerso, que desencadeia intervenção nas empresas e instituições, a partir de agravos à saúde dos trabalhadores.

Carga de trabalho: é uma tensão permanente entre as exigências do processo de trabalho e as capacidades biológicas e psicológicas dos trabalhadores para respondê-las.

Nexo causal: é a relação entre o evento inicial (acidente ou doença) e a sua consequência (a incapacidade para o trabalho).

Entrevista com trabalhador: a metodologia de ação compreende a escuta do trabalhador, com a aplicação de inquéritos e questionários acerca da sua percepção do trabalho e do adoecimento.

Riscos: combinação da probabilidade de ocorrer lesão ou agravo à saúde causados por um evento perigoso, exposição a agente nocivo ou exigência da atividade de trabalho e da severidade dessa lesão ou agravo à saúde (NR 01)

Anexo**ACEITE INSTITUCIONAL**

A Sra. *Flúvia Pereira Amorim da Silva* da *Superintendência de Vigilância em Saúde* está de acordo com a realização da pesquisa *Organização, trabalho e a saúde dos fiscais da Vigilância em Saúde do Trabalhador em uma Unidade Federativa do Brasil*, de responsabilidade do/da pesquisador/a *Danniella Davidson Castro* estudante de mestrado no Departamento de *Psicologia Social, do Trabalho e das Organizações* da Universidade de Brasília, realizada sob orientação *Emílio Peres Facas*, após revisão e aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa em Ciências Humanas e Sociais (CEP/CHS) da Universidade de Brasília.

O estudo envolve a realização de *entrevistas semi-estruturadas* com fiscais da vigilância sanitária. A pesquisa terá a duração de sete meses, com previsão de início em novembro/2021 e término em junho/2022.

Eu, *Flúvia Pereira Amorim da Silva* da *Superintendência de Vigilância em Saúde*, *Superintendência de Vigilância em Saúde* do/da *Secretaria de Saúde do Estado de Goiás*, declaro conhecer e cumprir as resoluções éticas brasileiras, em especial as Resoluções CNS 466/2012 e 510/2016. Esta instituição está ciente de suas co-responsabilidades como instituição coparticipante do presente projeto de pesquisa e de seu compromisso no resguardo da segurança e bem-estar dos participantes de pesquisa nela recrutados, dispondo de infra-estrutura necessária para a garantia de tal segurança e bem-estar.

Goiânia, 27 de Setembro de 2021 .


Flúvia Pereira Amorim da Silva
Superintendente de Vigilância em Saúde
SUVISA/SES-GO

Flúvia Pereira Amorim da Silva

Apêndices

Roteiro para entrevista

Título:

Pesquisadora:

Orientador:

Roteiro de Entrevista para os Fiscais de Vigilância Sanitária:

I-Identificação

Idade: _____

Gênero: _____

Tempo de trabalho na Vigilância Sanitária: _____

Tempo de trabalho como fiscal: _____

Área de atuação: _____

II-Questões norteadoras para a entrevista:

Conte-me um pouco da sua história com o seu trabalho:

Como você chegou ao trabalho atual?

Qual a sua rotina de trabalho?

Você faz sempre a mesma coisa todos os dias?

O trabalho é feito sempre da mesma maneira?

Quais os limites/dificuldades que você percebe no seu trabalho?

O que você faz para lidar com os limites/dificuldades que aparecem no seu dia a dia de trabalho?

Como é sua relação com os seus colegas?

Como é sua relação com a sua chefia?

A gestão interfere no seu trabalho? De que maneira?

Como você se sente ao realizar seu trabalho?

Como você acha que a sociedade vê o trabalho da fiscalização?

Você acha que o trabalho que você realiza interfere na sua saúde? De que maneira?

Termo de Consentimento Livre e Esclarecido:



Você está sendo convidado a participar da pesquisa “Organização do Trabalho e a saúde de Fiscais da Vigilância em Saúde do Trabalhador” de uma Unidade Federativa do Brasil de responsabilidade de Danniella Davidson Castro, estudante de mestrado, da Universidade de Brasília. O objetivo desta pesquisa é investigar de que forma os fiscais da vigilância sanitária de uma instituição pública estadual percebem a relação entre as características de suas organizações do trabalho e sua saúde. Assim, gostaria de consultá-lo/a sobre seu interesse e disponibilidade de cooperar com a pesquisa.

Você receberá todos os esclarecimentos necessários antes, durante e após a finalização da pesquisa, e lhe asseguro que o seu nome não será divulgado, sendo mantido o mais rigoroso sigilo mediante a omissão total de informações que permitam identificá-lo/a. Os dados provenientes de sua participação na pesquisa, tais como : questionários, entrevistas, fitas de gravação ou filmagem, ficarão sob a guarda do/da pesquisador/a responsável pela pesquisa.

A coleta de dados será realizada por meio de duas entrevistas individuais, com aproximadamente 45 minutos cada, por plataforma *zoom* ou *Google meet*. É para estes procedimentos que você está sendo convidado a participar. Sua participação na pesquisa poderá implicar em alguns riscos, como: invasão de sua privacidade, uma vez que você responderá perguntas de sua esfera privada; a vivência de sentimentos negativos ao abordar assuntos decorrentes de situações, no trabalho, que lhe causem sofrimento; a utilização de muito tempo do participante; e a identificação do participante por terceiros.

Espera-se com esta pesquisa ter uma compreensão mais profunda acerca das vivências subjetivas de trabalho dos fiscais e de suas práticas cotidianas de trabalho; um espaço para que os fiscais possam falar das suas experiências e questões que lhe causem desconforto no ambiente de trabalho, a proposição de políticas públicas de promoção e prevenção da saúde para essa categoria profissional a partir dos dados levantados.

Sua participação é voluntária e livre de qualquer remuneração ou benefício. Você é livre para recusar-se a participar, retirar seu consentimento ou interromper sua participação a qualquer momento. A recusa em participar não irá acarretar qualquer penalidade ou perda de benefícios.

Se você tiver qualquer dúvida em relação à pesquisa, você pode me contatar através

do telefone (62)981445893 ou pelo e-mail dannidavidsonpsic@gmail.com.

A equipe de pesquisa garante que os resultados do estudo serão devolvidos aos participantes por meio do e-mail indicado no momento da entrevista, podendo ser publicados posteriormente na comunidade científica.

Este projeto foi revisado e aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa em Ciências Humanas e Sociais (CEP/CHS) da Universidade de Brasília. As informações com relação à assinatura do TCLE ou aos direitos do participante da pesquisa podem ser obtidas por meio do e-mail do CEP/CHS: cep_chs@unb.br ou pelo telefone: (61)31071592.

Este documento foi elaborado em duas vias, uma ficará com a pesquisadora responsável pela pesquisa e a outra com você.

Assinatura do/da participante

Assinatura do/da pesquisador/a

Brasília, _____ de _____ de _____